

n. 12 2019

SOUZA EAD
Revista Acadêmica Digital



Periodicidade - Mensal



INDICE

Editorial.....	03
A Importância da Gestão Escolar na Perspectiva Democrática-Participativa da Escola	
Pereira, Alison Henrique Mota. Págs. 4 – 17.....	04
Os Princípios Constitucionais Explícitos da Administração Pública.	
Meireles, Amélia. Págs. 18 – 31.....	18
Perspectiva Junguiana da Arteterapia.	
Galarç, Arlene Stumpf Matinez. Págs. 32 – 44.....	32
Vínculos Afetivos no Processo de Aprendizagem	
Neves, Avani Gomes de Lima. Págs. 45 – 54.....	45
A Importância do Treinamento e Desenvolvimento no Crescimento do Colaborador na Organização.	
Soares, Barbara de Abreu.. Págs. 55 – 64.....	55
Alfabetização e Letramento: As Histórias como Ações Motivadoras para Uma Dinâmica sempre Nova no Aprender.	
Gonçalves, Bruna Corrêa. Págs. 65 – 95.....	65
Coaching para a Liderança: Gestão Organizacional Empresarial.	
Fagundes, Cleidiane Ferreira. Págs. 96 - 105.....	69
Sustentabilidade passa pelo Proteção de Recursos Hídricos do Planeta.	
Mattos, David Vellasco de.Págs. 106 – 105.....	106
Educação Especial: Avanços e Desafios no Processo de Inclusão nas Escolas da Rede Pública Municipal de Barra do Corda MA.	
Melo, Eloide Silva. Págs. 107 – 125.....	107
Supervisão Pedagógica e Práticas de Mediação no Processo de Ensino e Aprendizagem.	
Nascimento, Gabriela Tatiane do. Págs. 126 – 133.....	126
Os Desafios de Inclusão de Alunos Surdos.	
Silva, Késsia Barbosa da. Págs. 134 – 143.....	134

EDITORIAL

A IMPORTÂNCIA DO TCC – TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO NA FORMAÇÃO ACADÊMICA

O Instituto Souza como instituição autônoma e que prima pela qualidade dos cursos oferecidos aos seus alunos, vê na opção pela continuidade da cobrança do trabalho de conclusão de curso como um diferencial de qualidade na formação ofertada.

O trabalho de conclusão de curso é um momento importante para a formação acadêmica pois proporciona ao aluno o aprofundamento de suas leituras em relação ao tema escolhido para a confecção de seu texto, permite um mergulho mais profundo em relação à pesquisa pois exige um estudo mais refinado e dedicado.

É importante ressaltar que existem várias modalidades de TCC, ou seja, várias formas de se apresentar o Trabalho de Conclusão de Curso, dentre as quais as mais comuns são o Memorial Crítico, a Monografia e o Artigo Científico.

Assim, a modalidade de TCC escolhida pelo Instituto Souza foi o Artigo Científico, pois o mesmo é o mais usado pela comunidade acadêmica para a divulgação de suas pesquisas. O artigo é um texto mais sucinto que o da monografia, muitas vezes fruto de uma pesquisa maior, onde o autor registra os resultados das mesmas através do artigo, seja ele uma pesquisa bibliográfica ou de campo;

O artigo é um texto extremamente importante e atual, estando presente nas principais bibliotecas virtuais como a Scielo onde autores renomados divulgam conhecimentos de qualidade, frutos de suas leituras e pesquisas através dessa modalidade de texto. Foi pensando nesses aspectos que o Instituto Souza fez sua escolha.

Apesar de haver uma Resolução do MEC, que faculta a dispensa do TCC em casos extremos. É fato e fica claro na resolução que essa dispensa fica sob a responsabilidade da Instituição, pois há editais de concursos que preveem a apresentação do TCC como item relevante para a disputa referente à prova de títulos, o que coloca os alunos que não apresentam o trabalho em desvantagem frente aos que apresentam.

Fica claro, então, a relevância do TCC em relação à formação, sendo um rico momento de socialização dos estudos, troca de experiência acadêmica, extensão e formação de alunos pesquisadores, objetivo maior e principal do Ensino Superior. Portanto, o Instituto Souza, como instituição autônoma, opta pela continuidade da escrita do TCC para a conclusão dos cursos oferecidos.

Marcos Alexandre de Souza

Diretor Geral da Faculdade Souza e Mantenedora Instituto Souza

A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO ESCOLAR NA PERSPECTIVA DEMOCRÁTICA-PARTICIPATIVA DA ESCOLA

Pereira, Alison Henrique Mota

RESUMO

O presente artigo tem como o seu objetivo geral, apresentar a importância da gestão escolar na perspectiva democrática e participativa da escola. Com isso, os objetivos específicos são: Conceituar o que é gestão escolar; Analisar o que é a gestão democrático-participativa; Mostrar a importância da gestão escolar sob a perspectiva da gestão democrática e participativa da escola. O artigo foi elaborado por meio de uma análise de sete textos, nos quais cinco são disponíveis em biblioteca e dois na internet. Com isso, procurou-se investigar e compreender como a gestão democrática pode intervir de forma considerável e positiva nos processos de tomada de decisões e de elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola. A metodologia adotada na pesquisa foi feita através de uma revisão de literatura. Assim, os resultados que foram obtidos comprovaram a importância da gestão escolar e evidência para a sua importância, a gestão democrática no ambiente escolar. Assim, os resultados que foram obtidos comprovaram a importância da gestão escolar na perspectiva democrática e participativa na escola, com o intuito de auxiliar os gestores das escolas, pais, colaboradores, professores e os alunos na participação democrática na escola e assim abrirem seus horizontes possibilitando uma maior compreensão necessária na execução de suas atividades e a superação das dificuldades encontradas ao longo do percurso da aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Escolar. Gestão Democrática-Participativa. Escola.

INTRODUÇÃO

Para falarmos de gestão escolar e evidenciar a importância dessa gestão na perspectiva democrática e participativa dentro do ambiente escolar, é necessário entendermos que a democratização na educação foi feita através de movimentos sociais e de educadores para uma escola em que todos participem ativamente das tomadas de decisões e da elaboração do seu Projeto Político Pedagógico.

A partir da promulgação da nossa Constituição Federal de 1998, exatamente no artigo 206, inciso VI, estabeleceu os princípios para que a educação brasileira seja cada vez mais melhorada, e entre esses princípios está a gestão democrática, que no caso foi regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a (LDB nº 9.394/96, no seu artigo 4º e inciso II).

Ainda conforme a Constituição Federal, a elaboração do PNE, que é a sigla de Plano Nacional de Educação, e que torna resguardado esse

princípio na Constituição que descreve a democratização na escola, é importante lembrar que esse plano foi aprovado através da Lei nº 10.172/2001 e assim apresenta um novo modelo de democratização da educação no ambiente escolar e que mostra a importância de diversos fatores para contribuir em uma escola mais democrática, fazendo com que toda a comunidade escolar participe ativamente na elaboração do Projeto Político Pedagógico e que apresentem novas formas de tomadas de decisão no ambiente escolar.

Tratando assim de forma mais específica sobre a gestão democrática e participativa na escola, é necessário frisar que há necessidade de avanço sobre as diversas formas de organização escolar.

Segundo a legislação vigente, é importante destacar que a mesma indica a grande necessidade da escola promover uma gestão democrática aliada as diretrizes do sistema de ensino, mas não basta apenas estar escrito quais os princípios para seguir a essas diretrizes, é necessário que essa gestão realmente aconteça, que envolva o gestor da escola, professores, colaboradores, pais, alunos e toda a comunidade escolar.

Diante desta comprovação, surge assim a seguinte indagação: Qual a importância da gestão escolar na perspectiva democrática e participativa na escola?

Para responder a esse questionamento, o objetivo principal deste artigo é apresentar a importância da gestão e escolar na perspectiva democrática e participativa na escola e seus benefícios no processo de ensino-aprendizagem dos alunos com o apoio de toda a comunidade escolar.

Os objetivos específicos foram os seguintes: Conceituar a gestão escolar; Analisar a gestão democrática e participativa e Mostrar a importância da gestão escolar na perspectiva democrática e participativa. Tendo como foco atingir os objetivos apresentados neste artigo, adotou-se como metodologia a revisão de literatura. As ideias apresentadas e os argumentos mostrados foram fundamentados em autores que abordam o tema em pauta. A pesquisa bibliográfica foi fundamentada através de leitura, fichamento e estudo de materiais já em circulação, no caso, livros e artigos de diversos autores que escreveram ou continuam escrevendo sobre a problemática em estudo.

Justifica-se esta pesquisa por três razões fundamentais: Pela motivação pessoal de entender e assim analisar como é o olhar da gestão escolar através da perspectiva democrática e participativa na escola; Por ser um tema atual e muito complexo que tanto tem preocupado o meio acadêmico; Pela importância que o tema tem para busca da melhoria da aprendizagem dos alunos, não só de uma determinada área, mas voltada para os diversos campos do conhecimento, visando à formação integral do aluno e a superação das dificuldades encontradas no processo de ensino aprendizagem da

escola e a participação de toda comunidade escolar no Projeto Político Pedagógico e na tomada de decisões..

Com isso, foi procurado através da pesquisa, mostrar que a gestão democrática e participativa é considerada uma forma importante de administrar e melhorar o desempenho da escola, com o envolvimento de todos que direta e indiretamente participam da escola.

Sendo assim, para obter uma melhor compreensão da temática exposta, este artigo está dividido em tópicos da seguinte forma: Resumo, introdução, revisão de literatura e considerações finais.

CONCEITO DE GESTÃO ESCOLAR

Para falarmos em gestão escolar, é necessário que antes de mencionar os conceitos relacionados à gestão escolar, seja explicado o que é gestão. Esse termo utilizado "gestão", é relacionado com a administração, importante ressaltar que administrar algo, é levar do ponto inicial até o seu objetivo traçado.

Quando falamos em administrar, lembramos do PODC (Planejar, Organizar, Dirigir e Controlar), e essas palavras estão no nosso dia a dia, e na gestão escolar está intimamente ligada à escola e a sua administração correta e eficiente.

Segundo o autor Maximiano (2007), a arte de administrar é criar estratégias para que todos os envolvidos em determinada organização cheguem ao objetivo traçado pela empresa, no caso levando para ao ambiente escolar, os profissionais presentes na escola precisam estar juntos para conseguirem atingir as metas escolares determinadas no início do ano letivo.

O termo gestão deriva do latim gestione e significa gerir, gerência, administração. Administrar é planejar, organizar, dirigir e controlar recursos, visando atingir determinado objetivo. Gerir é fazer as coisas acontecerem e conduzir a organização para seus objetivos. Portanto, gestão é o ato de conduzir para a obtenção dos resultados desejados. (OLIVEIRA; PEREZ JR.; SILVA, 2002, p.136)

É importante lembrar que é o ato de administrar e de gerir não são considerados sinônimos, pois eles não dizem a mesma coisa, mas sim eles se completam, pelo motivo de que uma gestão bem-sucedida está intimamente conectado a uma ótima administração.

Quando falamos em administração, logo associamos a processos burocráticos, enquanto a gestão é relacionada a obter uma ligação maior entre os colaboradores e gestores de determinado ambiente, no caso a gestão vai criar líderes que vão motivar os seus liderados a cumprir a meta traçada pela instituição.

ETAPAS DO PROCESSO DE GESTÃO

Para falar de gestão, é necessário destacar os processos de gestão que possuem várias etapas, no caso destacamos a liderança, organização, planejamento e avaliação, não necessariamente nessa ordem, mas a união de todos garante o saudável e correto funcionamento das empresas, fazendo com que as mesmas cheguem a conseguir seus objetivos traçados.

Estas etapas de gestão são primordiais para alcançar os objetivos traçados, pois motivam, monitoram, observam e corrigem os erros que podem acontecer nos processos organizacionais, e por isso estas etapas são de fundamental importância para uma gestão eficiente e eficaz.

No quadro a seguir é destacado as Etapas do Processo de Gestão:

Etapas do Processo de Gestão		
Etapas	Normas decorrentes dos princípios	Elementos da Organização
Planejamento	Formulação de objetivos organizacionais ótimos e de planos eficazes de apoio.	Pessoas
	Tomadas de decisões para otimizar o desempenho organizacional.	Pessoas
	Utilização de técnicas quantitativas para otimizar a qualidade das decisões.	Pessoas e tecnologia
	Tomada de decisões socialmente responsáveis.	Pessoas
	Antecipação das mudanças do ambiente por meio das previsões.	Pessoas e Tecnologia
	Formulação de estratégias eficazes em resposta às previsões.	Pessoas e Tecnologia
Liderança	Criação de cargos de desafio para estimular os empregados.	Estrutura
	Criação de um ambiente agradável para otimizar o desempenho dos trabalhadores.	Estrutura
	Integração das necessidades e objetivos individuais com os da organização.	Estrutura
	Criação de um sistema de educação eficiente para transferência rápida de informações.	Estrutura e Tecnologia
	Atribuição de recompensas baseadas no desempenho.	Estrutura
Organização	Criação de atribuições de tarefas para maximizar a produção dos empregados; alterar a tarefa adaptando-a ao homem	Estrutura, Tecnologia e Tarefas.
	Estabelecimento de relações de autoridades claramente delineadas.	Estrutura
	Delineamento claro das responsabilidades individuais.	Estrutura
Avaliação	Instituição de avaliadores em pontos estratégicos da organização, de modo a receber informação rápida s/ o desempenho em áreas-chave.	Estrutura e Tecnologia
	Medida de desempenho, comparação com padrões, correção de desvios.	Estrutura e Tecnologia

Fonte: NASCIMENTO; REGINATO, 2007, p.44.

Essas etapas da gestão conseguem promover a maior capacidade de alcance das metas que foram propostas, com uma maior eficácia e eficiência, pois quando o gestor analisa, desenvolve e avalia as ações dentro da organização, ele consegue corrigir o que for necessária a tempo para que não prejudique o processo e que não tire o foco dos colaboradores na meta objetivada.

GESTÃO ESCOLAR

Após falarmos sobre a gestão que está presente em todas as organizações e instituições particulares e públicas, vamos falar da gestão dentro da educação, chamamos assim de gestão escolar, pois essa gestão atualmente é de fundamental importância para a

educação, pois vai envolver tudo que está dentro de um ambiente escolar, como elaborar e executar a proposta pedagógica, administrar os recursos humanos, os recursos materiais e o setor financeiro.

A gestão escolar constitui uma das áreas de atuação profissional na educação destinada a realizar o planejamento, a organização, a liderança, a orientação, a mediação, a coordenação, o monitoramento e a avaliação dos processos necessários à efetividade das ações educacionais orientadas para a promoção da aprendizagem e formação dos alunos. (LUCK, 2009, p.23)

É importante ressaltar que essa gestão educacional não vai substituir a administração escolar, mas sim para poder completar os aspectos que não eram abordados no ambiente escolar.

Segundo o autor LUCK (2007), a gestão educacional tem um conceito muito abrangente e ele pressupõe a entender a realidade e evidenciar os elementos que são envolvidos em uma ação e também das pessoas que estão inseridas nesse ambiente, esse conceito aborda um leque de diversas concepções que tem o foco principal a interatividade de forma social das pessoas e importante observar que supera o conceito de administração, e vai além de administrar os processos, vai administrar as pessoas integrantes do ambiente escolar.

Em BRASIL (1996) está previsto que as escolas têm o poder de decidir como vai atender os alunos, dependendo de suas particularidades de regiões ou localidade dos alunos, mas mesmo em regiões diferentes, as escolas precisam respeitar as regras que são comuns nos sistemas de ensino do Brasil. Quando falamos em gestão educacional no Brasil, essas ações são orientadas pela Lei 9.394/96, no qual menciona o modelo democrático e de forma participativa da administração na escola, no qual esse modelo é caracterizado como gestão educacional.

Ao citarmos a gestão dentro das instituições, é preciso lembrar que ela deve ser de forma global, pois tem que ser responsabilidade de toda comunidade escolar.

A participação desse processo tem que ter a presença do diretor da escola, o supervisor de ensino, o coordenador pedagógico, os docentes, os demais colaboradores e tão importante quanto os outros, a presença da família, pois a família tem um papel fundamental nesse processo dentro do ambiente escolar.

A gestão escolar necessita ser construída de forma coletiva, pois não pode de maneira alguma ser quebrada o processo, pois é feita de forma correta quando é participativa e democrática dentro do ambiente escolar. De acordo com (BRASIL, 2004, p.15) "A gestão democrática implica a efetivação de novos processos de organização

e gestão baseados em uma dinâmica que favoreça os processos coletivos e participativos de decisão”.

OS OBJETIVOS DA GESTÃO ESCOLAR

Quando pensamos em gestão escolar, pensamos no objetivo do mesmo, que é tornar as escolas eficientes da forma administrativa, isso é fundamental para a democratização da escola, pois engloba todos os aspectos burocráticos e pedagógicos da instituição. Para o autor LUCK (2007), esta gestão escolar mobiliza pessoas para ajudarem a escola de forma organizada e bem administrada a desenvolver a melhoria da qualidade do ensino na escola e melhorar os processos escolares que é oferecido aos alunos.

Conforme CATANI (2009), quando falamos na gestão na educação, falamos que acontece e assim se desenvolve em diversos lugares da escola, no caso, podemos afirmar que acontece em todos os ambientes da escola, e principalmente e especialmente na sala de aula, onde faz com que o Projeto Político Pedagógico planejado, seja um instrumento importante para a tomada de novas decisões dentro do ambiente escolar.

No sentido da gestão educacional, podemos considerar como um importante modelo de como gerir um sistema escolar, pois este é um modelo orientado na valorização do lado humano da instituição, no caso todas as pessoas que integram a escola, tais como professores, alunos, gestores e comunidade que estão dentro ou fora do ambiente escolar.

Esse processo é pautado nos objetivos democráticos e participativos de todos na construção de uma escola melhor na formação de cidadãos, que mais na frente participarão mais ativamente na sociedade.

FUNÇÕES DA GESTÃO ESCOLAR

Quando associamos todas as atividades de uma instituição, estamos englobando tudo na gestão escolar desse local, pois é responsável por criar as estratégias e logo após criar caminhos para seguir com o intuito de cumprir a meta que foi estabelecida na reunião estratégica. Na Lei 9.394/96 o BRASIL (1996^a) destaca o artigo 12, que fala sobre as principais funções da gestão escolar nas redes de ensino.

Para assim realizar as funções da gestão escolar, podemos classificar essa gestão em três importantes áreas que funcionam interligadas:

a) A Gestão de RH (Recursos Humanos): É uma função muito importante e essencial para o desenvolvimento de todo o contexto da gestão escolar, pois envolve alunos, pais, diretores, comunidades e professores, com o pessoal administrativo, e isso deve acontecer de forma que garanta a ótima funcionalidade da escola, pois sempre aparecerá problemas entre pessoas, e essa gestão ajuda a minimizar esses riscos e cria agilidade em resolver problemas nos relacionamentos humanos dentro da escola.

b) Gestão Administrativa: Nesse setor relacionamos a parte física da escola, que é os equipamentos escolares e os materiais que

existem no ambiente escolar. E outro fator desse setor é a parte Institucional, que é formada pelos direitos e deveres da instituição, além das atividades da secretaria e a sua legislação em vigor que a escola obedece.

c) **Gestão Pedagógica:** Nesse sentido vai estabelecer quais são os objetivos gerais e específicos da escola no quesito do seu ensino, sendo observado para esses objetivos o perfil dos alunos e a sua comunidade em que o mesmo está inserido, importante ressaltar que também elabora os conteúdos curriculares e assim faz o acompanhamento dos alunos, da equipe gestora e dos docentes da escola. Observamos que essas atribuições da gestão pedagógica estão localizadas no PPP – Projeto Político pedagógico e no Regimento Escolar.

Para VIEIRA (2008) a elaboração, planejamento e execução da proposta pedagógica na escola é uma das principais atribuições na educação, quando falamos em gestão, falamos que essas ações sejam de forma coletiva, pois é importante que todos que estão no ambiente escolar entendam a sua importância dentro do processo educativo da escola.

A GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA

Quando falamos na qualidade da educação no ambiente escolar, falamos da ligação do interesse dos pais com a equipe escolar, pois é necessário para ter êxito nessa relação, uma proximidade entre família e escola.

Para que o ambiente escolar seja um formador de cidadãos para a sociedade, é preciso que quando o gestor da escola e a sua equipe pergunte, registre e divulgue quais são as necessidades e quais as aspirações existentes na comunidade escolar, pois o objetivo da escola é formar cidadãos completos, não apenas com conteúdos teóricos, mas sim com capacidades críticas e um poder de escolha mais consciente.

Para o autor Libâneo (2004), quando é citado a gestão democrática e participativa, é destacado a importância da participação ativa da comunidade escolar em cada processo na escola, principalmente no processo do momento de tomar decisões, e com isso apostar em uma construção coletiva da escola, através do diálogo conseguindo melhorar o funcionamento da escola e assim atingir os seus objetivos traçados para o ano letivo.

Quando a escola ouve a opinião de todos que estão presentes no seu dia a dia como professores, alunos, pais, gestores, colaboradores e a comunidade escolar. Torna um ambiente mais democrático e mais proveitoso em função da gestão democrática, com a voz ativa de todos no ambiente escolar.

Segundo PARO (2006, p. 162-163), os colaboradores de forma geral no ambiente escolar, mesmo que não trabalhem como docentes, não deixam de serem essenciais os seus esforços para ajudar a escola a

conseguir atingir os seus objetivos educacionais, e por isso, quando falamos na participação na escola, lembramos não apenas o seu serviço na escola com seus serviços específicos, mas sim na colaboração de um ambiente melhor e mais seguro na escola. Para manter o ambiente mais seguro na escola é necessário entender os processos da gestão democrática no ambiente escolar.

A seguir, Brasil (2004) destaca o processo de gestão democrática e participativa no ambiente escolar e quais os seus elementos necessários nessa relação:



Fonte: BRASIL, 2004, p.27

Nesses elementos é interessante observarmos o papel do diretor, pois é considerado um importante elemento, pois é preciso que uma gestão tenha uma liderança consciente e que seja firme, com isso auxiliando o gestor escolar na transformação pedagógica e da prática administrativa no ambiente escolar. O autor (VASCONCELOS, 2009, p. 61) afirma que "Portanto, a grande tarefa da direção, numa perspectiva democrática, é fazer a escola funcionar pautada num projeto coletivo".

É necessário que na implantação da gestão democrática e participativa dentro do ambiente escolar seja considerado importante para todos os setores existentes no ambiente escolar, até mesmo nos setores que não precisam de serviços pedagógico ou burocráticos.

Para falarmos na gestão democrática de forma verdadeira, é necessário que os alunos, a comunidade, os colaboradores, os docentes e o diretor, não nessa respectiva ordem, precisam ter os ideais participativos idênticos, destacando e evidenciando onde o gestor escolar necessita delegar, perguntar, esclarecer e comunicar as informações e responsabilidades de cada integrante inserido e participativo dentro do ambiente escolar. Importante destacar que cada pessoa necessita saber o seu lugar e qual a sua

11

responsabilidade dentro do grupo escolar, pois quando falamos em uma gestão participativa, falamos que as decisões atingem a todos, e é necessários todos conscientes de suas obrigações dentro do ambiente escolar.

Dentro do ambiente escolar, existem instrumentos necessários para o correto desenvolvimento da gestão democrática, que são consideradas insubstituíveis para realizar as ações democráticas dentro do ambiente escolar: O Projeto Político Pedagógico e o Conselho Escolar.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP)

Para falarmos do Projeto Político Pedagógico é necessário entender que é uma proposta pedagógica que identifica e representa uma instituição de ensino, pois nele consta os objetivos a serem atingidos e quais são os caminhos a serem seguidos para poder assim alcançar os objetivos almejados.

É importante ressaltar que o Projeto Político Pedagógico feito por todos os participantes do ambiente escolar e sua comunidade, no caso esse projeto é feito pelos alunos e seus pais, pelos colaboradores da escola, os professores, diretores e coordenadores, que convivem e interagem no ambiente escolar.

O Projeto Político Pedagógico é o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se objetiva na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar a partir de um posicionamento quanto à sua intencionalidade e de uma leitura da realidade. (VASCONCELOS, 2009, p.17)

Quando falamos do Projeto Político Pedagógico (PPP), o Brasil (1996a) destaca que é uma obrigação legal que está na Lei 9.394/96, mais exatamente no inciso I do artigo 12 que assim é estabelecido que no funcionamento dos estabelecimentos de ensino tenham a obrigatoriedade de elaborar e assim executar a seu projeto político pedagógico. Com isso, destacamos os objetivos do Projeto Político Pedagógico:

- a) Definir de forma coletiva qual a identidade da escola, sempre respeitando as suas particularidades e quais as necessidades existentes na comunidade a qual ela pertence e com isso traçar metas para serem assim cumpridas e ainda ressaltar o que será feito para chegar a essa conquista;
- b) Definir quais os conteúdos para serem trabalhados na escola, sempre seguindo os Parâmetros Curriculares Nacionais, as Diretrizes Curriculares Nacionais, a realidade da escola e quais os princípios que orientam a educação através da Secretaria de Educação;
- c) Integrar de forma sistêmica as ações que são desenvolvidas no ambiente escolar, em relação com a comunidade em que a escola está inserida;

- d) Trazer a comunidade em que a escola está inserida para dentro do ambiente escolar e assim criando possibilidades de tomar decisões com consciência dos problemas relacionados com a escola, assim define quais as responsabilidades da escola e quais as responsabilidades da comunidade no contexto escolar;
- e) Cria parâmetros a serem seguidos, para serem acompanhados e para serem avaliados sobre as ações escolares.

No Projeto Político Pedagógico, compreendemos a sua função de ser um instrumento de mudança da realidade escolar, no qual vai envolver tudo que for relacionado com o ambiente escolar e o seu processo de ensino e aprendizagem tanto dentro como fora do ambiente escolar. Importante ressaltar que a escola tem que ser comprometida além da sua educação, de compreender as necessidades culturais e sociais que existem na comunidade em que ela está inserida, e que a mesma se sinta parte dessa construção de novos cidadãos.

CONSELHO ESCOLAR

No conselho escolar, compreendemos a participação dos colaboradores, professores, pais, alunos e toda a comunidade inserida no ambiente escolar. Pois é considerado um órgão escolar deliberativo que é responsável pelas tomadas de decisões relacionadas as questões importantes no ambiente escolar e assim é um importante instrumento para democratizar a escola.

Importante ressaltar que o conselho escolar é de acordo com as diretrizes do sistema de ensino da escola e da comunidade em que a mesma está inserida no seu contexto, e por isso as escolas tendem a serem diferentes umas das outras, o modo de sua gestão é que fica em evidencia para a sua melhoria no dia a dia da escola.

As atribuições do Conselho Escolar dependem das diretrizes do sistema de ensino e das definições das comunidades local e escolar. O importante é não perder de vista que o Regimento, a ser construído coletivamente na escola, constitui a referência legal básica para o funcionamento da unidade escolar e, desse modo, é fundamental que a instituição educativa tenha autonomia para elaborar seu próprio regimento. Dentre as principais atribuições do Conselho destacamos a sua função de coordenação do coletivo da escola e a criação de mecanismos de participação. (BRASIL, 2004, p.45)

Importante ressaltar que além do conselho escolar ser um importante instrumento para democratização da escola, é um fator essencial para os alunos aprenderem a função política no âmbito da educação, pois os alunos a cada organização de grêmios estudantis, vão formando ideias e ideais relacionados a melhorias dentro do ambiente escolar.

Quando falamos em participação nos conselhos escolares, é importante ressaltar que somente participar dos conselhos escolares,

não torna uma gestão essencialmente democrática, mas sim, é preciso que todos os membros deste conselho, tenham participação ativa e de forma democrática nas decisões que são tomadas, sempre deixando de lado o lado pessoal, e priorizando as escolhas e necessidades de todo o coletivo.

Portanto, os conselhos escolares são considerados órgãos que democratizam as escolas, mas só acontece essa democratização, quando os seus representantes escutam as opiniões da comunidade e dividem as responsabilidades com os gestores da escola, tomando decisões participativas e de forma democrática para a melhoria da escola.

A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA NO AMBIENTE ESCOLAR

Quando falamos na importância da gestão democrática e participativa na escola, falamos nos elementos considerados básicos para isso acontecer, podemos apresentar diversas maneiras, como o Conselho Escolar, o Projeto Político Pedagógico (de forma participativa e coletiva), na transparência da prestação de contas e fiscalização das verbas nas escolas, além dos professores, alunos, gestores e colaboradores.

É importante ressaltar que o assunto dessa gestão é cada vez mais citado em grandes debates na área educacional e assim gerando grandes reflexões e iniciativas no setor público com finalidade de dar sequência a um artigo constitucional e que é descrito na Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Frequentemente, os assuntos relacionados a gestão nos ambientes escolares, são fundamentados na participação de todos para chegar a essa solução, a importância da gestão democrática e participativa na escola, auxilia melhoria no atendimento das necessidades dos alunos, colaboradores da escola e comunidade em geral, e segundo o autor LUCK (2009) compete ao gestor da escola, o trabalho de organização do trabalho e liderança com todos que estão inseridos no contexto escolar em questão.

O gestor deve liderar as iniciativas relacionadas a trabalhos na escola, e desempenhar sua função de suma importância na gestão escolar, que é através de discussões com toda a equipe de trabalho e com toda a comunidade relacionada com o contexto escolar, chegar a um bem que beneficie a todos, onde que a aprendizagem e o ensino seja o grande objetivo dessas discussões.

Quando citamos na gestão escolar no sentido de gestão democrática, falamos do papel dos gestores e do corpo docente da escola, quando falamos em professores em um ambiente de gestão democrática e participativa, falamos nos docentes que desempenham uma importantíssima função dentro do ambiente escolar, pois eles disseminam o conhecimento acadêmico e específico para o aluno. E o professor é de suma importância na participação do trabalho pedagógico feito pela escola, e por isso, os professores acompanham

e participam ativamente na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola.

LUCK (2009) reforça a importância dos professores junto com os gestores escolares para um ambiente escolar democrático e participativo, pois os docentes são profissionais que tem uma influência considerada direta na formação dos alunos, e com isso, a partir de suas habilidades, conhecimento e atitudes, eles abrem horizontes pessoais, profissionais e culturais dos seus alunos.

No sentido dos movimentos sociais, a gestão democrática vai a encontro, pois é uma gestão feita para a comunidade escolar, para a sociedade onde a escola está inserida, e nessa gestão além dos gestores escolares e os professores, existe a sociedade que busca uma escola melhor e assim uma educação de qualidade para os alunos da comunidade.

Por isso, a gestão democrática é fundamental para a escola, pois o gestor percebe o que acontece em sua volta no ambiente escolar, pois além da parte pedagógica da escola, o gestor precisa estar atento a parte administrativa da escola, pois ele compreende as necessidades dos alunos, ouve os relatos dos professores e assimila as sugestões de todo o quadro de colaboradores da escola e a sua comunidade escolar.

Como o gestor é aberto a discussões e sugestões relativas a escola, o mesmo sente várias influências por causa de sua posição social que precisa estar em contato com todos na escola e precisa conhecer as funções relacionadas com a escola de forma estritamente ligada no seu dia a dia. Pois quando você estar por dentro de tudo que acontece, você tem mais clareza nas informações recebidas e acerta nas escolhas relativas a melhoria da escola.

Portanto, a gestão escolar em um ambiente escolar democrático e participativo tem o poder de transformar a escola em um centro de informações, avaliações e debates relativos a questões culturais, pedagógicas e sociais. O gestor escolar utilizará as comunicações com professores, colaboradores, alunos, pais e toda a comunidade, para melhorar a escola com a participação de todos, de forma democrática e de forma que a escola seja cada vez mais participativa e que seja o foco de todos na comunidade. Ressaltando que os objetivos escolares traçados, são com a gestão democrática, de responsabilidade de todos que estão inseridos no ambiente escolar, melhorando o desempenho da escola para cumprir os objetivos que foram traçados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consumação desta pesquisa permitiu ao pesquisador uma visão bem mais ampla sobre o problema em questão, que diversos educadores e gestores enfrentam no seu dia a dia: A perplexidade de gerir um ambiente escolar e da participação de toda a comunidade escolar.

No caso, ao concluir este trabalho pode-se afirmar que os objetivos propostos foram cumpridos e que os objetivos esboçados foram

atingidos. Por meio da revisão de literatura, procurou-se diagnosticar como os teóricos abordam a temática em estudo.

A presente pesquisa foi idealizada a partir da necessidade de aprofundar a temática em estudo, verificando assim como os teóricos abordam a temática em estudo, bem como, quais os benefícios que esta pode trazer na construção de um ambiente escolar democrático e participativo.

Para falarmos na gestão democrática de forma verdadeira, é necessário que os alunos, a comunidade, os colaboradores, os docentes e o diretor, não nessa respectiva ordem, necessitem ter os ideais participativos idênticos, destacando e evidenciando onde o gestor escolar necessita delegar, perguntar, esclarecer e comunicar as informações e responsabilidades de cada integrante inserido e participativo dentro do ambiente escolar.

Importante destacar que cada pessoa necessita saber o seu lugar e qual a sua responsabilidade dentro do grupo escolar, pois quando falamos em uma gestão participativa, falamos que as decisões atingem a todos, e são necessários que todos estejam conscientes de suas obrigações dentro do ambiente escolar

Em vista disso, observamos a importância da gestão escolar sob a perspectiva democrática e participativa na escola como um fator importante para a democracia no ambiente escolar, colocando gestores, professores, pais, alunos, colaboradores e comunidade escolar como proporcionadores de melhorias no ensino e aprendizado dos alunos e do sucesso dos objetivos traçados pela escola, pois na gestão democrática todos participam ativamente da escola, elaborando o Projeto Político Pedagógico e ajudando na tomada de decisões relativas a escola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB nº. 9394**, de 20 de dezembro de 1996.

_____, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica- **Conselhos Escolares: Democratização da escola e construção da cidadania**. vol. 1. Brasília : MEC, SEB, 2004.

_____. **Conselho Escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor** - vol. 5 - Brasília : MEC, SEB, 2004.

CATANI, A. M. et al. **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2009.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

LUCK. **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. **Dimensões da gestão escolar e suas competências.** Curitiba: Positivo, 2009.

MAXIMIANO, A. C. **Teoria geral da administração.** São Paulo: Atlas, 2007.

NASCIMENTO, A. M.; REGINATO, L. **Controladoria:** um enfoque na eficácia organizacional. São Paulo: Atlas, 2007.

OLIVEIRA, L. M.; PEREZ JR., J. H.; SILVA, C. A. S. **Controladoria estratégica.** São Paulo: Atlas, 2002.

PARO, V. H. **Administração escolar:** introdução crítica. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

VASCONCELOS, C. S. **Coordenação do trabalho pedagógico:** do projeto político – pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 12 ed. São Paulo: Libertad, 2009.

OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS EXPLÍCITOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Meireles , Amélia¹

RESUMO

Os princípios constitucionais da Administração Pública servem de base para nortear e embasar todo o ordenamento jurídico, e conseqüentemente é a base do Direito Administrativo. Estes princípios visam regular, fundamentar e melhorar a relação entre a Administração Pública e os administrados, servindo de garantia para ambos. Os princípios da Administração Pública Brasileira explícitos na Constituição Federal de 1988 são: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Existem outros princípios que não estão expressos no texto constitucional, são chamados de princípios implícitos: razoabilidade, proporcionalidade, autotutela, segurança jurídica, dentre outros. O objetivo deste trabalho é tratar dos princípios explícitos na Constituição Federal, abordando os aspectos jurídicos, doutrinários e suas aplicações na prestação do serviço público a sociedade. O estudo constituiu em uma pesquisa exploratória, porquanto realizado um levantamento bibliográfico referente do assunto.

PALAVRAS CHAVE: Administração Pública. Direitos. Doutrina. Jurisprudência.

INTRODUÇÃO

Com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil em outubro de 1988 e posterior aprovação da Emenda Constitucional nº 19/1998, esta chamada de emenda da reforma administrativa do Estado Brasileiro, implantou-se uma Administração Pública gerencial que estabelece eficiência e qualidade.

Cabe esclarecer que a Administração Pública, no Brasil, se compõe através da Administração Pública Direta, que são a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e a Administração Pública Indireta, que são as autarquias, as Fundações Públicas, as Sociedades de Economia Mista e as Empresas Públicas.

Dessa forma, tanto a Administração Pública Direta, quanto a Indireta, devem, obrigatoriamente, observar os princípios constitucionais expressos e fundamentais previstos no artigo 37 da Constituição Federal de 1988.

¹Amélia Meireles, Pós-Graduada em Administração Pública pelo Instituto Souza.

Segundo Mello (2008, pag. 35/36) estes princípios norteiam todos os atos do administrador público, e deverão ser respeitados e obedecidos ainda que não prevaleça o estado democrático de direito. A falta de observância a esses constitui uma ilegalidade inconstitucional, pois quando isso acontece abala-se todo o sistema jurídico.

De acordo com Rocha (1994, p. 53), "os princípios relativos à Administração Pública não estavam incluídos, de forma expressa, nos textos constitucionais até pouco tempo atrás". Assim, suprimindo uma lacuna a Constituição Federal traz em seu artigo nº 37 os princípios de Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência (MEIRELLES, 2005,).

Destarte, por estarem textualmente previstos no texto constitucional, esses princípios são chamados de princípios explícitos ou expressos, em oposição a outros princípios que, por não estarem elencados de forma expressa na Constituição Federal (embora por ela acolhidos), são chamados de princípios reconhecidos ou princípios implícitos.

Na doutrina encontramos outros princípios ligados a administração pública, porém nosso estudo será com base nos princípios explícitos que são o eixo da Administração Pública, pois está exposto na Carta Magna.

Com o desenvolvimento do artigo científico nota-se que os princípios constitucionais são de observância obrigatória para toda a Administração Pública, direta e indireta, e, inclusive, garantem segurança jurídica aos administrados. Objetivando, portanto, apresentar os Princípios explícitos da Administração Pública, identificar sua importância, e como é sua aplicação no ordenamento jurídico pátrio, fizemos um estudo bibliográfico e dividimos o estudo em três tópicos. Inicialmente abordaremos conceito de Administração, e na sequência conceito de princípio. Na terceira etapa serão apresentados os princípios constitucionais do Direito Administrativo e suas peculiaridades.

DIREITO ADMINISTRATIVO

O Direito Administrativo surgiu entre os séculos XVIII e início do século XIX, com a queda do Estado Absolutista e o surgimento do Estado de Direito. Um dos marcos desse ramo do direito foi a Revolução Francesa, que lutou pela busca dos direitos fundamentais dos cidadãos. Assim, entende-se que o Direito Administrativo surgiu juntamente com o Direito Constitucional, pois enquanto este era responsável pela organização e determinação dos trabalhos, o primeiro já é a execução das tarefas.

Direito Administrativo é o ramo do direito público que trata de princípios e regras que disciplinam a função administrativa e que abrange entes, órgãos, agentes e atividades desempenhadas pela Administração Pública na consecução do interesse público. As fontes do Direito são, basicamente, as formas pelas quais se originam as normas jurídicas. São fontes do Direito Administrativo: os preceitos

normativos do ordenamento jurídico, a jurisprudência, a doutrina, os costumes ou a praxe administrativa da repartição pública.

É importante observar que somente os princípios e regras constantes dos preceitos normativos do Direito são considerados fontes primárias. Os demais expedientes: doutrina, costumes e jurisprudência são geralmente fontes meramente secundárias, isto é, não vinculantes; exceto no caso da súmula vinculante, conforme sistemática criada pela Emenda Constitucional nº 45/04, que é fonte de observância obrigatória tanto ao Poder Judiciário, como à Administração Pública direta e indireta, em todos os níveis federativos.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Segundo Meirelles (2005, p. 58) a Administração Pública pode ser entendida como: “o conjunto de órgãos constituídos para consecução dos objetivos do Governo, ou seja, é todo aparelhamento do Estado preordenado à realização dos serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas”.

Para que tais atividades não desvirtuem das finalidades estatais a Administração Pública se submete à Constituição e às Leis especiais, tendo como objetivo um comportamento ético e moral por parte dos agentes públicos (MEIRELLES, 2005).

A Administração Pública se ocupa da defesa, conservação e aperfeiçoamento dos bens, serviços e interesses da coletividade, devendo deixar claro e de fácil entendimento para toda sociedade seus objetivos e fins, bem como a apresentação dos resultados alcançados de forma ética (MEIRELLES, 2005).

Além do mais a Administração Pública pode ser classificada como: direta e indireta. A direta é aquela exercida pela administração por meio dos seus órgãos internos (presidência e ministros). A indireta é a atividade estatal entregue a outra pessoa jurídica (autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista, fundações), que foram surgindo por intermédio do aumento da atuação do Estado.

O artigo 4º do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, alterado pela Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, enumera os entes que compõem a Administração Pública:

I - A Administração Direta, que se constitui dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios.

II - A Administração Indireta, que compreende as seguintes categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria:

- a) Autarquias;
- b) Empresas Públicas;
- c) Sociedades de Economia Mista;
- d) fundações públicas. (Incluído pela Lei nº 7.596, de 1987).

O caput do art. 37 da Constituição Federal (MORAES, 2005, p. 70) trata dos princípios inerentes à Administração Pública.

“A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá a estes princípios explicitados no caput do art. 37: princípio da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência.”

Os princípios constitucionais traduzem os direitos do homem e os grandes princípios de justiça. Eles impõem ao legislador, à jurisprudência, à Administração Pública e a sociedade, a interpretação do Direito de acordo com os valores que refletem.

CONCEITOS DE PRINCÍPIOS

Segundo o Aurélio (2018), princípio tem o significado de causa primária. A noção de princípio, ainda que fora do âmbito jurídico, sempre se relaciona a causas, alicerces, orientações de caráter geral. Trata-se, indubitavelmente, do começo ou origem de qualquer coisa.

Princípio vem do latim principium e na linguagem coloquial significa “aquilo que vem antes dos outros”, “origem, causa, começo”, “momento em que se faz uma coisa pela primeira vez”. Já na linguagem técnica significa “conceito fundamental de uma doutrina ou lei”, “norma de conduta”, “regra, lei, preceito”.

Segundo Martins (2004 – pag. 92 e 93) o princípio é o primeiro passo na consecução de uma regulação, passo ao qual devem seguir-se outros. O autor vai além quando diz: “violar um princípio é muito mais grave do que violar uma regra”. Ainda de acordo com a interpretação de Martins a não observância de um princípio implica ofensa a todo o sistema de comandos e não apenas ao específico mandamento obrigatório. Os princípios além de estabelecer certas limitações, fornecem diretrizes que embasam uma ciência e visam à sua correta compreensão e interpretação.

No § 2º do Inciso LXXVIII do Art. 5º da Constituição Federal está exposto a importância dos princípios ao afirmar que: “Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.”

Mello (2004, p. 82) assim conceitua princípio:

“Compreende-se princípio como mandamento nuclear de um sistema, alicerce que fundamenta a ação, disposição fundamental que norteia normas compondo-lhes o espírito e servindo de critério para sua exata compreensão e inteligência”.

Meirelles (2007, p. 87) nos ensina que todos os atos administrativos estão pautados na observância permanente e obrigatória nos princípios básicos da administração pública que são: legalidade, moralidade, impessoalidade, razoabilidade, publicidade e eficiência. Meireles ainda reforça que estes princípios são os sustentáculos da

atividade pública. “Relegá-los é desvirtuar a gestão dos negócios e olvidar o que há de mais elementar para a boa guarda e zelo dos interesses sociais.”

Os princípios eram tidos como pautas supletivas das lacunas do ordenamento, orientado pelo art. 4º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, mas com o avanço da hermenêutica jurídica eles foram reconhecidos como princípios de caráter vinculante, cogente ou obrigatório. Alçados dos Códigos às Constituições ganham então status de normas jurídicas de superior hierarquia, com o pós-positivismo eles deixam de serem apenas sugestões interpretativas.

Na ciência jurídica, os princípios são normas jurídicas, mas de natureza superior às normas comuns (ou “normas não principais”); servem de base axiológica e estruturante do conhecimento jurídico, sendo fontes de sua criação, aplicação ou interpretação. As normas são, como consequência, subordinadas aos princípios. Os princípios têm a grande responsabilidade de organizar o sistema e atuar como elo de todo o conhecimento jurídico com a finalidade de atingir resultados eleitos. É uma verdade universal, aquilo que o homem acredita como um dos seus valores mais inegociáveis e também um conjunto de leis, definições ou preceitos utilizados para nortear o ser humano.

Os princípios constitucionais são normas, explícitas ou implícitas, que determinam as diretrizes fundamentais da Lei Fundamental, bem como influenciam em toda a sua interpretação e aplicação. Distinguem-se, basicamente, em princípios positivos explícitos e implícitos.

Barroso (1999, p. 147 a 149) assim define:

“Os princípios constitucionais são as normas eleitas pelo constituinte como fundamentos ou qualificações essenciais da ordem jurídica que institui. A atividade de interpretação da constituição deve começar pela identificação do princípio maior que rege o tema a ser apreciado, descendo do mais genérico ao mais específico, até chegar à formulação da regra concreta que vai reger a espécie [...] Em toda ordem jurídica existem valores superiores e diretrizes fundamentais que ‘costuram’ suas diferentes partes. Os princípios constitucionais consubstanciam as premissas básicas de uma dada ordem jurídica, irradiando-se por todo o sistema. Eles indicam o ponto de partida e os caminhos a serem percorridos.”

E Rizzatto Nunes (2002, p. 37):

“Da mesma maneira que os princípios ético-jurídicos mais gerais, os princípios constitucionais são o ponto mais importante do sistema normativo. Eles são verdadeiras vigas mestras, alicerces sobre os quais se constrói o sistema jurídico. Os princípios constitucionais dão estrutura e coesão ao edifício jurídico. Assim, devem ser obedecidos, sob pena de todo o ordenamento jurídico se corromper.”

Os princípios constitucionais se caracterizam como os valores supremos e fundantes de nosso ordenamento jurídico. Em verdade, determinam todas as diretrizes e interpretações da legislação pátria. Em razão de sua qualidade normativa especial, promovem a coesão, a unidade interna de todo o sistema.

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Os Princípios da Administração Pública são um conjunto de normas fundamentais, estabelecidas pela Constituição Federal Brasileira, que condicionam o padrão que todas as organizações administrativas devem seguir.

Os princípios estão previstos de acordo com o que diz o artigo 37 da Constituição Federal de 1988: Princípio da Legalidade, Princípio da Impessoalidade, Princípio da Moralidade, Princípio da Publicidade e Princípio da Eficiência.

O princípio da Legalidade encontra-se expressamente disposto em nossa Constituição Federal no artigo 37 bem como no artigo 5º:

“Artigo 5º- Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...]
II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;
[...].”

A legalidade administrativa significa que a Administração Pública só pode o que a lei permite. Cumpre à Administração, no exercício de suas atividades, atuar de acordo com a lei e com as finalidades previstas, expressas ou implicitamente, no Direito. Helly Lopes Meirelles esclarece que:

“A legalidade, como princípio de administração significa que o administrador público está, em toda sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei, e as exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso”. (MEIRELLES, 2005, p. 87/88).

Meirelles (2005) discorre que no art. 37 a premissa do Princípio da Legalidade desloca-se para a esfera da ação pública, ao determinar que o administrador público só possa atuar dentro daquilo que é previsto e permitido por lei.

Ainda sobre o Princípio da Legalidade Vieira (2002, p. 01) expõe que: “para o direito administrativo brasileiro o Princípio da Legalidade admite um significado muito especial, pois, revela-se elemento de garantia e segurança jurídica”.

Pode-se dizer que o Princípio da Legalidade é uma das maiores garantias para os gestores frente o Poder Público. Ele representa total subordinação do Poder Público à previsão legal, visto que, os agentes

da Administração Pública devem atuar sempre conforme a lei. Assim, o administrador público não pode, mediante mero ato administrativo, conceder direitos, estabelecer obrigações ou impor proibições aos cidadãos.

Acerca do Princípio da Impessoalidade, Miranda (2008, p.05) propõe: "Podemos considerar o Princípio da Impessoalidade como o desdobramento do princípio da igualdade, no qual se institui que o administrador deva objetivar o interesse público".

Para Miranda (2008, p. 19):

"[...] a impessoalidade tem bases legais no postulado da isonomia e implica no cumprimento das determinações da Constituição Federal, Art. 37, II que exige concurso público para ingresso em cargo ou emprego público; ou no artigo 37, XXI bem como na exigência de licitações públicas para prestação de serviços privados aos órgãos públicos. O princípio da impessoalidade estabelece que não possa conter marca pessoal do administrador na gestão pública."

O princípio da impessoalidade ou finalidade, referido na constituição de 1988 (art. 37, caput), deve ser entendido como aquele princípio que vem excluir a promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos sobre as suas realizações administrativas.

Segundo Mello (2009) o princípio da impessoalidade consiste na atuação da Administração sem discriminações que visem prejudicar ou beneficiar determinado administrado, com a destinação de atingir o interesse coletivo. Mello ainda procura dar destaque a este princípio, argumentando:

"Nele se traduz a ideia de que a Administração tem que tratar a todos os administrados sem discriminações, benéficas ou detrimentes. Nem favoritismo nem perseguições são toleráveis. Simpatias ou animosidades pessoais, políticas ou ideologias não podem interferir na atuação administrativa e muito menos interesses sectários, de facções ou grupos de qualquer espécie". MELLO (2009, pag. 114)

Este princípio busca em primeiro lugar atender ao interesse público, coibindo qualquer tipo de atuação arbitrária do administrador bem como o dos agentes públicos. O objetivo do princípio da impessoalidade no ordenamento jurídico é buscar e trazer para toda a sociedade plena segurança jurídica em relação à administração pública, garantindo a igualdade e impedindo qualquer tipo de imparcialidade.

Meirelles conceitua o princípio da impessoalidade como "clássico princípio da finalidade", que impõe ao administrador público que só pratique o ato para o seu fim legal. E o fim legal é unicamente aquele que a norma de direito indica expressa ou virtualmente como objetivo do ato, de forma impessoal (MEIRELLES, 2013, pag.95).

Com relação ao Princípio da Moralidade se verá que nem tudo que é legal é moral, sendo este princípio um dos mais importantes do Direito Administrativo.

A Constituição Federal, ao consagrar o princípio da moralidade, determinou a necessidade de sua proteção e a responsabilização do administrador público amoral ou imoral.

Segundo as determinações da Constituição Federal (BRASIL, 1988):

“Art. 5.º, LXXIII, qualquer cidadão é parte legítima para a propositura de ação popular que tenha por objetivo anular atos entendidos como lesivos, entre outros, à própria moralidade administrativa. Também se, segundo os preceitos da Carta Magna, o descumprimento desse princípio constitui improbidade administrativa.”

Por fim, infringi-lo implicará violação ao próprio Direito, às regras constitucionais, configurando uma ilicitude sujeita à invalidação. Moraes (2005), assim se manifesta:

Pelo princípio da moralidade administrativa, não bastará ao administrador o cumprimento da estrita legalidade, ele deverá respeitar os princípios éticos de razoabilidade e justiça, pois a moralidade constitui pressuposto de validade de todo ato administrativo praticado (MORAES, 2005, p. 296).

A respeito do Princípio da Moralidade, os atos da Administração Pública devem estar moldados aos padrões éticos, predominantes na sociedade, para que a gestão dos bens e interesses públicos seja válida, sob pena de invalidade jurídica (VIEIRA, 2002).

Na visão de Miranda (2008, p.04):

“A moralidade administrativa como princípio constitui hoje pressuposto de validade de todo ato da Administração Pública. Conforme doutrina não se trata da moral comum, mas sim de uma moral jurídica, entendida como o conjunto de regras de conduta tiradas da disciplina interior da administração.”

A moral jurídica tem conteúdo próprio está aparelhada aos princípios da legalidade e da impessoalidade. O agente administrativo não pode desfavorecer o elemento ético de sua conduta, ele deve acrescentar ao seu comportamento funcional o agir padrão da coletividade, apreciando os valores e princípios.

Desenvolvendo a sua doutrina, explica Meirelles:

“o agente administrativo, como ser humano dotado da capacidade de atuar, deve, necessariamente, distinguir o Bem do Mal, o Honesto do Desonesto. E, ao atuar, não poderá desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas também entre o honesto e o desonesto.” (MEIRELLES, 2012, pág. 90).

Por considerações de direito e de moral, o ato administrativo não terá que obedecer somente à lei jurídica, mas também à lei ética da própria instituição, porque nem tudo que é legal é honesto, conforme já proclamavam os romanos.

Cumpra observar que o princípio da moralidade se aplica também aos particulares, uma vez que não são raros os casos de formação de conluio buscando fraudar a realização de licitações públicas. Nesses casos, um pequeno grupo de empresas se reúne para obter vantagens em seus relacionamentos com a Administração. Tais condutas mostram-se, além de ilegais imorais e desonestas.

No que diz respeito ao princípio da publicidade, verifica-se que ele exerce, basicamente, duas funções: O primeiro entendimento refere-se à publicação oficial dos atos administrativos a fim de que eles possam produzir efeitos externos. A exigência de publicação oficial dos atos externos da administração não é um requisito de validade, mas sim pressuposto de sua eficácia. O outro aspecto diz respeito à exigência de transparência da atividade administrativa como um todo. Estão ressalvados os atos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Dessa forma, O Princípio da Publicidade, nada mais é do que o dever atribuído à administração pública de dar total transparência de todos os seus atos praticados, divulgação oficial do ato, tendo ainda o dever de fornecer a todo particular que requisitar, informações sejam públicas, de interesse pessoal ou mesmo personalíssima, desde que constem de bancos de dados públicos, pois via de regra, não pode haver sigilo sobre atos administrativos.

Não obstante, temos que observar que tal princípio aceita algumas exceções, como por exemplo:

- Os atos e as atividades relacionados com a segurança da sociedade ou do Estado;
- No caso do conteúdo da informação for resguardado pelo direito a intimidade, que resguardado pelo art. 37, § 3º, inciso II, CF/88.

De toda sorte, a publicidade não é elemento formador do ato, mas sim requisito de sua eficácia e moralidade, logo, os atos irregulares não irão se tornar válidos pela publicação, assim como, os válidos não dispensam a publicidade para sua exequibilidade.

Mello (2004, p. 23) faz a seguinte observação ao princípio da publicidade:

“O acesso difuso do público aos dados das atividades da administração, seja pela publicação na imprensa oficial e na imprensa comum, seja pela prestação de contas dos seus atos, ou pelo fornecimento de informações de interesse geral ou particular, quando solicitadas nos órgãos públicos, sob pena de responsabilidade.”

A regra compreende a publicidade das contas públicas a todos, constituindo-se em condições de eficácia dos atos estatais que tenham

que produzir resultados externos, atribuindo transparência à gestão da coisa pública (VIEIRA, 2002).

Para Meirelles (2005) a publicidade sobrevém com a divulgação oficial do ato administrativo para informação pública e início de seus resultados externos.

Deste modo, a publicidade institucional se torna um instrumento de transparência e controle da Administração Pública pela sociedade, permitindo que a população fiscalize a atividade administrativa.

Eficiência, em síntese, é a relação entre os resultados obtidos e os recursos empregados. Assim, um procedimento administrativo é eficiente quando empregar um pequeno número de recursos (materiais, humanos e de tempo) para produzir um grande número de resultados.

Não se confunde com eficácia, que é qualidade do ato administrativo que possibilita a produção de efeitos jurídicos. Assim, ato eficaz é aquele que cria, modifica ou extingue direito, enquanto que o ato ineficaz é aquele que ainda não tem efeitos jurídicos, porque ainda não veio a tê-los (atos pendentes) ou porque estes já foram totalmente produzidos (atos exauridos).

Também não se confunde com efetividade, que é qualidade de tudo aquilo que está, de fato, sendo executado.

Assim, um ato pode ser eficaz, mas não ter efetividade se for sistematicamente descumprido. De acordo com Alexandre de Moraes (2005), o princípio da eficiência tem as seguintes características:

- Direcionamento da atividade e dos serviços públicos à efetividade do bem comum, uma vez que a Constituição Federal determina ser objetivo fundamental da República Federativa do Brasil (art. 3º, IV) promover o bem de todos;
 - Imparcialidade: independência de quaisquer interesses privados;
- Neutralidade: consideração de todos os interesses na resolução de um conflito;
- Transparência de todas as atividades administrativas, possibilitando amplo conhecimento e participação popular;
- Participação e aproximação dos serviços públicos da população (princípio da gestão participativa): a EC 19/98 incluiu, no art. 37, § 3º, a previsão de que a lei disciplinará a participação do usuário na administração pública;
- Desburocratização: simplificação e desregulamentação de procedimentos, com a eliminação de exigências desnecessárias;
- Busca da qualidade: melhoria constante das atividades administrativas, especialmente dos serviços fornecidos à população.

O princípio da eficiência já constava implicitamente na Constituição Federal, na qual sempre houve a previsão de concursos públicos para o provimento de cargos efetivos, de licitações para a escolha do melhor contrato e de controle de economicidade exercido pelo tribunal de contas.

A EC 19/98, além de introduzir expressamente o princípio, também incluiu diversos dispositivos decorrentes dele como, por exemplo:

- A obrigatoriedade da União, dos Estados e do Distrito Federal de instituírem escolas de administração pública para seus servidores;
- A possibilidade de perda do cargo do servidor estável por meio de avaliação periódica de desempenho e a criação das agências executivas;
- O direito à razoável duração do processo, previsto no art. 5º, LXXVIII, da CF.

Segundo Mello (2004) O Princípio da Eficiência implica medir custos frente a satisfação das precisões públicas, preferindo pela relação menor custo e melhor qualidade do serviço ofertado, uma rica arma no combate à má administração .

Na opinião de Gonçalves (2012, p.02) o Princípio da Eficiência:

"(...) dá legitimação para o controle do exercício da atividade do agente público, tanto pelo cidadão, como pela própria administração pública. E este controle, abrange tanto a competência vinculada, como a discricionária dos agentes públicos. Isso porque o objetivo do princípio da eficiência é a própria satisfação do interesse público."

Meirelles (2005, p. 08) faz algumas observações:

"O Princípio da Eficiência não se restringe segundo um conceito jurídico, pois ele nada mais é que um fator, portanto não qualifica normas e nem atividades. Pode-se, entretanto relacionar eficiência com o fazer acontecer com racionalidade."

Alexandre Moraes (2002, pag. 37) conceitua o princípio da eficiência de forma mais ampla:

"Assim, princípio da eficiência é o que impõe à administração pública direta e indireta e a seus agentes a persecução do bem comum, por meio do exercício de suas competências de forma imparcial, neutra, transparente, participativa, eficaz, sem burocracia e sempre em busca da qualidade, rimando pela adoção dos critérios legais e morais necessários para melhor utilização possível dos recursos públicos, de maneira a evitarem-se desperdícios e garantir-se maior rentabilidade social."

O objetivo do princípio da eficiência é satisfazer às necessidades coletivas num regime de igualdade dos usuários, ou seja, é a utilização dos melhores meios sem se distanciar dos objetivos da

Administração Pública, atingindo a satisfação das necessidades coletivas.

CONCLUSÃO

O agente público é subordinado ao estrito limite que a lei lhe impõe, não havendo, portanto, espaço para liberdade e vontade particular. Quanto ao gestor este deve conduzir a administração de forma ética e transparente.

Neste contexto, os princípios constitucionais da administração apresentam-se como a base fundamental que condiciona a gestão pública a imposições restritivas. Há uma cobrança cada vez maior nos últimos anos por parte da sociedade por transparência e probidade, no trato da coisa pública. Por estas razões, os gestores públicos devem obedecer e respeitar os princípios constitucionais uma vez que a administração pública está sujeita as leis ou normas administrativas contidas na Constituição Federal, exemplo disto, só é possível fazer o que a lei autoriza. Ao afastar-se ou desviar-se dos princípios a administração pública é exposta à responsabilidade civil e criminal, conforme o caso.

Por fim, convém assinalar que a inobservância de qualquer dos princípios da Administração Pública gera irregularidade no procedimento, tornando-o inválido e incapaz de produzir efeitos jurídicos, ensejando, inclusive a nulidade do processo, o que nos revela a enorme importância do tema ora tratado, que não pode deixar de ser observado pelos aplicadores do direito e sequer por gestores e agentes públicos.

Desta forma, toda a sociedade está ciente da sujeição da Administração Pública aos princípios ora estudados, devendo, portanto, ser fiscal da fiel aplicação daqueles mandamentos e, exigir a sua observância em todos os atos administrativos, visando à transparência, legalidade e moralidade na administração.

Conclui-se, portanto, que a ação ética deve ser o mecanismo norteador da conduta do agente público capaz de tornar a Administração Pública mais transparente e democrática. E que quando a aplicabilidade dos princípios ocorre em conformidade com os ditames legais, permite que o processo aperfeiçoe-se, tornando a Administração Pública eficiente.

Resta-nos agora exigir o cumprimento do dispositivo legal, a fim de que as condutas do administrador público sejam, efetivamente, pautadas pela lei, com o objetivo de concretização do interesse público.

REFERÊNCIAS

AURÉLIO. Dicionário do Aurélio Online 2018. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/principio>>. Acesso em: 11 de Abril 2019

BARROSO, Luís Roberto. Interpretação e aplicação da Constituição: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora. 3. ed. São Paulo: **Saraiva**, 1999.

BRASIL. Constituição Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 29 de janeiro de 2019.

BRASIL. Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000: Lei de Responsabilidade Fiscal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/lcp/Lcp101.htm>. Acesso em: 29 de janeiro de 2019.

BRASIL. Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999: Lei de Improbidade Administrativa. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l9784.htm>. Acesso em: 30 de janeiro de 2019.

GONÇALVES, Maria Denise A. P. Gestão Pública sob novo paradigma da eficiência. 2012. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,a-gestao-publica-sob-o-novo-paradigma-da-eficiencia,36535.html>>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2019.

MARTINS, Sergio Pinto. Direito do Trabalho. 19ª. ed. São Paulo: **Editora Atlas**, 2004.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 30. Editora São Paulo: **Malheiros**, 2005.

_____, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 33ª ed. São Paulo: **Malheiros**, 2007.

_____, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: **Ed. Medeiros**, 2012.

_____, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 40ª ed. São Paulo: **Malheiros**, 2013.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 17. Editora São Paulo: **Malheiros**, 2004.

_____, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 25. Editora São Paulo: **Malheiros**, 2008.

_____, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 26. ed. rev. e atual. São Paulo: **Editora Malheiros**, 2009. pag. 114.

MORAES, Alexandre de. Reforma Administrativa: Emenda Constitucional nº 19/98. 3. ed., São Paulo : **Editora Atlas**, 1999, p. 30.

_____, Alexandre de. Direito Constitucional. São Paulo: Editora **Atlas**, 2005.

_____, Alexandre de. Constitucionalização do direito administrativo e princípio da eficiência. In: FIGUEIREDO, Carlos Maurício. (org.); NÓBREGA, Marcos. (org.) Administração Pública: direito administrativo financeiro e gestão pública: prática, inovações e polêmicas. São Paulo: **Editora Revista dos Tribunais**, 2002.

MIRANDA, Maria Bernadete. Princípios Constitucionais do Direito Administrativo. São Paulo: **Revista Virtual Direito Brasil**, 2008.

NUNES, Luiz Antônio Rizzatto, O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana: doutrina e jurisprudência. São Paulo: **Saraiva**, 2002

ROCHA, Carmen Lúcia Antunes. Princípios Constitucionais da Administração Pública. 1. Ed. Belo Horizonte: **Editora Del Rey**, 1994.

VIEIRA, Felipe. Ética na Administração em face dos princípios constitucionais de administração pública. 2002. Disponível em: <<https://admpublicaufpr.wordpress.com/2010/05/11/etica-na-administracao-em-face-dos-principios-constitucionais-de-administracao-publica/>>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2019.

PERSPECTIVA JUNGUIANA DA ARTETERAPIA

Galarça , Arlene Stumpf Martinez²

RESUMO

Arteterapia é o fluxo da expressão criativa que permite uma reinvenção no seu modo de ser e estar no mundo; é uma disciplina cujos princípios estão nas mais variadas formas de arte e, também, da psicologia, buscando a comunicação de pensamentos, prática que coloca como arte aquilo que é difícil de expressar com palavras. O presente artigo, através da metodologia de exploração bibliográfica qualitativa, busca descrever a Arteterapia com abordagem Junguiana, psicanalítica, com o objetivo de auxiliar a busca pelo autoconhecimento e criação de novos projetos de vida, incluindo a Arteterapia e seu desenvolvimento no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Arteterapia. Psicologia Junguiana. Gestáltica.

INTRODUÇÃO

A palavra arte procedeu do latim “ars”, com sentido de habilidade, técnica ou talento especial. Está associada aos pensamentos e sensações que o sujeito busca para expressar suas emoções, através de alguns padrões, como harmonia, sentimentos e equilíbrio.

A arte está presente desde o início dos tempos, com o homem primitivo e sua presença artística rupestre, o qual foi evoluindo com o desenvolvimento dos séculos até os dias atuais, com formas de expressão desenvolvidas em criatividade e comunicação. Assim, ela incentiva nossa inteligência, percepção, imaginação e raciocínio, contribuindo na individualidade ou coletividade.

A Arteterapia insere-se dentro de um contexto de exploração criativa e valorização do indivíduo, promovendo por meio da utilização dos recursos artístico-expressivos, forma de recursos terapêuticos, com o objetivo de possibilitar ao indivíduo a realização de uma imagem interna, é um caminho de descoberta para o indivíduo que permite ao psicólogo e ao seu cliente, acessar ideias emocionais através da própria atividade artística.

É uma expressão criativa, que permite uma imaginação no seu modo de ser e estar no mundo, com representações simbólicas e inovadoras buscando a prevenção, recuperação, saúde psíquica, qualidade de vida e bem-estar. É uma técnica cada vez mais presente na prevenção da saúde, abrange o campo do contexto clínico, educacional, comunitário e organizacional.

[...] a Arteterapia caracteriza-se por possibilitar que qualquer um entre em contato com seu próprio universo interno, com aqueles que estão à sua volta e com o mundo. À medida que

² Aluna do curso de Especialização em Arteterapia, pelo Instituto Souza. E-mail: arlenegalarca@bol.com.br.

a emergência da expressão se mostra cada vez mais indispensável, tanto mais o sentido da vida torna-se evidente e, conseqüentemente, o despertar do desejo de como aprender a lidar com os problemas, com os medos, com as deficiências, de modo a tornar os pensamentos e os atos mais consonantes com o viver pleno (ASSOCIAÇÃO DE ARTETERAPIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2009).

Este artigo tem como objetivo refletir sobre a Arteterapia como ferramenta de trabalho, seu conceito e os benefícios dessa prática, constituído de autores e seu significado dentro do processo terapêutico na concepção estética do ser humano.

Terapia é uma palavra de origem grega "*therapéia*", que significa método para cuidar, tratar pessoas. Já no Dicionário Aurélio, encontra-se a seguinte definição: "parte da medicina que estuda e põe em prática os meios adequados para aliviar ou curar os doentes" (FERREIRA, 2008).

EXPRESSÕES SOBRE A ARTE NA VISÃO DOS FILÓSOFOS

Segundo Valladares (2008), a arte é inerente ao ser humano e é um meio de expressão, comunicação e de linguagem.

Na visão de Ciornai (1995, p. 59-61), o propósito fundamental da Arteterapia é resgatar a criatividade na vida, ou seja, contribuir para que o sujeito aprenda a lidar criativamente com os limites que a vida lhe impõe, transformando-se assim em artista da própria vida. Isso é possível porque a arte nos abre a uma realidade alternativa, na qual o homem pode perceber, figurar e reconfigurar suas relações consigo, com os outros e com o mundo.

Segundo Victório (2008 p. 56), "a Arteterapia considera que o indivíduo é criativo por natureza e que, do desenvolvimento de sua criatividade, depende a sua saúde psíquica".

De acordo com Jung (1987 apud Victório, 2008), "o anseio criativo vive e cresce dentro do homem como uma árvore no solo do qual extrai seu alimento. Por conseguinte, faríamos bem considerar o processo criativo como uma essência viva implantada na alma do homem".

A arte não se restringe apenas a museus e galerias, ela está presente no nosso cotidiano e o artista não é somente aquele que se apresenta nos palcos. O artista é caracterizado pela capacidade de criar, trabalhar e realizar ações e obras que agradem seus sentidos e os dos outros. Na criança, a arte é encontrada de forma inata e espontânea e geralmente se manifesta em suas brincadeiras. Muitos pesquisadores já comprovaram a importância do brincar para o desenvolvimento saudável da criança. Eles destacam que o brincar ajuda no desenvolvimento sensorio motor, intelectual, no processo de socialização, no aperfeiçoamento da criatividade e na autoconsciência (FRANÇANI et al.,1998).

Freud já reconhecia a arte como projeção do inconsciente e fruto de um mecanismo através do qual os impulsos sexuais reprimidos, por não serem aceitos, são desviados por uma meta alternativa de

satisfação, socialmente aceita, pelo mecanismo de sublimação. Dessa forma, a Arteterapia pode ser um facilitador no processo de compreensão e resolução de estados afetivos conflituosos ao permitir a criação da arte, ou seja, por meio dela o sujeito entraria em contato com os seus símbolos a serem compreendidos e transformados. Portanto, a arte tem uma função psíquica natural com papel estruturante (BILBÃO, 2005).

A Arteterapia é um processo terapêutico que faz uso da arte e a entende como uma representação simbólica da vida intrapsíquica do indivíduo e, também, como um recurso mediador da interação com as pessoas. Este processo terapêutico trabalha com a intersecção de vários conhecimentos: educação, saúde, arte e ciências. É um dispositivo terapêutico que possui uma prática transdisciplinar, visando resgatar o homem em sua integridade por meio de processos de autoconhecimento e transformação. A arte em si é uma forma de expressão, comunicação, linguagem e é inerente ao ser humano além de estar ao alcance de todos (VALLADARES, 2008).

HISTÓRICO DA ARTETERAPIA

Na época das cavernas, os seres humanos buscavam representar imagens através de desenhos para descrever o mundo em que viviam. Com o passar dos tempos, usavam danças, cantos, tatuagens e pinturas em rituais de cura, de poder e invocação às forças da natureza como uso terapêutico das artes.

A Arteterapia chegou ao Brasil através do psiquiatra Ulysses Pernambucano, que foi o pioneiro no uso da Arteterapia entre pacientes psiquiátricos, em 1920. Outros médicos, inspirados em seu trabalho, publicaram artigos e aplicaram a técnica em algumas instituições ao longo do século XX. Dois grandes psiquiatras brasileiros também o fizeram: Osório César e Nise da Silveira.

No Brasil, em 1923, Osório César, interno do Hospital Juquerí, no Rio de Janeiro, começa a desenvolver estudos sobre artes dos alienados. Em 1925, foi criada a escola livre de artes plásticas neste hospital. Nise da Silveira, em 1946, inclui oficinas de arte na seção de terapia ocupacional no Centro Psiquiátrico D. Pedro II. Em 1952, é criado o Museu do Inconsciente. Em 1956, Nise da Silveira participa do Congresso em Zurique, a convite de Carl Gustav Jung, levando uma enorme quantidade de trabalhos dos internos. Em torno de 1970, foi ministrado o primeiro curso de Arteterapia na PUC, por um norte-americano. Nise da Silveira, em 1981, escreve seu livro 'Imagens do Inconsciente'. O primeiro curso de pós-graduação em Arteterapia ocorreu em 1996, no Rio de Janeiro. Em outubro de 1999, foi criada a Associação de Arteterapia do Rio de Janeiro.

A psiquiatra Nise da Silveira inaugurou no Brasil, em 1946, uma das terapias mais crescentes no país: a Arteterapia. Ao trabalhar no Centro Psiquiátrico D. Pedro II, no Rio de Janeiro, procurou compreender as imagens produzidas pelos pacientes sob a ótica da teoria Junguiana, fez um excelente estudo e deixou um grande

legado para a Arteterapia. Trabalhos dos internos foram apresentados por ela em um congresso de psicopatologia na Europa. Em 1952, fundou o Museu de Imagens do Inconsciente e, em 1981, escreveu o livro "Imagens do Inconsciente".

Inspirados no trabalho da Dr.^a Nise da Silveira, inúmeros profissionais passaram a se utilizar das técnicas artísticas no tratamento aos transtornos mentais. Os seguidores de Nise da Silveira, no Brasil e no mundo, criaram a arte como meio de apoio terapêutico permitindo ao indivíduo por meio da imediação esclarecer os enigmas presos no seu inconsciente. Grande admiradora da teoria de Jung, com quem trabalhou por alguns anos, sustentava uma visão singular e contrária ao tradicionalismo psiquiátrico, de que a psicopatologia seria uma outra forma de experimentar e existir no mundo.

Nise deu continuidade aos seus projetos, sob forma de Projeto Casa das Palmeiras (RJ), fundada em 1956, lugar voltado somente para a recuperação de pessoas recém egressas de hospitais e serviços psiquiátricos, até hoje.

A casa funcionava com ênfase no contato afetivo e na expressão criativa, para promover a recuperação dos indivíduos atendidos.

Apesar do falecimento, em 1999, seus projetos, seu carinho pela arte e, principalmente, pelos humanos, são elementos eternos de sua trajetória no mundo.

Nise fez um excelente estudo e deixou um grande legado para a Arteterapia, inaugurou um novo olhar acerca da relação entre arte e loucura, fundou o Museu de Imagens do Inconsciente e, em 1981, escreveu o livro "Imagens do Inconsciente".

Obra de Adelina Gomes, uma das pacientes de Nise da Silveira



Fonte: Acervo do Museu de Imagens do Inconsciente

Conforme analisa Frayze-Pereira (2003, p. 198), o Museu de Imagens do Inconsciente se constituiu, desde sua origem, como “um núcleo de pesquisa da esquizofrenia”.

Inspirados no trabalho da Dr.^a Nise da Silveira, inúmeros profissionais passaram a se utilizar das técnicas artísticas no tratamento aos transtornos mentais.

Nise da Silveira e Osório César foram os pioneiros no trabalho com Terapias Expressivas no Brasil.

A lacaniana Françoise Douto, em 1972, utiliza a arte como meio de comunicação com crianças. Através de gestos, mímica, desenho, escultura e outras expressões, ela interage com crianças, até mesmo com as que não falam, procurando desta forma ajudar também no desenvolvimento motor, no raciocínio e no relacionamento afetivo. Ao utilizar os princípios da Gestalt-Terapia, Janie Rhyne relata a sua experiência e as transformações de seus clientes com a aplicação de suas técnicas de fazer arte. Escreve o livro “*The Gestal Art Experience*”, que mostra a possibilidade de o indivíduo promover o contato com os conflitos e reorganizar as próprias percepções através da arte.

Natalie Rogers, filha de Carl Roger, em 1974, aplica os princípios da teoria centrada na pessoa junto ao trabalho expressivo como pintura, modelagem, expressão corporal, teatro, dança, música, poesia e mímica. Ela demonstra que a expressão deve ser verbalizada e compreendida pelo próprio paciente e não interpretada pelo terapeuta. Denomina este trabalho de Conexão Criativa.

Na década de 1980, essa abordagem foi trazida ao Brasil por Selma Ciornai, psicoterapeuta Gestáltica, com formação em Arteterapia em Israel e nos Estados Unidos. Foi ela quem criou e desenvolveu, em São Paulo, o curso de Arteterapia no Instituto Sedes Sapientiae. Outras teorias mais recentes vêm fundamentando a Arteterapia, como o psicodrama de Moreno, as linhas humanista, sistêmica e transpessoal. A Arteterapia, sem sombra de dúvida, contribui ascendentemente para que o homem do século XXI possa adquirir maior qualidade de vida (texto extraído da pesquisa científica “Arteterapia como coadjuvante no tratamento dos transtornos mentais”, 2012).

Freud, no início do século XX, totalizou que a arte é como o inconsciente que se manifesta através de imagens, que emana conceitos fundamentais mais do que as palavras, constatou que o artista expressa o inconsciente na produção artística, apresentando questões do psiquismo.

Em 1980, Margarida J. de Carvalho introduziu o primeiro curso de Arteterapia, no Instituto Sedes Sapientiae, em São Paulo, psicóloga Clínica, professora do Instituto de Psicologia da USP e coordenadora, em 1995, do livro “A Arte Cura? Recursos Artísticos em Psicoterapia”. Com o passar do tempo, o uso da arte como instrumento terapêutico foi aumentando, surgindo Margaret Naumburg, conhecida como a

“mãe” da Arteterapia, que constituiu noções teóricas sólidas para o aperfeiçoamento na expressão artística com arte-educação, fazendo da Arteterapia Psicanalítica um instrumento terapêutico.

Margaret Naumburg era uma psicóloga americana, educadora, artista, autora e uma das primeiras grandes teóricas da Arteterapia. Ela nomeou sua abordagem de terapia artística orientada dinamicamente. Antes de trabalhar em Arteterapia, ela fundou a Walden School of New York City. Seu desempenho foi denominado de Artpsicoterapia e intitulava o desbloqueio de expressão e estímulo à participação por parte do indivíduo (texto traduzido do inglês).

ARTETERAPIA JUNGUIANA

A Arteterapia Junguiana desenvolveu-se entre o final do século XIX e o início do século XX, Carl Gustav Jung iniciou uma forma de atuar com a psicologia clínica, um olhar novo sobre a visão do mundo e do indivíduo. Movimento este que criou um relacionamento com Freud, tornando ele um portador de suas ideias. Com o tempo, Freud buscava as causas, Jung buscava a direção, mas, devido à contradição de princípios, romperam. Jung caminhou procurando uma solução.

Jung descobriu, em suas buscas sobre simbolismo, uma conexão entre os sonhos dos indivíduos com conflitos interiores e os desenhos que eles criavam. Percebeu a arte como expressão para o raciocínio do inconsciente do indivíduo. Observou em seu trabalho clínico que a produção artística, em especial o desenho e a pintura, ao estimular a concentração, imaginação e a criatividade, poderia apresentar dupla eficácia: conservar a ordem psíquica ou restabelecê-la. Jung criou o processo de autodesenvolvimento, denominado individuação, envolvendo a criatividade e a concretização de imagens que possibilitam contato com o inconsciente pessoal e coletivo.

Carl Gustav Jung (1875-1961), médico psiquiatra suíço, fundador da Psicologia Analítica e pesquisador do funcionamento do corpo e da mente do homem, aplicou a arte como instrumento para conectar-se ao inconsciente, dando início aos estudos que incluíram as atividades artísticas como meio de expressão da essência do ser humano.

Em 1875 e 1961, a teoria dos arquétipos que traduz as ilustrações primordiais, as ideias imaginárias e as metafóricas do inconsciente coletivo, distribuídos por toda a humanidade e evidenciados em histórias ou no imaginário individual. Apontou também a dificuldade que os indivíduos simbolizam para estimular afetos profundamente guardados e trazê-los à consciência por meio do instrumento verbal (JUNG, 2001). A partir daí, Jung compreendeu o fato de a espécie humana ter escolhido caminhos mais suaves de expressão, como a dança, as representações mímicas, a pintura, a escultura e a música (JUNG; WILHEIM, 2001).

Segundo Valladares (2003), a Arteterapia na teoria Junguiana propicia o fornecimento de materiais expressivos diversos e adequados para a criação de símbolos presentes no universo

imagético singular de cada cliente, universo que se traduz em produções simbólicas que retratam estruturas psíquicas internas do inconsciente pessoal e coletivo. A Arteterapia facilita a entrada no psiquismo humano por infinitas possibilidades da arte e, através da linha Junguiana, o surgimento dos símbolos abre caminho para o trabalho do Arteterapeuta.

Na sua obra, Jung relatou que estágios dos métodos de individuação eram mudados em símbolos com temáticas iguais e estas representações, do inconsciente coletivo, repetidas em histórias, contos, lendas, tradições religiosas, tratados alquímicos e ritos de passagem de locais geograficamente distantes. As expressões assíduas nos indivíduos renascem em sonhos, desenhos, pinturas, esculturas e nos símbolos gerados através da imaginação ativa e nas ideias de visualização e meditação.

Em sua discrepância há um pequeno vínculo entre esses dois campos que pede uma análise direta. "A conexão baseia-se no fato de a arte ser uma atividade psicológica e pode ser sujeita a ideias de natureza psicológica, ela, como toda atividade humana provinda de causas psicológicas, é objeto da psicologia" (JUNG, 1972, p. 54).

A Arteterapia ajuda no psiquismo do indivíduo através da arte, por meio da linha Junguiana, com o começo dos símbolos tem espaço para o trabalho do Arteterapeuta, contribuindo na estruturação e expansão do indivíduo através da criação. Os símbolos, presentes nas criações plásticas podem estar nas ideias imaginárias e no corpo, na mudança da energia do corpo, chamadas "doenças criativas", que necessitam de observação e alteração no desempenho psíquico.

Jung considerava a criatividade artística uma função psíquica, cuja capacidade de curar estava em dar forma, em transformar conteúdos inconscientes em imagens simbólicas (SILVEIRA, 2001).

Jung utilizava o desenho livre para facilitar a interação verbal com o paciente, porque acreditava "na possibilidade de o homem organizar seu caos interior utilizando-se da arte" (ANDRADE, 2000, p. 52).

Segundo Jung, ao nascer cada um já traz consigo uma essência, a qual precisará se tornar consciente, desenvolver-se e atuar no mundo de maneira integrada e harmônica. Porém, quando tal não acontece, a pessoa se distancia de si própria, criando doenças físicas ou psíquicas, que geram conflitos e desavenças.

A psique é constituída por diferentes partes que interagem: a consciência, o inconsciente pessoal e o inconsciente coletivo, as quais Jung descobriu ao estudar os complexos. Jung acreditou que somos levados a crer que o ego é o elemento central de toda a psique e chegamos a ignorar sua outra metade, o inconsciente.

Jung define função transcendente como "a união de conteúdos conscientes e inconscientes". Em geral, o consciente e o inconsciente raramente estão de acordo no que se refere aos seus conteúdos e tendências. A consciência do ego sempre busca a satisfação imediata e a fuga de sua imagem idealizada, enquanto o inconsciente busca a

realização da totalidade que engloba aspectos sombrios e tem o seu tempo para realizar.

Sobre essa oposição entre ego e inconsciente, Jung explica que se deve ao caráter complementar entre os dois. Esse conflito possui uma função que é gerar tensão, a fim de promover energia e movimento, uma vez que a tendência da consciência é se manter no mesmo estado, ou seja, a inércia.

"*Psique*", termo de origem grega, indica o "sopro" que torna vivo um corpo, que o anima. A psique, essencialmente simbólica, reúne todos os aspectos da personalidade, tanto conscientes como inconscientes; sua função consiste em harmonizar e regular internamente o indivíduo, orientando-o para o convívio social, além do que tem uma função teleológica, ou seja, ela sempre possui um objetivo e direciona o indivíduo para a realização de um propósito relacionado à essência de cada um.

Jung relata que devemos ser o que realmente somos e descobrir nossa própria individualidade, só assim poderemos satisfazer nossas necessidades.

"Mesmo uma vida feliz não pode existir sem um pouco de escuridão".

Em entrevista ao jornalista Gordon Young, feita em 1960, Jung observa que a palavra "felicidade" perderia seu significado se não fosse equilibrada por um pouco de tristeza. "É compreensível que busquemos a felicidade e evitemos os momentos de pouca sorte", explica. "Mesmo assim, a razão nos ensina que essa atitude não é razoável e o melhor seria encarar as coisas conforme elas surgem, com paciência e complexos psicológicos".

O termo complexo, em psicologia, indica um conjunto de conteúdos de tom emocional que se agrupam em torno de um núcleo, ou seja, a um tema da vida. Por exemplo, "O complexo que Jung ligasse de mãe", que Freud chamou de Édipo; neste caso, o tema fundamental, ou seja, o núcleo, é a mãe, e se manifesta como uma pessoa que o tempo todo pensa e fala sobre a mãe.

A natureza de qualquer complexo é que manifesta um conjunto de emoções e pensamentos mecânicos, que escapam ao nosso controle consciente e que giram em torno do mesmo tema, uma e outra vez. Jung diz que nós não temos o complexo, mas sim que este nos tem a nós. É importante observar que o complexo nos extrai energia psíquica, redicendo a nossa vida interior e exterior ao tema determinado pelo complexo, ou uma abordagem positiva dos complexos.

Para Jung, os complexos não são necessariamente negativos. Tornam-se negativos somente se os ignorarmos, mas sim, tentamos resolver o conflito que eles apontam. Se começamos a trabalhar para transcender o complexo, este se transforma em positivo, no sentido que nos permite desenvolver em nós qualidades e capacidades que não formular se o complexo não se apresentar para gerar o suficiente

desconforto interno e externo, que questione as nossas limitadas e erradas abordagens da vida.

A Psicologia de Jung, assim como outras abordagens transpessoais, sustentam, com o EJ. De homens e mulheres, ao longo da história, que podemos estar completamente livres de complexos. Quando isso acontece, toda a energia que estava trancada nos complexos é usada para o nosso crescimento interior e, assim, expressar a criatividade necessária para concretizar a nossa missão na vida.

Para resolver e transcender os complexos tornam-se necessárias técnicas e procedimentos. Não basta o simples desejo. É necessário um conhecimento preciso daquilo que chamamos de nós mesmos. Juntamente com o conceito de "arquétipo", existem, na psicologia Junguiana, os chamados "complexos psicológicos", os quais são considerados agrupamentos de ideias com uma intensa carga emocional que fazem parte do inconsciente pessoal de cada indivíduo. Quando um complexo, por diversos motivos, "se ativa", torna-se uma força do inconsciente semiautônoma, que tem o poder de acabar e deslocar para a consciência.

Quando um complexo emocional se apodera de alguém, o "Eu" fica fora de combate. A pessoa pode não ser consciente ou estar cega diante do que está acontecendo, enquanto as pessoas ao redor dela reagem de formas diferentes. Pode ser que lhe sigam a corrente, lhe evitem, lhe temam ou que o seu complexo provoque nos outros um complexo inconsciente equivalente. Ou, ainda, que a pessoa lute contra esse complexo ao sentir que a reação dele é exagerada ou que se comporta de modos que não são próprios dele. Tanto na psicoterapia como na vida, pode-se evocar o complexo e chegar a conhecê-lo. O mero ato de observá-lo transfere a energia para o ego e, gradualmente, à medida que o "Eu" vê o que está acontecendo e resiste a deixar-se levar pelo complexo, este perde energia e influência e recua (BOLEN, 1989).

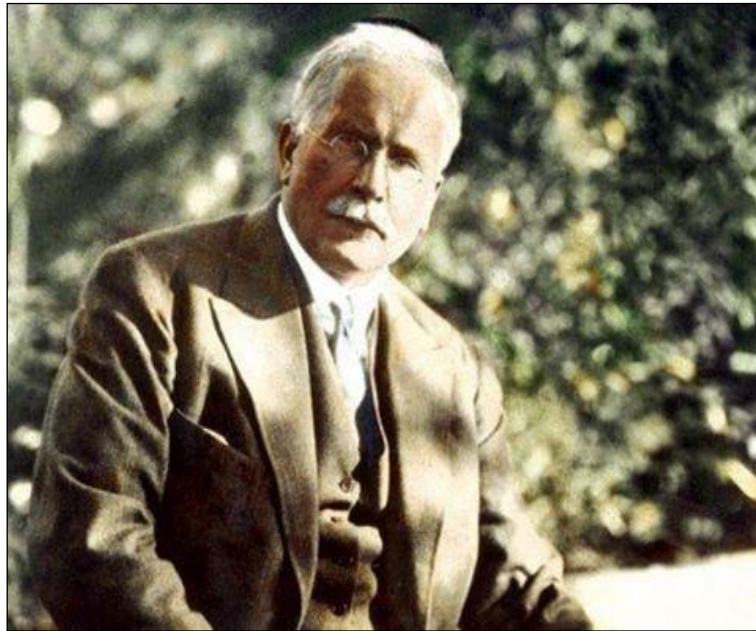
ALGUMAS CITAÇÕES CÉLEBRES DE CARL JUNG

[...] Se a gente pudesse ser educada para ver a parte mais baixa da sua própria natureza, seria esperançoso que aqueles que o aprendessem pudessem entender e amar os seus semelhantes melhor. Um pouco menos de hipocrisia e um pouco mais de tolerância para um mesmo, pode conceder somente bons resultados em relação ao nosso próximo.

[...] O encontro com um mesmo, no início, é o encontro com a própria sombra [...] a sombra é uma passagem, uma porta estreita e não há como descer para o poço profundo sem sofrer a dor do angustiamiento que envolve cruzá-la, mas é preciso aprender a conhecer-se a um mesmo para saber quem se é. Porque, por surpresa, o que se encontra por trás da porta é uma vasta extensão de incertezas sem precedentes, sem direito nem avesso, sem parte superior nem inferior, sem localização nem pertença, nem bem, nem mal. É o mundo da água [...], onde eu sou indivisivelmente isto e aquilo ao mesmo tempo, onde experimento o outro

dentro de mim mesmo e o outro fora de mim me experimenta a mim.

[...] O nosso trabalho com a sombra consiste em desmascarar, conscientiza-la e reconhecê-la como própria, saber que todos contemos duas polaridades que nos enfrentam com a vida, integrar essas polaridades e reconhecer esse oposto invisível, é a tarefa para depois poder percorrer o longo caminho da individualização.



(Carl G. Jung. Collected Works, v. 9, parte 1, p. 22).

"A felicidade perderia seu significado se ela não fosse equilibrada pela tristeza".

"Eu não sou o que aconteceu comigo, eu sou o que eu escolhi ser".

"Somente um médico ferido pode curar".

"Tudo que nos irrita nos outros pode nos levar a uma compreensão de nós mesmos".

"Sua visão se tornará clara somente quando você olhar para o seu próprio coração. Quem olha para fora, sonha; quem olha para dentro, desperta".

"Qualquer árvore que queira tocar os céus precisa ter raízes tão profundas a ponto de tocar os infernos".

"O encontro de duas personalidades assemelha-se ao contato de duas substâncias químicas: se alguma reação ocorre, ambos sofrem uma transformação".

"Toda forma de vício é ruim, não importa que seja droga, álcool ou idealismo".

"Não preciso 'acreditar' em Deus; eu sei que ele existe".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Arteterapia é uma prática terapêutica em que o indivíduo faz vir à tona sentimentos, ideias, pensamentos, emoções e criatividade. O uso com a função terapêutica nos traz oportunidades de

organizarmos nossos pensamentos e ideias, de compreendermos e de mudarmos nossos comportamentos.

O que podemos perceber, ao longo da história, é que a arte auxilia na realização de ideias, retrata a filosofia dos povos em determinados períodos, possui diferentes formas e são variados os motivos que servem de inspiração para os surgimentos artísticos, individuais e coletivos.

Este artigo aprofundou meus estudos em Arteterapia, com amplo alcance de informações metodológicas e bibliográficas, contribuindo com nova visão sobre a pesquisa realizada.

Ao longo da construção do trabalho ficou explícito o valor da arte como terapia, na qual possibilita ao indivíduo novas formas de comunicação e fortalece o processo criativo, fazendo com que se elaborem novas perspectivas que contribuem para o autoconhecimento.

A vida é uma arte que nos faz escrever história e nela nos são reveladas novas descobertas que nos encantam. Com a arte descobrimos sentimentos, sensibilidades, cognição e criatividade, que nos despertam a imaginação e a realização no fazer terapêutico, trabalhando o emocional, afetivo, social e psicológico.

Toda arte traz benefícios para aquele que cria e se descobre como autor da própria obra, valorizando sua criação, sendo sujeito transformador em sua vida.



REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS. Disponível em: <http://www.abc.org.br/article.php3?id_article=1279>. Acesso em: 23 jun. 2013.

AMERICAN ART THERAPY ASSOCIATION. **Site institucional.** Disponível em: <<http://www.arttherapy.org/>>. Acesso em: 18 fev. 2013.

ARANHA, M. L. A. **História da educação e da pedagogia**: geral e Brasil. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Moderna, 2006.
ASSOCIAÇÃO DE ARTETERAPIA DO ESTADO DE SÃO PAULO (AATESP). **O que é Arteterapia?** São Paulo, 2019. Disponível em: <<http://aatesp.com.br/arteterapia.aspx>>. Acesso em: 28 fev. 2019.

ASSOCIAÇÃO DE ARTETERAPIA DO RIO DE JANEIRO (AARJ). **Site institucional**. Disponível em: <<http://www.aarj.com.br/sys/index.php?option=content&task=view&id=1&Itemid=1>>. Acesso em: 18 fev. 2013.

BOLEN, J. S. **Os deuses e o homem**: uma nova psicologia da vida e dos amores masculinos. São Paulo: Editora Paulus, 1989.

BRASIL ESCOLA. **Arte**. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/artes/arte.htm>>. Acesso em: 23 jun. 2013.

CARVALHO, M. M. (Coord.). **A arte cura?** Recursos artísticos em Psicoterapia. São Paulo: Editora Psy II, 1995.

CARRANO, E.; REQUIÃO, M. H. **Materiais de arte**: sua linguagem subjetiva para o trabalho terapêutico e pedagógico. Rio de Janeiro: Wak, 2013.

DANESH, M. **History of Psychology**. Disponível em: <<http://www.daneshm.com/history-of-psychology.html>>. Acesso em: 24 jul. 2013.

FERREIRA, A. B. H. **Aurélio: o Dicionário da Língua Portuguesa**. Curitiba: Editora Positivo, 2008.

FURTH, G. M. **O mundo secreto dos desenhos**: uma abordagem Junguiana da cura pela arte. São Paulo, 2004.

GOMBRICH, E. H. **A história da arte**. 16. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

GRINBERG, L. P. **Jung**: o homem criativo. Coleção Por Outro Lado. São Paulo: FDT, 1997.

JANSON, H. W.; JANSON, A. F. **Iniciação à história da arte**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

JUNG, C. G. **Arquétipos do inconsciente coletivo**. Petrópolis: Vozes, 2008b.

_____. **Estudos de psicologia analítica**: Psicologia do Inconsciente: eu e o inconsciente. Tradução de Maria Luíza Appy e Dora Ferreira da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.

_____. **Fundamentos de Psicologia Analítica**: as conferências de Tavistock. v. 1. Petrópolis, RJ: Vozes, 1972.

_____. **O homem e seus símbolos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008a.

_____. **Psicologia e alquimia**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.
LYS, Y. **Blog Arte-Cura**. Disponível em: <<http://arte-cura.blogspot.com.br/2010/10/jung-arte-e-os-elementos.html>>. Acesso em: 24 jul. 2013.

PAÍN, S. **Fundamentos da Arteterapia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

POPOVA, M. **Memories, dreams, reflections**: a rare glimpse into Carl Jung's mind. The Atlantic, 15 mar. 2012. Disponível em: <<https://www.theatlantic.com/health/archive/2012/03/memories-dreams-reflections-a-rare-glimpse-into-carl-jungs-mind/254513/>>. Acesso em: 24 jul. 2013.

RIBEIRO, M. A. G. **Concepções e funções da arte na Arteterapia**. 2002. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento Humano) – Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2002

SILVEIRA, N. **Jung, vida e obra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992a.
_____. **O mundo das imagens**. São Paulo: Ática, 1992b.

ZWEIG, C.; ABRAMS, J. (Orgs.). **Ao encontro da sombra**. São Paulo: Cultrix, 1994.

VÍNCULOS AFETIVOS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

Neves, Avani Gomes de Lima

RESUMO

Na Educação Básica, especialmente na Educação Infantil, Ciclo I, na prática da sala de aula trabalha-se muito o estímulo das crianças, para que possam desenvolver os seus conhecimentos, também estímulos e vínculos são utilizados no processo de aprender da criança nesse período. Assim, estudos na neurociência, têm sido realizados para a compreensão da relação entre vínculos, estímulos, e funções do sistema nervoso central, para que assim consiga-se avançar em conhecimentos a respeito do processo da aprendizagem na infância. Diante disso, o objetivo desse estudo foi analisar os vínculos afetivos no processo de aprendizagem da educação infantil, em especial no ciclo I. Para isso foi realizado um levantamento bibliográfico. Por meio do estudo constatou que, os vínculos afetivos são relevantes no processo de aprendizagem, uma vez que, as relações de afeto, impactam na cognição, e são fundamentais no funcionamento mental. Ainda, quando se fala em relações afetivas, pode se pensar na relação aluno – professor, e também aluno – família, sendo que nessa última, quando família faz seu papel dentro do processo de aprendizagem da criança, avanços relevantes ocorrem. Com isso, no processo de aprendizagem ocorrem processos externos e internos, bem como nesse processo ocorre estímulos sociais, bem como, ambientes estimulantes, que vão influenciar no desenvolvimento e na aprendizagem, na infância.

PALAVRAS-CHAVE: Processo de aprendizagem. Infância. Vínculos afetivos. Estímulos. Aprendizagem significativa. Intervenção.

INTRODUÇÃO

A importância de compreender esta ligação que une os aspectos psicológicos do ser humano das bases biológicas que influenciam no aprendizado da alfabetização e letramento social do mesmo, provocando traumas, comportamentos inadequados, conflitos internos e externos e até bloqueio na aprendizagem, e as limitações encontradas no indivíduo, (VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R. e LEONTIEV, A. N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone, 1988).

Se por um lado a aprendizagem é uma forma de como construímos nosso conhecimento, por outro, a neurociência que vem trazendo estudos científicos nos últimos tempos, esclarecendo como o cérebro humano funciona.

Cabe ao professor e familiar reconhecer às formas em que se processam o bloqueio que está dificultando a aprendizagem no indivíduo o quanto antes.

De acordo com Campos (1999, p. 57):

no processo mediacional, não somente estão presentes os fatores cognitivos, mas também os afetivos; aprender é produto de um pensamento, mas também do afeto. Toda mediação é uma relação que exige muito investimento de ambas as partes. Os aspectos cognitivos se dirigem à estruturação lógica das ações (o porquê, o quê, onde, quando), enquanto os aspectos afetivos constituem a dimensão energético-motivacional (o para que). Ambos os aspectos precisam estar integrados na aprendizagem, pois só assim as ações ganham um sentido, que é sempre, simultaneamente, um sentido lógico e valorativo.

Este trabalho tem objetivo destacar a importância de uma aprendizagem significativa através do vínculo afetivo, que integra, numa mesma perspectiva, o homem enquanto corpo e mente com as influências diretas dos teóricos como o epistemologista Jean Piaget (1896-1980), Vygotsky (1896-1934), Henri Wallon (1879-1962) e David Ausubel (1918-2008) que contribuíram na psicologia cognitiva, trazendo sua contribuição nos ciclos iniciais da educação infantil. (VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R. e LEONTIEV, A. N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone, 1988).

Serão apresentados os estudos sobre: A dificuldade de aprendizagem do indivíduo, conceito sobre a influência da neurociência na educação, o papel da intervenção do professor, a importância da interação social no desenvolvimento.

METODOLOGIA

Para a realização desse estudo foi utilizado o método levantamento bibliográfico, sendo assim, utilizando livros e artigos científicos a respeito da temática vínculos afetivos no processo de aprendizagem, especialmente focando a atenção para a discussão na Educação Infantil e Ciclo I. Com isso, vínculos afetivos no processo de aprendizagem foi utilizado como descritor na busca por artigos e livros.

Com isso, ainda foi tomado como referência, os grandes teóricos na temática do processo de aprendizagem e no desenvolvimento infantil, como: Vygotsky (1989), Ausubel (1918-2008), Henri Wallon (1879-1962), os quais tratam e olham para a emoção dentro do desenvolvimento social, ainda foram utilizados Barkley (1998); (2002) e Biederman (2005) que enfatizam a respeito do desenvolvimento humano e transtornos infantis.

A DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM

Para se falar em dificuldade de aprendizagem, precisamos apresentar as observações e queixas que tem adentrado nas salas de aula, qual o papel do professor diante de tais comportamentos, e, a relevância dos responsáveis de estar atento ao desenvolvimento da criança.

Estamos vivenciando uma aprendizagem em que não basta um conteúdo pronto, há urgências de inovações no planejamento e novas estratégias de abordagens, o educando não sabe esperar e quer algo renovador, as ferramentas usadas no passado não alcançam esta mente imediatista, enquanto o professor detentor do conhecimento, o

que fazer diante dessa nova demanda transcultural?

Os desafios vêm trazendo pânico para dentro das escolas atuais, como ensinar essa nova geração que vem com tantos laudos que mal conhecemos a origem, cada um com suas características seja elas: Transtorno global de desenvolvimento, transtorno desintegrativo da infância, síndrome de Rett, síndrome de Heller, síndrome de Asperger, etc, que precisamos apreender e nos capacitar com estudos que traga para dentro da sala de aula referências como esse cérebro funciona e aprende, que é o caso da neurociência que busca trazer informações tanto neuropsicológicas e a psicologia cognitiva.(Dr.Gustavo Teixeira, Manual dos Transtornos Escolares).

É diante desses desafios que Ausubel, nos faz pensar em novas ferramentas de que venha mover a curiosidade de quem quer saber e aprender, o conhecimento está em todo lugar, nas ruas, em casa, na televisão, nos meios de diversas tecnologias no grupo de amigos, no clube, etc., mas, é na escola que esse conhecimento se transforma em aprendizagem significativa.

As teorias de Jean Piaget, de Henri Wallon e Vygotsky são as mais completas e articuladas teorias do desenvolvimento que através dos relacionamentos da troca do outro dispomos a sociabilidade entre os pares, o compartilhar e o respeito às regras.

Para Vygotsky desde o nascimento da criança, o aprendizado está relacionado ao desenvolvimento e é "um aspecto necessário e universal do processo de desenvolvimento das funções psicológicas culturalmente organizadas e especificamente humanas" (VYGOTSKY, 1984, p.101).

Existe um percurso de desenvolvimento, e parte definido pelo processo de maturação do organismo individual, pertencente à espécie humana, mas é o aprendizado que possibilita o despertar de processos internos de desenvolvimento que, não fosse o contato do indivíduo com certo ambiente cultural não ocorreriam. (BRANSFORD, J. D.; BROWN, A. L.; COCKING, R. R. Como as pessoas aprendem: cérebro, mente, experiência e escola. São Paulo: Senac, 2007).

Essa concepção de que é o aprendizado que possibilita o despertar de processos internos do indivíduo liga o desenvolvimento da pessoa a sua situação de organismo que não se desenvolve plenamente sem o suporte de outros indivíduos de sua espécie. É essa importância que Vygotsky (1984) dá ao papel do outro social no desenvolvimento dos indivíduos cristaliza-se na formulação de um conceito específico dentro de sua teoria, essencial para a compreensão de suas ideias sobre as relações entre desenvolvimento e aprendizado: o conceito de zona de desenvolvimento proximal.

Cabe aos educadores, não somente a renovação das novas tecnologias globalizadas, mas estudos que nos levem a entender o processo de aprendizagem através avanços de pesquisas científicas em neurociência e entender como se dá o processo de estímulo cerebral do aluno.

O PAPEL DO PROFESSOR NA PROMOÇÃO DA APRENDIZAGEM

Hoje temos uma realidade bem conflitante dentro das salas de aula, temos alunos com uma variedade enorme de aprendizagem, salas com um número muito grande de alunos, que cada um aprende de forma e diferentes estratégias, na maioria das vezes o professor dá "aula", onde ele é o detentor do conhecimento e o aluno é um ser passivo, onde deve estar quieto, prestando atenção no conteúdo, pouco participativo e geralmente acomodado, pois o professor acaba, dando respostas para facilitar o desenvolvimento da sala, não permitindo esses alunos na construção do conhecimento dele.

Essa situação nos coloca diante de um novo desafio, nos preocupar em planejar aulas mais criativas, desafiadoras, questionadoras, provocando instabilidade cognitiva. Segundo Ausubel (1988), os desafios podem ser simples, lançando perguntas que causem desequilíbrio que venha despertar a curiosidade de um aluno pesquisador, e busque a resposta por si, com certeza estaremos formando alunos que irão assimilar bem melhor os conteúdos levando-os a uma aprendizagem significativa que vai unir seus conhecimentos prévios, fazendo relação com sua vivência e venha ser suporte para suas experiências.

Segundo Freire (1992), devemos valorizar seu conhecimento prévio e torna-lo autônomo, onde possam tomar decisões racionais sobre o planejamento do seu trabalho de forma coerente. É preciso ser para aprender, pois vivemos em sociedade interagindo com o mundo e com os outros onde as diferenças devem ser respeitadas.

Um processo educacional libertador visa promover a aprendizagem significativa levando a formação de homens conscientes de suas atitudes.

Nesse processo, o educador deve reconhecer o aluno como um ser flexível que se for bem orientado poderá encontrar seu próprio caminho, sua própria realização.

Compreendendo o papel do educador, percebemos que o diálogo é fundamental em qualquer nível de ensino, pois por meio dele, intervimos e nos adequamos às situações do processo ensino-aprendizagem.

Um educador tem que se conscientizar de que o aluno, muitas vezes suas ideias, mesmo que cheias de conflitos, tem a necessidade de ser reconhecido e valorizado como pessoa.

É de suma importância o educador entender como se dá o processo de estímulo cerebral para que possa viabilizar novas oportunidades e criar sinapses que levem esses alunos a compreensão do conteúdo e adquirir o conhecimento esperado. (BRANSFORD, J. D.; BROWN, A. L.; COCKING, R. R. Como as pessoas aprendem: cérebro, mente, experiência e escola. São Paulo: Senac, 2007).

Nos estudos e pesquisas científicas relacionados a como um cérebro funciona, diversos pesquisadores investigaram como se dá a aprendizagem, chegando a entender que a aprendizagem ocorre por

toda vida, mas, que a criança está mais propensa a aprendizagem, pois é na infância em que o indivíduo está mais acessível e propício a ela.

No cérebro mais jovem os neurônios se multiplicam com mais rapidez, principalmente nos três primeiros anos de vida.

Cabe aos educadores aproveitar esses dados e investir com uma metodologia rica e estimuladora ao longo desses primeiros anos iniciais de educação, podendo atuar como um facilitador da aprendizagem, aproveitando os conhecimentos prévios e os adquiridos.

Ressaltando sempre em destaca em seu planejamento projetos que venham contribuir com estratégias que venha favorecer os processos cognitivos, afetivos e motores.

Adquirir novas posturas no pensar ao proporcionar uma atividade de aprendizagem, nas diferentes situações, seja ela individual, duplas e grupos, que levem esses a se descobrirem e apreenderem com situações que envolvam a sua autonomia e alta descoberta de um novo saber.

A IMPORTÂNCIA DA INTERAÇÃO SOCIAL

Com base nos estudos de neurociência que em um ambiente rico e prazeroso o aumento de sinapses (são conexões cerebrais) aumentam muito, contribuindo com aprendizagem significativa interferindo direto no conhecimento desse aluno.

Para Vygotsky o aprender está ligado com a motivação com o outro, onde a troca interfere na cognição. Na concepção de Vygotsky (1984) sobre as relações entre desenvolvimento e aprendizado, e particularmente sobre a zona de desenvolvimento proximal, estabelece forte ligação entre o processo de desenvolvimento e relação do indivíduo com seu ambiente sociocultural e com sua situação de organismo que não se desenvolve plenamente sem o suporte de outros indivíduos de sua espécie.

A implicação dessa concepção de Vygotsky (1984) para o ensino escolar é imediata. Se o aprendizado impulsiona o desenvolvimento, então a escola tem um papel essencial na construção do ser psicológico adulto dos indivíduos que vivem em sociedades escolarizadas. (OLIVEIRA, 1993 p.61). Mas o desempenho desse papel só se dará adequadamente quando, conhecendo o nível de desenvolvimento dos alunos,

a escola dirigir o ensino não para etapas intelectuais já alcançadas, mas sim para etapas intelectuais já alcançadas, mas sim para estágios de desenvolvimento ainda não incorporados pelos alunos, funcionando realmente como um motor de novas conquistas psicológicas. Para a criança que frequenta a escola, o aprendizado escolar é elemento central no seu desenvolvimento.

Para Vygotsky (1984), o processo de ensino-aprendizado na escola

deve ser construído, então, tomando como ponto de partida o nível de desenvolvimento real da criança num dado momento e correlação a um determinado conteúdo a ser desenvolvido - e como ponto de chegada os objetivos estabelecidos pela escola, supostamente adequados à faixa etária é preciso entender o aspecto emocional e habilidades de cada grupo de criança.

É objetivo da escola um resultado desejável no aprendizado do aluno, e através da intervenção, não desprezando a ajuda de um profissional na área de psicopedagogia que tem o papel explícito de interferir na zona de desenvolvimento proximal dos alunos, provocando avanços que não correriam espontaneamente.

A CONTRIBUIÇÃO DE ALGUNS TEÓRICOS

O único bom ensino afirma Vygotsky (1984), é aquele que se adianta ao desenvolvimento. Os procedimentos regulares que ocorrem na escola - demonstração, assistência, fornecimento de pistas, instruções são fundamentais na promoção do "bom ensino". Isto é, a criança não tem condições de percorrer sozinha o caminho do aprendizado". A intervenção de outras pessoas que, no caso específico da escola, são o professor e as demais crianças é fundamental para a promoção de desenvolvimento do indivíduo.

Ligado aos procedimentos escolares, mas não restrito à situação escolar,

está o mecanismo de imitação, destacado explicitamente por Vygotsky, imitação para ele, não é mera cópia de um modelo, mas reconstrução individual daquilo que é observado nos outros. Essa reconstrução é balizada pelas possibilidades psicológicas da criança de algo novo a partir do que observa no outro.

Vygotsky (1984) não toma a atividade imitativa, portanto, como um processo mecânico, mas sim como uma oportunidade de a criança realizar ações que estão além de suas próprias capacidades, o que contribuiria para o desenvolvimento. A criança se desenvolve observando o outro, ou mesmo imitando os adultos, interagindo com objetos no seu meio, e no mundo do faz de conta, a interação passa a ser um valioso instrumento do seu desenvolvimento.

Com relação à atividade escolar, é interessante destacar que a interação

entre os alunos também provoca intervenções no desenvolvimento das crianças.

Os grupos de crianças são sempre heterogêneos quanto ao conhecimento já adquirido nas diversas áreas e uma criança mais avançada num determinado assunto pode contribuir para o desenvolvimento das outras, Assim como o adulto, uma criança também pode funcionar como a mediadora entre outra criança.

Hoje o cidadão não apenas tem que saber a escrever e a ler (Alfabetizado), tem que ter o domínio sobre o código da escrita, da matemática, das ciências, da inclusão digital, para desenvolver a

habilidade relacionada ao letramento, o indivíduo tem que desde cedo ser cerceado por profissionais a que venha proporcionar o domínio das variações linguísticas que estão presente na nossa sociedade.

Para que o aluno aprenda a escrever é necessário que ele, de fato, escreva e que as situações de escrita sejam constantes e variadas. Quanto mais o aluno escreve mais analisa o próprio texto, quanto mais produz textos para atingir diferentes objetivos em diferentes situações, mais ele pode ampliar suas habilidades de texto escrito. (Evangelista, 1998, p.119 Apud Leite, 2008).

Estamos inseridos em uma sociedade dinâmica, a qual se transforma com o passar do tempo e acaba transformando o modo pelo qual as pessoas estabelecem seus relacionamentos interpessoais.

E espera que o aluno seja orientado e estimulado a se desenvolver como um todo, não só aplicando o raciocínio lógico, mas, os cinco sentidos interligados entre si, fazendo uso da comunicação e socializando-se entre escola e a sociedade, fazendo-se cidadão presente nos seus direitos e deveres agindo com criatividade e autoconfiança.

TIPOS DE DIFICULDADES NA APRENDIZAGEM ESPECIFICO: DISLEXIA

A Dislexia é um transtorno de aprendizagem específica da leitura, comprometendo o reconhecimento de letras em codificar e decodificar a unidade sonora em unidades gráficas (forma de grafemas), decorrendo de um comprometimento no desenvolvimento de habilidades fonológicas (Teixeira, Dr Gustavo. 227).

Necessita de intervenção tanto do professor como também de um profissional fonoaudiólogo para o auxílio de possíveis funções visomotoras da criança, trabalhar com imagens é bem-vindo e quase uma necessidade para um trabalho com significado e significativa associando ao ritmo e memória visual auxiliando a memória auditiva, pois a dislexia faz com que a criança apresente dificuldades de análise, leitura lenta, erros de concordância verbal, inversões, trocas e omissões de letras durante a escrita de textos.

DISGRAFIA

A disgrafia é um transtorno da psicomotricidade, que afeta como uma criança associa a grafia da letra, bem como quão claramente a criança utilizará a linguagem escrita para expressar suas ideias e pensamentos. Assim, manifesta-se tanto em relação à caligrafia quanto em relação à coerência.

Segundo: (Ciasca 2009, p.187):

[...] É considerada como falha no processo do desenvolvimento ou aquisição da escrita. Está relacionada a uma disfunção na inteiração entre dois sistemas cerebrais, que permitem que as pessoas transformem uma atividade mental em linguagem escrita.

Essas crianças não têm nenhum comprometimento intelectual, que não os leve a aprender, basta um olhar investigativo e criterioso do educador, o

quanto mais cedo possível para que este aluno avance em sua aprendizagem.

ANSIEDADE

É uma variável pertinente para a aprendizagem e para o fracasso escolar, constituindo-se em um fenômeno de personalidade altamente representativo, precisamente por sua complexibilidade, pela variedade de elementos que contém: componentes de natureza neurofisiológica, emotiva, motivacional e comportamental, funcionando como um impulso ou motivo determinantes de ação e de comportamento (Fierro, 1996).

AUTISMO

Um transtorno invasivo do desenvolvimento, algo que faz parte da constituição do indivíduo e afeta sua evolução, manifestando antes dos 03 anos de idade. No geral eles apresentam comprometimentos em três importantes domínios do desenvolvimento humano: a comunicação, a socialização e a imaginação denominada tríade.

Para melhor atender à necessidade das crianças autistas se faz necessário, termos escolas especializadas e apoio dos pais. Programas comportamentais podem reduzir a irritabilidade, os acessos de agressividade, os medos e os rituais, assim como promover um desenvolvimento mais apropriado.

DEFICIÊNCIA MENTAL

Apresentam dificuldades na aprendizagem de conceitos abstratos, esquecem com facilidade, apresentam dificuldade na resolução de problemas, porém isso não significa que são incapazes de aprender, pois podem atingir os objetivos, porém de forma mais lenta requerendo um ato pedagógico diferenciado que respeite limitações.

HIPERATIVIDADE E O DÉFICIT DE ATENÇÃO

Segundo (APA, 2002) o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade ou TDAH é um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por um padrão persistente e desadaptativo de desatenção e/ou hiperatividade/impulsividade. Por ser um transtorno multideterminado, é fundamental que tanto a avaliação como o tratamento do TDAH sejam realizados em conjunto por profissionais da área da saúde e da educação, com o intuito de melhorar a qualidade de vida do indivíduo nos aspectos sociais, emocionais, educacionais e familiares. O tratamento com medicamentos, para ser eficaz, exige a participação familiar, intervenção escolar e a orientação dos professores a respeito das dificuldades e necessidades da criança.

É muito importante que a criança receba o diagnóstico correto, registrado em laudo médico para que os familiares e educadores a partir do diagnóstico com amplo esclarecimento, compreendam este distúrbio e assim juntos possam desenvolver um trabalho buscando sanar a dificuldade da criança com eficácia e com êxito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que a influência dos estudos e pesquisas da neurociência é um processo que vem ajudar e modificar o nosso

procedimento diante de estudos da neolinguística, o que envolve aprendizagem de habilidades para leitura, escrita e práticas de linguagem. Caracteriza-se pela incompletude, “já que a sociedade está em contínuo processo de mudança, e atualização individual para acompanhar essas mudanças constantes”.

A observação é o primeiro passo que os professores e os pais devem aplicar, para assim poder buscar ajuda de outros profissionais, a fim de que seja feita uma avaliação com a finalidade de verificar se o aluno obedece a um conjunto de critérios, ou regras simples e se tem problemas de concentração e de atenção; sendo assim, os profissionais conseguirão verificar se o nível de inteligência desta criança está na média ou acima dela, e então a partir daí este aluno será atendido por estes profissionais, que farão intervenções adequadas para prevenir ou reduzir este problema de dificuldade de aprendizagem.

A atividade para se trabalhar em sala de aula com a criança que apresenta dificuldades de aprendizagem em primeiro momento seria a parte de psicomotricidade: esquema corporal, lateralidade, estruturação espacial, orientação temporal, pré-escrita. Ao aplicar estas atividades o professor deverá estar atento ao comportamento apresentado pelo aluno. Importante é não exigir que ele aprenda tudo num primeiro momento, pois cada criança aprende a seu tempo. Depois vem a parte de Cognição: percepção, memória visual, auditiva e visomotora, atenção, raciocínio, linguagem e compreensão da leitura. Todo este trabalho deve ser desenvolvido pelo professor de forma clara e objetiva, levando a criança a se desenvolver e facilitar a compreensão da mesma.

Não podemos esquecer que estes profissionais que lidam com alunos com dificuldades de aprendizagem têm que estar em constante processo de formação buscando entender os desafios do sistema do cérebro humano para então atender de forma adequada estes alunos e os pais.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Laura. **Intervenção psicopedagógica**: no espaço da clínica. Curitiba: IBPEX, 2010.

BRANSFORD, J. D.; BROWN, A. L.; COCKING, R. R. **Como as pessoas aprendem**: cérebro, mente, experiência e escola. São Paulo: Senac, 2007.

DEHAENE, S. **Os neurônios da leitura**: como a ciência explica a nossa capacidade de ler. Porto Alegre: Penso, 2012.

TEIXEIRA, Dr. GUSTAVO. **Manual dos Transtornos Escolares**. BestBolso: Rio de Janeiro 2013.

LA TAILLE, Y.; OLIVEIRA, M.K.; DANTAS, H. Piaget e Vygotsky e Wallon. São Paulo: Summus, 1993.

LEAL. DANIELA, **Dificuldades de aprendizagens**: Um olhar psicopedagógico/Daniela Leal, Makeliny O. G. Nogueira. - Curitiba Editora Ibepe. 2011.

LURIA, R. **Desenvolvimento cognitivo**: seus fundamentos culturais e sociais. São Paulo: Ícone, 1995.

MUSSEN, P.H. et al. **Desenvolvimento e personalidade da criança**. São Paulo: Harbra, 1990.

NOGUEIRA, M. O. G.; LEAL, D. **Teorias da aprendizagem**: um encontro entre os pensamentos filosóficos, pedagógicos e psicológicos. Curitiba: InterSaberes, 2015.
Novos horizontes no estudo da linguagem e da mente. 3. ed. São Paulo: Unesp, 2002.

OLIVEIRA, Marta Kohi. Vygotsky. **Aprendizado e desenvolvimento um processo sócio histórico**. São Paulo: Scipione, 1993.

SCOZ, Beatriz. **Psicopedagogia e realidade escolar**: o problema escolar e a aprendizagem. Petrópolis, RJ: vozes, 1994.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo, Martins Fontes, 1984.

VYGOTSKY, L.S; Luria, A. R e Leontiev, A. N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone. 1988.

VYGOTSKY, L. S. et al. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. 2 ed. São Paulo, Martins Fontes, 1989.

A IMPORTÂNCIA DO TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO NO CRESCIMENTO DO COLABORADOR NA ORGANIZAÇÃO

Soares, Bárbara de Abreu

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo fazer uma análise sobre o conceito teóricos que refletem sobre a importância do treinamento e desenvolvimento em uma organização. Por isso ele quer destacar os principais conceitos observando as vantagens e ressaltando as etapas do processo de treinamento. O problema apresentado é entender como um bom treinamento e desenvolvimento para os colaboradores podem trazer um crescimento eficaz para a empresa. A metodologia utilizada foi à pesquisa bibliográfica, ou revisão bibliográfica, com análise em artigos científicos e livros que versam sobre o tema da literatura em questão. O treinamento é uma experiência que produz uma mudança permanente no indivíduo que melhora sua capacidade de executar um determinado cargo. O treinamento é importante para melhorar a capacidade dos colaboradores na realização das suas tarefas dentro da organização. É mostrar a eles que o sucesso da empresa depende do seu desempenho, tornando-o motivado. Conclui-se que o treinamento se adéqua melhorias na vida e no trabalho dos colaboradores, habilitando e incentivando-os, para que os mesmos sejam desenvolvidos na organização e ao mesmo tempo a organização consiga uma motivação e relação entre seus colaboradores, tornando um diferencial na propriedade no produto ou serviço no mercado em que opera.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento. Organização. Treinamento. Colaborador. Motivação

INTRODUÇÃO

A tendência para simplificar estruturas organizacionais implica que o sucesso profissional não pode ser definido por mais tempo em termos de promoção.

As empresas devem fazer os seus trabalhadores compreenderem que existem outras formas de desenvolvimento profissional que são sinais de melhoria profissional e não falha. As estruturas organizacionais podem aumentar a percepção estagnação profissional dos trabalhadores.

Para contrariar esta percepção, gestores de RH devem empreender ações para garantir a alocação de tarefas desafiadoras e responsáveis (Mate, 1999). A fim de se adaptar a uma grandemente mudança e ambiente competitivo, algumas empresas têm reduzido seu

compromisso ficar em um negócio específico. Uma consequência disso é que as pessoas precisam certificar-se de que, se eles perdem suas habilidades de trabalho será atualizado.

O treinamento profissional é um esforço organizado e formalizado que incide sobre o desenvolvimento de trabalhadores mais qualificados. Ele tem um alcance e a duração mais ampla que o treinamento extensivo. O desenvolvimento deve ser uma opção estratégica de negócios se a organização para sobreviver em um ambiente global é cada vez mais competitiva. Rápidas mudanças tecnológicas e da tendência de dar mais responsabilidade aos trabalhadores fizeram o trabalho mais desafiador e gratificante.

A obrigação de realizar as necessidades dos clientes, faz com que os trabalhadores e as empresas a negligenciem as questões de planejamento de carreira; um descuido que tem consequências negativo para ambos os lados. Do ponto de vista da empresa, a falta de ajuda planejamento de carreira pode levar a desinteresse empregado para um serviço desinteressado. Do ponto de vista dos trabalhadores, os resultados são frustração e sentimentos de não serem valorizados pela empresa. Em resumo, as empresas, gestores e trabalhadores devem tomar medidas para assegurar carreira.

TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO

Desenvolver pessoas não é apenas dar informação, conhecimentos, habilidades e sim um aprendizado com novas ideias e atitudes que modifiquem seu comportamento. Um líder deve buscar o crescimento de sua equipe, e o treinamento é uma das ferramentas mais importantes para se obter o sucesso organizacional com perfeição.

O difícil é qualificar o empregado de maneira que ele atenda as expectativas da organização, o treinamento é a ferramenta de busca pela excelência e qualidade.

Por meio de treinamento e desenvolvimento a pessoa pode assimilar informações, ter habilidades sobre um determinado produto ou serviço, através do treinamento o resultado será satisfatório tanto para organização quanto para o indivíduo.

De acordo com Chiavenato (2013, p. 294):

“Grande parte dos treinamentos é voltada para o treinamento comportamental, que visa atingir a lado proativo do indivíduo, fazendo que o mesmo tenha atitudes inovadoras e criativas, melhorando seu espírito de equipe e sua criatividade.”

Conforme Chiavenato, (2013, p.295):

“Para o colaborador saber que é importante para a organização e dele depende o crescimento de ambos é fundamental, com aplicação de treinamentos a organização prepara o colaborador para executar o serviço de acordo com seus princípios, e defina diretrizes, trilhando um objetivo em comum.”

O desenvolvimento de pessoas é mais que treinar e capacitar; é fazer com que elas se identifiquem com a organização e com a tarefa a ela

designada, e que ela sinta a necessidade de desempenhar da melhor forma o seu trabalho, melhorando seu capital intelectual e trazendo-o a benefício na empresa.

Conforme Marras (2012, p. 145):

“Treinamento é um processo de assimilação cultural em curto prazo, que objetiva repassar ou reciclar conhecimento, habilidades ou atitudes relacionadas diretamente à execução de tarefas ou à sua otimização no trabalho.”

Um profissional bem capacitado e treinado pode fazer o sucesso da empresa, e o seu próprio sucesso, pois se a empresa cresce os colaboradores que atuam de maneira diferenciada, tem oportunidade de crescer também.

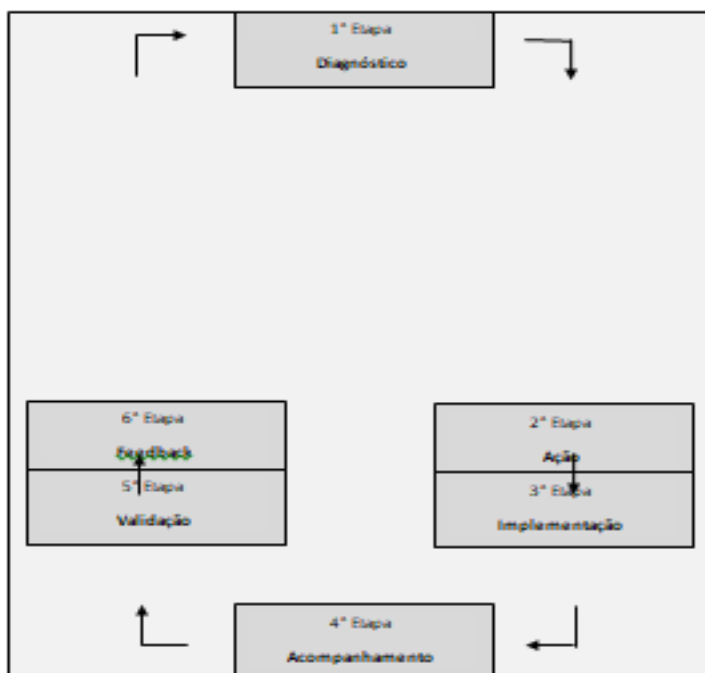
Já aqueles que não são treinados, nem preparados, podem arruinar a empresa, prejudicam sua reputação e quando o serviço não é satisfatório para os clientes os levam para concorrência, ou seja, é a capacidade de desempenho transmitida pela organização como forma de promover continuamente competências dos seus profissionais, visando um resultado eficaz em relação aos seus objetivos.

ETAPAS DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO

O objetivo principal do Treinamento e Desenvolvimento é buscar conhecimentos para o indivíduo ou através do indivíduo, buscando melhorias e capacidade de desenvolvimento.

O treinamento envolve basicamente as seguintes etapas da figura à seguir.

Figura 01 - Etapas de Treinamento e Desenvolvimento.



Fonte: Elaborado pelo Autor.

DIAGNÓSTICO

O diagnóstico visa buscar a origem o problema, levantar a É uma análise aprofundada, que coleta informações de pontos que necessitam ser corrigidos, identificando as causas iniciais do que se deve ser feito para se definir uma ação, ou seja, um treinamento adequado, visando correções e melhorias.

Ação: A partir do diagnóstico das necessidades, deve-se ter uma ação em busca de melhorias e soluções para os problemas encontrados, ou seja, busca o melhor caminho ou trajeto a ser percorrido até que se alcance o objetivo final que é a resolução comum treinamento adequado. (FERREIRA, 2011)

Implementação: É a aplicação daquilo que foi definido como a melhor estratégia a ser seguida para a resolução dos problemas identificados através do diagnóstico, ou seja, colocar em prática a ação. (FERREIRA, 2011)

Acompanhamento: Assegura que a execução aconteça conforme o planejado, ou seja, acompanhar o processo para verificar se está dando certo, orientado os indivíduos de forma que o todo o processo do treinamento seja realizado com credibilidade. (FERREIRA, 2011)

Validação / Avaliação: Saber se o processo ocorre com eficiência e eficácia. Trata-se da etapa final do processo de treinamento onde avalia-se o grau atingido do objetivo do treinamento. Através da Validação/ Avaliação é possível identificar se realmente o treinamento aplicado atendeu às necessidades da organização e das pessoas envolvidas, e se este treinamento propiciou um resultado positivo em relação ao aprendizado, a produtividade e automaticamente aos resultados esperados pela empresa, verificando e dando o parecer. (FERREIRA, 2011)

Feedback: O feedback é necessário para todos os indivíduos, pois os mesmos precisam ter o conhecimento sobre o que está acontecendo consiste na divulgação das informações para os funcionários. Os resultados da avaliação de desempenho certamente têm papel determinante na motivação dos funcionários.

UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

O desenvolvimento profissional é o processo pelo qual os indivíduos progredem através uma série de medidas caracterizadas por diferente desenvolvimento tarefas, atividades e relacionamentos. (GRAMIGNA, 2011)

É importante notar que existem diferentes modelos de desenvolvimento profissional. A seguir três tipos de modelos são apresentados:

1. Modelos de ciclo de vida.

Eles indicam que os trabalhadores enfrentam tarefas de desenvolvimento durante sua profissão; Eles passam por diferentes fases pessoal ou profissional (STONER, 2012).

2. Modelos com base na organização.

Eles também argumentam que as profissões passam por várias fases, no entanto, a alegação que o desenvolvimento profissional envolve trabalhadores de aprendizagem. Cada estágio envolve mudanças nas atividades e os relacionamentos com colegas e chefes (GRAMIGNA, 2011).

3. Modelo direção do padrão.

Descreve como as pessoas contemplam a sua profissão; como decidem sobre a velocidade que querem avançar por etapas profissionais e em que ponto eles querem voltar para uma fase anterior. Por exemplo, alguns trabalhadores planejam ficar em uma determinada posição ou de emprego ao longo da vida e não entram em seus planos de mudar de emprego, eles tem um conceito linear das profissões. (CHIAVENATO, 2015).

Outros funcionários consideram a sua profissão como uma espiral: permanecem durante algum tempo em uma determinada posição ou emprego e depois passam para uma área completamente diferente. Um bom exemplo são os consultores de gestão que estão trabalhando no projeto de uma empresa por vários anos e, quando concluído, eles se mudam para outra empresa com um projeto completamente diferente. (CHIAVENATO, 2015).

Os pesquisadores reconhecem frequentemente quatro estágios profissionais (introdução, crescimento, maturidade e experiência), caracterizados por diferentes tarefas de desenvolvimento, atividades e relacionamentos. A investigação sugere que o estágio profissional em que se encontram trabalhadores influencia as suas necessidades, atitudes e comportamentos de trabalho. (CHIAVENATO, 2015).

Por exemplo, um estudo revelou que o grau de identificação de funcionários com o trabalho é mais influenciado pelas características do trabalho (variedade de tarefas ou responsabilidades na implementação) nos primeiros passos profissionais ((MARRAS, 2012)).

Porém, considerando apenas essas duas características, seria como levar a conclusões errôneas sobre suas necessidades profissionais. Por exemplo, muitas das mudanças que os trabalhadores mais antigos realizem em suas profissões que envolvem "reciclagem" para as atuações profissionais no que envolve a alteração da atividade laboral principal.

A reciclagem é acompanhada de uma nova pesquisa de valores, habilidades, interesses e oportunidades potenciais do emprego. Também são comuns pessoas que considerem fazer alterações as suas carreiras, manter de maneira informacional as entrevistas com gerentes e outros funcionários. Eles estão mantendo posições em áreas funcionais que acreditam que podem ser compatíveis com seus interesses e atitudes (MARRAS, 2012).

PASSO DE INCORPORAÇÃO

Quando o acesso ao mercado de trabalho se aproxima, as pessoas tentam identificar o tipo de trabalho que eles estão interessados em considerar seus interesses, valores e preferências de trabalho, solicitando informações sobre trabalhos, profissões e empregos conhecidos, família e amigos e, em seguida, com foco na formação ou aprendizagem necessário. (ROBBINS, 2002).

Na maioria dos casos, os novos empregados em um trabalho os profissionais não estão preparados para lidar com tarefas e papéis de trabalho sem a ajuda e orientação de outras pessoas; muitos postos de trabalho são considerados iniciantes. Do ponto de vista da empresa, os novos trabalhadores podem começar a contribuir para os objetivos da organização, eles precisam de atividades e orientação e socialização para ajudá-los se sentir o mais confortável possível com os seus novos companheiros e tarefas (ROBBINS, 2002)

Fase de crescimento

Durante este período, as pessoas encontram o seu lugar na empresa, fazem umas contribuições independentes, que recebem mais responsabilidade e sucesso financeiro e estabelecer um estilo de vida atraente. Eles estão interessados em serem vistos como contribuintes para o sucesso da empresa e, através de uma interação informal com os colegas e chefes e comentários recebidos através de um sistema de medição de desempenho, eles descobrem como suas contribuições são valorizadas.

ASPECTOS RELEVANTES DA MOTIVAÇÃO DO COLABORADOR

A motivação deve ser levada em consideração como um fator de extrema importância e preocupação pelos líderes. A liderança deve atuar como um fator que proporciona e influencia motivação na equipe e impulsionando um bom ambiente organizacional, colaborando para o desenvolvimento pessoal e profissional das pessoas, e essencialmente como um papel educador, que estimula a criação de inovações e disseminação de conhecimentos.

Motivação é a força que estimula as pessoas a agir. É um fator intrínseco, ou seja, uma pessoa não pode motivar a outra, pois cada pessoa dispõe de motivações próprias geradas de necessidades distintas.

Segundo Stone (2012, p.198) sobre a motivação:

“Em um ambiente de trabalho um líder pode satisfazer as necessidades humanas do funcionário e criar um ambiente organizacional adequado e também utilizando seus conhecimentos e habilidades para despertar a motivação.”

Segundo Chiavenato (2010, p. 414):

“Para compreender o comportamento humano é fundamental o conhecimento da motivação humana. Motivo é tudo aquilo que impulsiona a pessoa a agir de determinada forma isto é, tudo aquilo que dá origem a alguma propensão a um comportamento específico”.

As empresas hoje em dia, valorizam muito o comprometimento das pessoas. A motivação é um fator importante que vem sendo focado nas empresas, estas que por sua vez buscam melhorias na qualidade de suas pessoas, focando em um diferencial.

Segundo Bergamini (2014, p.54):

“A motivação é um aspecto intrínseco às pessoas, pois ninguém pode motivar ninguém. A mesma passa a ser entendida como fenômeno comportamental único e natural e vem da importância que cada um dá ao seu trabalho, do significado que é atribuído a cada atividade desse trabalho e que cada pessoa busca o seu próprio referencial de autoestima e auto identidade.”

As organizações buscam pessoas motivadas para realização dos trabalhos visando melhorar seus resultados com um processo eficiente e eficaz, pois funcionários motivados proporcionam melhores resultados. O líder também é responsável por projetar a motivação em seus liderados.

O PAPEL DOS FUNCIONÁRIOS, GERENTES E PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO EMPRESA PROFISSIONAL

Trabalhadores, os empregadores e as empresas compartilham a responsabilidade para o planejamento desenvolvimento profissional (GRAMIGNA, 2011)

O PAPEL DO EMPREGADO

Um contrato psicológico refere-se às expectativas dos empregadores e dos trabalhadores uns aos outros, e muitas vezes enfatizam a obrigação de as empresas prestarem continuadas oportunidades de emprego e ascensão se os trabalhadores permanecem na empresa e mantiver um alto nível de desempenho no trabalho. No entanto, os desafios tecnológicos, estruturais e competitivos conduziram a uma alteração no contrato Psicológica entre trabalhadores e empresas (Piero, 1995). As empresas não são capazes de proporcionar oportunidades de segurança e desenvolvimento de trabalho e os empregados estão mais interessados no trabalho que envolve desafio, variedade e capacidade de ser criativo; seguir interessado em segurança do trabalho, embora eles estão cientes de que o uso "em uma empresa não é algo que novos contratos psicológicos realista. Informações indicam que as pessoas podem aumentar o seu valor ao seu empregador (e aumentar as oportunidades de emprego), assumindo responsabilidade pelo planejamento de carreira (GRAMIGNA, 2011)

As empresas com sistemas de planejamento profissionais bem desenvolvidos esperam que os trabalhadores assumam a responsabilidade por seu próprio planejamento de carreira. Não importa o que sofisticada do sistema da empresa de planejamento profissional, os trabalhadores.

O PAPEL DO GERENTE

Independentemente do sistema de planejamento de carreira definido na empresa, gestores desempenham um papel chave neste processo. Por que as pessoas recorrem frequentemente ao seu chefe para aconselhamento sobre a sua profissão?

Porque o gerente em geral tem uma sua disponibilidade para a mobilidade laboral e é a principal fonte de informação sobre vagas, cursos de formação e outras oportunidades de desenvolvimento. Infelizmente, muitos gerentes devem evitar essas atividades envolvidas no planejamento profissional, porque eles não se sentem qualificados para responder a perguntas deste estilo, Eles não têm tempo suficiente ou não têm as habilidades interpessoais necessários compreender suficientemente as questões sobre o desenvolvimento profissional (GRAMIGNA, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos grandes desafios que as organizações enfrentam é a forma de administrar adequadamente as relações entre homem e organização, Uma organização não alcança progresso sozinho, é necessário que haja uma troca de colaboração entre funcionários e organização. Uma empresa precisa de pessoas para evoluírem e as pessoas por sua vez, necessitam das empresas para saciar suas mais diversas necessidades e particularidades, como também uma busca pelo sucesso pessoal e profissional. As relações entre liderança e liderados estão diretamente ligadas à este sucesso organizacional, sendo que, sem uma liderança eficiente e eficaz, a organização está sujeita a ser apenas uma união de pessoas e máquinas em estado de confusão sem uma diretriz e sem guia de condução de qual rumo deve ser seguido para o alcance de objetivos. É também de suma importância que os colaboradores tenham conhecimento e acreditem neste foco principal que a empresa tem como rumo e acreditar que é possível alcançá-lo.

Todo e qualquer ser humano, independentes de suas diferenças, são portadores de conhecimentos, habilidades e competências e as relações entre liderança e liderados devem ser bem desenvolvidas em prol de quebrar as barreiras existentes nas organizações, na busca pela ampliação de crescimento e desenvolvimento de suas qualidades para o alcance de sucesso profissional e pessoal.

Conclui-se através deste estudo que, um processo colaborativo eficiente e eficaz, consiste em uma atuação honesta, justa, de boa comunicação entre emissor e receptor e relações flexíveis em seus aspectos e atitudes, buscando colaborar com melhorias contínuas.

A motivação, por sua vez, é também um dos principais fatores que devem ser priorizados, pois a mesma, proporciona, influencia e impulsiona um bom ambiente organizacional, colaborando para o desenvolvimento pessoal e profissional das pessoas, e essencialmente como um papel educador, que estimula à criação e

sintonização de inovações e ideias, e disseminação de conhecimentos e de seus valores, além do aumento de produtividade, impactando diretamente em termos financeiros e crescimentos da organização. Contudo, os cenários organizacionais têm sofrido mudanças e transformações contínuas, sendo que, cabe aos colaboradores, tanto líderes quanto liderados, se prontificarem de forma com que suas tarefas e responsabilidades sejam praticadas de forma positiva, para que se alcance os resultados esperados em relação à empresa e colaborador. É necessário que novas visões sejam atribuídas e que cada modelo de liderança seja moldado e adequado para cada situação e ocasião, explorando desenvolvimentos e qualidades em suas relações e deixando para trás os modelos excessivos de líderes que atuam com somente uma postura, pois, em um mundo de constantes atualizações, deve-se haver uma adequação em seus estilos e tipos de liderança, baseando-se em conceitos e práticas de liderança flexível, inovadora, motivadora, eficiente e eficaz.

REFERÊNCIAS

BERGAMINI, Cecília Whitaker. **Liderança: Administração do Sentido**. São Paulo: Atlas, 2014.

BERGAMINI, Cecília Whitaker. **Desenvolvimento de Recursos Humanos: Uma estratégia de desenvolvimento organizacional**. São Paulo: Atlas, 2014.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de Empresas**. Uma abordagem contingencial. São Paulo: McGraw-Hill, 2012.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. – 4 Ed.- São Paulo: Makron Books, 2013.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: O novo papel dos recursos humanos nas organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 2010.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: Administração dos novos tempos**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

FERREIRA, A. B. H. Aurélio século XXI: **O Dicionário da Língua Portuguesa**. 4. ed. Revista e Ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

GRAMIGNA, Maria Rita. **Modelo de competências e gestão de talentos.** São Paulo: MAKRON Books, 2011.

MARRAS, J. P. **Administração de Recursos Humanos: Do Operacional ao Estratégico.** 4. ed. São Paulo: Futura, 2012.

MASLOW, Abraham h. **Maslow no Gerenciamento.** Traduzido por Eliana Casquilho. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

ROBBINS, S. P. **Comportamento organizacional.** 8 e 9 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

SPECTOR, P. E. **Psicologia nas organizações.** São Paulo: Saraiva 2012

STEPHENS, Deborah C. **O Diário de Negócios de Maslow.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2013.

STONER, James A. F.; FREEMAN, Edward R. **Administração.** Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil Ltda, 2012.

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: AS HISTÓRIAS, COMO AÇÕES MOTIVADORAS PARA UMA DINÂMICA SEMPRE NOVA NO APRENDER.

Gonçalves, Bruna Correa

RESUMO

O processo de alfabetização nas escolas públicas do Brasil geralmente é complexo, pois muitos alunos e alunas dos três primeiros anos do ensino fundamental I concluem essa etapa do primeiro ciclo sem estarem alfabetizados. Isso, no nosso entender, demonstra a importância de, ainda hoje, continuarmos a debater sobre a alfabetização, assunto que abrange inúmeras temáticas e aspectos, dentre os quais a contação de histórias. Por meio de pesquisas bibliográficas, documental e qualitativa. Buscou-se estudar, compreender e trazer auxílios, para as dificuldades de leitura e escrita, Estimuladas pela leitura e descoberta do ler através das histórias contadas e recontadas em qualquer faixa etária, situações que mencionadas foram a bússola para a construção deste artigo. Que objetivado a traçar um breve contexto da alfabetização no Brasil através das ações dos governos federais e ainda avaliar a importância da leitura e da contação de histórias para uma efetiva e real aprendizagem.

PALAVRAS CHAVE: Histórias. Leitura. Escrita. Aprendizagens.

INTRODUÇÃO

A leitura é considerada um dos melhores meios para desenvolver a linguagem e a personalidade da criança. Trabalhar com linguagem é trabalhar o indivíduo em sua amplitude. Qualquer criança pode ser auxiliada por livros a desenvolver suas potencialidades, explorando sua capacidade crítica e aprendendo escolher entre as produções literárias existentes e adequadas à sua faixa etária.

As instituições de Ensino devem levar em conta os aspectos ligados ao cuidado e à educação das crianças a partir dos 6 anos, sem privilegiar um em prejuízo ao outro, independente da classe social destas.

O trabalho de letramento e alfabetização tem por objetivo promover um ambiente estimulador ao desenvolvimento da criança nos aspectos físicos, afetivos, sociais e cognitivos, por meio de atividades lúdicas que privilegiem a curiosidade e a espontaneidade, incentivando-a a novas descobertas. A literatura, é um fator que aqui, ocupa espaço lúdico e os

livros transformam-se em instrumentos capazes de desenvolver emoções, expressividade e criatividade.

A vida da criança é composta por experiências diversificadas de aprendizagem conquistadas por ela. Ao chegar à escola, ela traz uma bagagem

significativa de experiências e conhecimentos, conquistados através da exploração visual, auditiva, brincadeiras, passeios, brinquedos e histórias que influenciam seu processo de aprendizagem.

Os livros, mesmo os mais simples, carregam dentro de si um grande número de informações, em forma de figuras, cores e texturas, ou seja, estímulos favoráveis ao seu desenvolvimento intelectual, além de trazerem ilustrações ricas em detalhes que estimulam a criatividade.

Quanto mais cedo a criança tiver contato com livros e ouvir histórias, seja na escola ou em casa, vai perceber o prazer da leitura, transformando-se em adulto leitor. Seu primeiro contato acontece quando ouve as narrativas, sendo introduzida no mundo da leitura antes de saber ler.

Ah, como é importante para a formação de qualquer criança ouvir muitas, muitas histórias... Escutá-las é o início da aprendizagem para ser um leitor, e ser leitor é ter um caminho absolutamente infinito de descoberta e de compreensão do mundo (ABRAMOVICH, 1991, p. 16).

Através da leitura, o indivíduo se comunica com o mundo, vivencia esse mundo e estimula suas emoções. A capacidade de conduzir para outros mundos, permitindo experiências enriquecedoras ou apenas uma boa distração são a garantia de um dos grandes prazeres da leitura. A leitura, na vida da criança, deve ser introduzida de forma prazerosa e lúdica utilizando histórias de acordo com sua faixa de idade, despertando sua curiosidade e sua imaginação. A leitura não pode ser imposta, e sim estimulada e vivenciada na escola e em casa. Coelho (2003) aponta que se deve compreender a importância da literatura na vida da criança, uma vez que ela atua de maneira mais essencial para divulgar os valores culturais que dinamizam uma sociedade ou uma civilização.

A prática de contar histórias é um instrumento significativo de contribuição na aprendizagem, além de ser uma ferramenta que deve ser utilizada pelo professor em sala de aula. A formação de alunos leitores exige educadores envolvidos com a literatura, sendo esta de grande relevância na formação do leitor, pois através dela a criança exercita sua imaginação, amplia seu conhecimento de mundo e viaja no mundo da fantasia.

É muito importante que a Literatura esteja incluída no projeto pedagógico da escola e que os educadores estejam cientes de sua

relevância para o desenvolvimento da criança, além da escola proporcionar tempo e espaço para a contação de histórias.

O professor deve planejar a maneira pela qual vai introduzir as histórias para a criança, demonstrando as diversas formas de exploração que elas permitem, mas acima de tudo, é preciso que ela seja atraída pelo objeto de leitura – o livro.

O clima da sala de aula influencia no interesse da criança pela literatura. O professor deve mostrar sua importância sem forçar, de maneira gradativa, num trabalho cotidiano, despertando a vontade do aluno, lendo para ele, sabendo aproveitar essas atividades. Assim, o professor incute hábitos de leitura naturalmente.

A melhor forma de planejar neste processo de aprendizagem é através de atividades, permitindo o contato da criança com diversas situações que favorecem a vivência de experiências concretas que contribuam no desenvolvimento do pensamento.

A Literatura enriquece as atividades na Educação, mas é necessário tomar cuidado com a narrativa, deve ter uma linguagem fácil, com imagens para que a criança possa explorá-la de maneira lúdica, permitindo

que obtenham um desenvolvimento significativo da sua capacidade de compreensão textual.

Através da contação de histórias, o professor estimula a reflexão, criando oportunidades para que o aluno faça descobertas e construa sua aprendizagem. A Literatura tem grande importância na aprendizagem das crianças, ajudando na formação de novos leitores, estimulando-os à leitura através do atrativo que compõe os textos literários. Cunha (2002, p. 45) afirma que:

A Literatura influi e quer influir em todos os aspectos da educação do aluno. Assim, nas três áreas vitais do homem (atividade, inteligência e afetividade) em que a educação deve promover mudanças de comportamento, a Literatura tem meios de atuar.

O contato da criança com o livro pode acontecer antes do que os adultos pensam, pois a maioria acha que como a criança não sabe ler ou está no processo de aprendizagem não vai se interessar pelos livros, letras, palavras, construção de pensamentos e etc. ou então não precisa ter contato. As crianças menores se interessam pelas cores e figuras dos livros. É importante que o livro seja manuseado por elas, para que observem a textura, as cores, para que tenham um contato maior. A partir disso, passam a gostar dos livros, percebendo que a fantasia aparece através das palavras e dos desenhos estampados em suas páginas, pois, como complementa Zilberman (2005), os livros que

são lidos na infância permanecem na memória do indivíduo, responsáveis por bons momentos vividos nessa fase.

APRESENTAÇÃO DO TEMA

Ao chegar à escola, a criança precisa ser estimulada a aprender novos conhecimentos. O letramento se torna um elemento imprescindível na preparação da aprendizagem da criança.

Para instigar o interesse da criança pela Literatura, é importante incluir a leitura como rotina em sala de aula, para que as crianças saibam como se comportar ao ouvir as histórias e em que momento a contação acontece.

É tarefa do professor iniciar um trabalho prazeroso com a literatura para que as crianças despertem o gosto pela leitura.

As escolas devem assumir a formação do leitor como um compromisso fundamental. É responsabilidade do educador mostrar à criança as produções escritas que circulam e que podem ser utilizadas para que compreendam seus sentidos. A criança só se apta a fazer parte do mundo literário quando passa a compreender seu significado, pois ela percebe a diferença entre a fala e a escrita, instrumentos imprescindíveis a aprendizagem da leitura.

A literatura na Educação nos mostra a importância do professor como contador de histórias para incentivar a leitura nas séries seguintes, pois nesse período, a criança ainda não lê, mas “saboreia” o que chega aos seus ouvidos. A partir disso, pergunta-se: Qual a importância das Literaturas e das histórias no desenvolvimento da aquisição da leitura e da escrita da criança?

QUESTÕES NORTEADORAS

As inquietações são as seguintes:

- . De que maneira a literatura influencia o desenvolvimento?
- . Como os professores podem contribuir para bons hábitos de leitura?
- . Como incentivar a contação de histórias?

OBJETIVO GERAL

Analisar a importância da Alfabetização e letramento e do professor no desenvolvimento da criança.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- . Identificar o letramento como um meio facilitador da aprendizagem da criança da Educação.
- . Descrever a importância da contação de histórias para estimular e incentivar hábitos de leitura.
- . Destacar o papel do professor na contação de histórias.

JUSTIFICATIVA

A prática da contação de histórias surgiu nos primórdios da humanidade. O contar e ouvir histórias é uma das muitas ferramentas que possibilitam uma aprendizagem significativa na construção do conhecimento e do desenvolvimento infantil.

A Literatura insere-se no processo de socialização das pessoas. As histórias permitem que a criança supere seus medos e construa seu pensamento e seu conhecimento, envolvendo e transformando a vida de cada uma delas.

A Literatura tem entre suas várias funções, o princípio de despertar o hábito de ouvir histórias, ler e de interpreta-las, contribuindo para que a criança se torne assim um futuro leitor. A história contada tem por fundamento a formação educativa e cultural infantil. O conto atende a necessidade da curiosidade e da descoberta que a criança traz em seu interior.

Segundo Abramovich (1991), a contação de histórias é de suma importância na formação da criança, iniciando sua aprendizagem para se transformar em leitor, num caminho de descoberta e compreensão do mundo. Além do prazer, a contação de histórias na sua vida e formação, se torna um instrumento facilitador do desenvolvimento de comportamentos e atitudes características da criança em qualquer faixa etária.

A criança aprende a ler dentre outras formas, ouvindo o professor contar as histórias, soletrando e repetindo as palavras. A Literatura atua, aqui, como agente facilitador da aprendizagem. Quando o educador propõe uma rotina ao contar histórias, estimula a curiosidade dos educandos de maneira gradativa, atraindo-os para conhecer outras histórias.

O professor que utiliza a Literatura tem plena consciência de seu papel de estimulador entre o educando e as histórias, que se tornam meios acessíveis para que a criança entre no mundo da cultura, e dele não saia mais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O trabalho será realizado através de uma pesquisa exploratória, de cunho bibliográfico, utilizando Zilberman, Abramovich, Cunha e Coelho como autores principais, para dissertar sobre a importância da Literatura e a presença da contação de histórias em sala de aula. Serão utilizados livros, artigos e sites que abordam o tema escolhido.

BREVE CONTEXTO DA ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL ATRAVÉS DAS AÇÕES DOS GOVERNOS FEDERAIS

Bastos (2017) aborda que a trajetória da alfabetização, no Brasil, sofreu bastante modificação no decorrer dos anos, assim como o que era / é considerado alfabetizado ou não. Até os anos de 1940, os indivíduos que escreviam o nome completo eram considerados alfabetizados. Para Cagliari (2011, p. 75), "ser alfabetizado é saber ler por iniciativa própria. Tudo o mais são acréscimos".

Sendo assim, aspectos como leitura fluente, escrita ortográfica e interpretação de texto não eram considerados determinantes para dizer se um indivíduo era ou não alfabetizado. Ferreiro (2001; 2011) e

Ferreiro e Teberosk (1999), no entanto, consideram o sujeito alfabetizado quando o mesmo é capaz de ler e compreender a sua leitura e a de terceiros, além de ser capaz de escrever com coerência. Essa perspectiva mais atual acerca do indivíduo que é considerado alfabetizado relaciona-se diretamente com os estudos desenvolvidos por inúmeros intelectuais e, ainda, com as medidas legais voltadas para o campo da alfabetização. Quanto a tais medidas legais, inicialmente destaca-se que, em 1999, o Ministério da Educação lançou um programa de desenvolvimento profissional continuado intitulado de Parâmetros em Ação. Tal programa tinha como propósito apoiar e incentivar o desenvolvimento profissional de professores e especialistas em Educação, de forma a facilitar a leitura, análise, discussão e implementação dos Parâmetros e dos Referenciais Curriculares Nacionais. Também tinha como objetivo apoiar os sistemas de ensino, orientando-os na formulação e no desenvolvimento de projetos educativos.

O projeto era organizado em módulos de estudo compostos por atividades diferenciadas que procuram levar à reflexão sobre as experiências que vêm sendo desenvolvidas nas escolas e acrescentar elementos que possam aprimorá-las. Um dos módulos que compunham os Parâmetros em Ação era o "Alfabetizar com textos", que se destinava mais especificamente aos alfabetizadores, ou seja, aos professores que alfabetizavam crianças e adultos e que atuavam tanto na Educação Infantil como no Ensino Fundamental, diante da necessidade de aprofundar a discussão sobre propostas didáticas de alfabetização por meio de textos. Tal módulo era composto de sugestões de sequências de atividades, orientações gerais, textos, bibliografias, material de leitura, sugestões de livros de literatura e amostra da evolução da escrita de discentes.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, teve o seu artigo 32 alterado em 2006.¹ Na nova redação, foi fixada a idade mínima de seis anos para a realização do 1º ano do Ensino Fundamental. Logo, a partir desse artigo, toda criança, ao completar seis anos de idade, deve ser matriculada no 1º ano do Ensino Fundamental.

A Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012, instituiu o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e as ações do Pacto, pelo qual o Ministério da Educação e as secretarias estaduais, distrital e municipais de educação reafirmam e ampliam o compromisso previsto no Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, de alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, ao final do 3º ano do Ensino Fundamental, aferindo os resultados por exame periódico específico. Cabe destacar que a alfabetização desses alunos abrange os conhecimentos no campo da Língua Portuguesa e da Matemática e que a realização de avaliações anuais universais é de responsabilidade do

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Desse modo, as ações do Pacto têm por objetivos garantir que todos os estudantes dos sistemas públicos de ensino estejam alfabetizados, em Língua Portuguesa e em Matemática, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental, bem como reduzir a distorção idade-série na Educação Básica, melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), contribuir para o aperfeiçoamento da formação dos professores alfabetizadores e construir propostas para a definição dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças nos três primeiros anos do Ensino Fundamental. Para tanto, as ações do Pacto centram-se nos seguintes eixos: formação continuada, materiais didáticos, literatura e tecnologias educacionais, avaliação e gestão, controle e mobilização social.

Os investimentos do governo federal no âmbito da alfabetização se estenderam aos anos subsequentes. A Lei nº 12.801, de 24 de abril de 2013, por exemplo, dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, com a finalidade de promover a alfabetização dos estudantes até os oito anos de idade ao final do 3º ano do Ensino Fundamental da Educação Básica pública, aferida por avaliações periódicas.

Com a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, foi aprovado o Plano Nacional da Educação (PNE) que, em seu artigo 2º, inciso primeiro, menciona a erradicação do analfabetismo como uma das diretrizes do PNE. A meta cinco e nove desse Plano também se voltam especificamente para a alfabetização. A primeira determina que os estudantes sejam alfabetizados até ao final do 3º ano do Ensino Fundamental, o que reafirma o propósito da Lei nº 12.801/13. A meta de número nove demonstra a pretensão de elevar a taxa de alfabetização da população com quinze anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

Com base no exposto, reitera-se que as preocupações do governo e, por conseguinte, dos educadores com a alfabetização de crianças e adultos exprimem a importância da aquisição da leitura e da escrita na formação de cidadãos. Isso significa que a alfabetização é um processo de aprendizagem muito significativo na vida dos educandos, pois, ao aprender a ler e escrever um mundo de novas opções é descoberto. A leitura permite sonhar com lugares nunca vistos, já a escrita possibilita registrar lugares e situações imagináveis ou não.

No entanto, sabe-se que o processo de aquisição da leitura e da escrita inicia-se antes da chegada do educando à escola, quando, por meio de indagações, o indivíduo arrisca-se a descobrir o mundo no qual está inserido. Percebe-se, então, que, ao utilizar a linguagem, ele questiona

a realidade vivenciada, perguntando o porquê e o para quê de tudo, na tentativa de compreender o mundo ao seu redor. Reiterando isso, Ferreiro (2001) explícita que a alfabetização não é o fim de um percurso realizado, mas um processo que se inicia antes do ingresso escolar, e é aperfeiçoado e aprofundando nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Nas palavras dessa autora: “a alfabetização não é um estado ao qual se chega, mas um processo cujo início é na maioria dos casos, anterior à escola e que não termina ao finalizar a escola primária”. (FERREIRO, 2001, p. 47)

LITERATURA: UM POUCO DA HISTÓRIA

“A história da literatura, principalmente da literatura infantil, tem relativamente poucos capítulos. Começa a delinear-se no início do século XVIII, quando a criança pelo que deveria, passa a ser considerada um ser diferente do adulto, com necessidades e características próprias, pelo que deveria distanciar-se da vida dos mais velhos e receber uma educação especial, que a preparasse para a vida adulta”. (Cunha, 1999) Antes disso, a criança, acompanhando a vida social do adulto, participava também de sua literatura. Existiam no século XVIII, duas realidades. A criança da nobreza, orientada por preceptores, lia geralmente os grandes clássicos, enquanto a criança das classes desprivilegiadas lia ou ouvia as histórias de cavalaria, de aventuras. As lendas e contos folclóricos formavam uma literatura de cordel de grande interesse das classes populares.

Colecionadores de histórias folclóricas, os irmãos Grimm, estão assim ligados à gênese da literatura infantil, que deu o ponta pé inicial para tudo isso. Tiveram seus contos republicados e adaptados umas inúmeras de vezes, a tal ponto que hoje tais relatos se apresentam demasiadamente modificados. Em cada país, além dessa literatura tornada universal, vão aos poucos surgindo propostas diferentes de obras literárias infantis. “No Brasil, a literatura infantil tem início com obras pedagógicas e, sobretudo adaptações de obras de produções portuguesas, demonstrando a dependência típica das colônias”

(Cunha, 1999) No final do século XIX estava sendo mudado o regime político no Brasil; a República adotada a partir de 1889 substituía a Monarquia, após o longo reinado de D. Pedro II, Imperador desde 1840.

As décadas de 30 e 40 presenciaram o crescimento da rede escolar e o incremento do livro didático como fator educador e nacionalista. Nos anos 30 apareceu o antagonismo entre a realidade e a fantasia que os livros apresentam. Assim, foi priorizada a informação e foram condenados os contos de fadas. A literatura em quadrinhos, na década de 40, mostrou o mundo atual da violência, com seus heróis importados, de leitura voltada para os meninos. Para as meninas, adotou-se outro padrão, com a Biblioteca das Moças, entre outras - uma literatura rósea, de resquícios romântico e paternalista. Na década

de 50 instalou-se uma crise da leitura, com a preferência do público para o rádio, o cinema e a televisão. Nos anos 60 foi à música popular que preencheu a lacuna da poesia, num mundo onde a imagem prevalecia sobre o texto. As reformas educacionais têm continuado a priorizar o didatismo na literatura infantil e, praticamente a excluir o maravilhoso e o lúdico. Tão perto quanto na década de 70, observa-se que os livros didáticos ainda mantinham a concepção de que leitura formasse a base do ensino e de que a leitura obrigatória na escola abria caminho para a leitura prazerosa e gratuita fora dela. Mas, foram os anos 70 que presenciaram a explosão da literatura no Brasil. Os textos dogmáticos cederam lugar aos textos questionadores, abertos a inúmeras possibilidades de leitura. O texto literário ganhou ilustrações sedutoras e pôde rivalizar com os meios de comunicação de massa. Desde então tem crescido o número de escritores voltados para o público infantil, num movimento renovador dos textos literários para crianças.

Nas últimas décadas do século XIX, os países europeus no qual o Brasil se espelhava começavam a transitar para o regime republicano que, à primeira vista, parecia mais democrático. Por meio de eleições periódicas e livres, os dirigentes podiam ser trocados de modo que a Sociedade dispunha de ocasiões mais numerosas para manifestar insatisfação quando essa acontecia. Além disso, o regime republicano quando acompanhado de consultas aos votantes, oportunizava a um maior número de pessoas declararem sua opinião mostrando-se, pois mais liberal e dinâmico. Nesse novo Brasil de transformações ao final do século XIX, se dá o aparecimento dos primeiros livros para crianças escritos e publicados por brasileiros; mas é com Monteiro Lobato que tem início a verdadeira literatura infantil brasileira.

Um dos recursos literários muito utilizados no trabalho com as séries iniciais do ensino fundamental são as fábulas. Enquanto gênero, as fábulas são narrativas curtas, os personagens são animais, plantas ou objetos animados que ganham características humanas e no desfecho trazem um ensinamento, uma moral. Habitualmente, as fábulas refletem um método pedagógico em que o aluno não precisa questionar ou refletir. Nessa visão tradicionalista, a finalidade de seu uso é que os alunos se identifiquem com a moral imposta pela fábula. Todavia, poder-se-ia questionar, com base no próprio Rousseau, se o problema não se situa mais no suporte teórico-metodológico tradicionalista que aprisionou este gênero literário do que exclusivamente no conteúdo ou no formato das fábulas. Diz Rosseau:

Nada é tão vão nem tão mal entendido quanto a moral pela qual se termina a maior parte das fábulas. Como se essa moral não fosse ou não devesse ser compreendida na própria fábula, de modo que a tornasse sensível ao leitor! Por que,

então, acrescentando no fim essa moral, retirar-lhe o prazer de encontrá-la por si mesmo? O talento de instruir é fazer com que o discípulo encontre prazer na instrução. Ora, para isso, seu espírito não deve permanecer tão passivo diante de tudo o que lhe disserdes que não tenha absolutamente nada a fazer para vos compreender. É preciso que o amor-próprio do professor deixe sempre algum espaço para o seu; é preciso que ele possa pensar: Eu compreendo, eu entendo, eu ajo, eu me instruo. (ROSSEAU, 2004).

A IMPORTÂNCIA DO LETRAMENTO E DA ALFABETIZAÇÃO

A infância é o período mais adequado para haver maior concentração e preocupação no desenvolvimento da leitura, pois é necessário que se mostre à criança o que precisa ser construído por ela no âmbito do aprendizado da leitura, no qual o adulto leitor experiente tem a função de tornar possível a aprendizagem desta atividade. Para facilitar a entrada da criança no mundo da leitura e da escrita, o adulto deve ler para ela. (Abramovich 1997) nos diz que o

escutar pode ser o início da aprendizagem para se tornar leitor. Ouvir muitas e muitas histórias é importante para se integrar num mundo de descobertas e de compreensão do mundo. Ouvindo histórias pode-se também sentir emoções importantes, como a raiva, a tristeza, a irritação, o bem-estar, o medo, a alegria, o pavor, a insegurança, a tranquilidade. Enfim, ouvir narrativas é uma provocação para mergulhar profundamente em sentimentos, memórias e imaginações. As histórias podem fazer a criança ver o que antes não via, sentir o que não sentia e criar o que antes não criava. O mundo pode se tornar outro, como mais significados e mais compreensões. É de responsabilidade do leitor adulto, mostrar à criança como os escritos que circulam no cotidiano podem ser utilizados a fim de que a mesma compreenda seus sentidos. A criança só é capaz de compartilhar deste mundo quando compreende o seu significado. Esse descobrimento faz ela descobrir a diferença entre a fala e a escrita, ambos necessários a aprendizagem inicial da leitura.

A leitura é muito importante em nossas vidas, através dela podemos aprender ensinar e conhecer outras culturas. A sua grandiosidade deve ser compreendida como uma leitura que permita a viagem no mundo da imaginação, tão presente na infância. O desenvolvimento da imaginação quando compartilhado, divulgado e aplaudido faz do sujeito alguém envolvido com as ideias, compreensivo, crítico e modificador das situações prazerosas ou não, torna-se alguém com ideais. Ao experimentar a leitura a criança executa um ato de compreensão e interpretação do mundo, e através dessa compreensão pode modificar ou resignificar o contexto no qual está inserido. O trabalho com literatura infantil tem como possibilidade de resultado a formação de leitores-escritores competente. Tem como objetivo formar alguém que compreenda aquilo que lê; que consiga transmitir aos outros os elementos de uma história através das ilustrações; que possa

transformar um texto numa narrativa prazerosa a quem ouve; que possa aprender a ler o que não está escrito; que saiba que vários sentidos podem ser atribuídos a um texto; que possa imaginar e criar. A literatura é um possível caminho para a criança desenvolver a imaginação, emoções e sentimentos de forma prazerosa e significativa, e através das histórias as crianças aprendem nomes, sons, músicas e se inserem na cultura.

Os livros infantis, além de proporcionarem prazer, contribuem para o enriquecimento intelectual das crianças. Sendo esse gênero objeto da cultura, a criança tem um encontro significativo de suas histórias com o mundo imaginativo dela própria. A criança tem a capacidade de colocar seus próprios significados nos textos que lê isso quando o adulto permite e não impõe os seus próprios significados, visto estar em constante busca de uma utilidade que o cerca. (OLIVEIRA 1990).

A escola é o espaço de encontro entre criança e livro. Cabe, então, a escola, a responsabilidade de inserir a criança ao mundo da leitura, e principalmente, transforma-los em leitores permanentemente interessados. Sendo assim, entendemos que a Literatura é arte literária, destinada a determinado público. Atualmente, a crescente circulação dos textos infanto-juvenis nos ambientes escolares. Ainda que esses textos literários tenham, quase sempre, a intencionalidade voltada ao exercício didático e transferência de informação. Os discursos provenientes do meio educacional relacionam a falta do gosto pela leitura, por parte de crianças que não receberam de suas famílias o incentivo a leitura, como uma das causas do fracasso escolar do aluno e futuramente seu fracasso enquanto cidadão. Assim iniciativas são criadas com o intuito de sanar este problema educacional. Iniciativas que se traduzem em projetos de leitura, expansão do mercado editorial de livros didáticos, paradidáticos e livros infanto-juvenis, o incentivo a pesquisas acadêmicas, e as discussões sobre a leitura em encontros, seminários e congressos, dentre outras. Para Lahire, a construção do sucesso escolar da criança não se limita na ausência ou presença de livros em casa. Mas estão ligadas as dinâmicas internas de cada família: a afetividade entre os membros da família, a ordem doméstica, formas de autoridade familiar, as formas de investimento pedagógico, as formas familiares da cultura e da escrita. (Lahire, 2004). Portanto, é a transmissão desse capital cultural existente na família que influenciará o sucesso escolar da criança ou não.

O autor explicita que, quando a criança conhece, ainda que oralmente, histórias escritas lidas por seus pais ela capitaliza- na relação afetiva com seus pais – estruturas textuais que poderá reinvestir em suas leituras ou nos atos de

produção escrita. Assim, o texto escrito, o livro, para a criança, faz parte dos instrumentos, das ferramentas cotidianas através dos quais recebe o afeto de seus pais. Isto significa que, para ela, afeto e livros não são duas coisas separadas, mas que são bem associadas. (LAHIRE, 2004).

Não é difícil encontrarmos nas famílias onde os pais são leitores, livros cuidadosamente guardados, sendo a criança impedida de manuseá-lo ou pais que investem na compra de livros e enciclopédias, mas não acompanham seus filhos em suas descobertas na leitura. Entendemos que o ideal seria a família desempenhar o papel de intermediários no processo de descobertas, o que possibilitaria a apropriação do capital cultural. Como também não é raro encontrarmos em famílias com pouco acesso a leitura, mas que cultivam hábitos de fazer anotações, lembretes, agendar, racionalizar, prever, planejar, calcular o tempo e gastos. Pais que fazem que os filhos leiam e escrevam histórias, fazem-lhes perguntas sobre o que estão lendo, envolvem seus filhos na organização familiar e mantém com a criança uma relação que permita a transmissão da maneira de ver e sentir o mundo a sua volta, possibilitando assim, o bom encaminhamento escolar.

Assim, não seria possível, somente por meio dos livros, alcançarem um bom desenvolvimento do pensamento do leitor e assim, garantir condições para mobilidade social do aluno. Para que haja êxito no processo de formação de leitor, o educador deve ter clareza de sua metodologia com a literatura em sala de aula, despertar questionamentos e promover a construção de novos significados.

A leitura se faz a partir um espectro múltiplo: homem, ação social e o conhecimento. Se a leitura for individual, solitária, ela se torna inócua. Quando pensamos e refletimos, pensamos a partir de uma realidade específica. (ALMEIDA, 2008).

Entendemos que, para ler e escrever é preciso, antes de tudo, que a criança seja alfabetizada. E a escola é a instituição historicamente responsável para cumprir a tarefa de alfabetizar em nossa sociedade. Lembrando que, geralmente, os primeiros textos de leitura que as crianças entram em contato após vencer as cartilhas, são os textos dos livros didáticos, especialmente

designados nas aulas de Língua Portuguesa. É comum encontrarmos nos livros didáticos da Língua Portuguesa, bons textos seguidos de maus exercícios, ou quando não, depararmos-nos com conteúdo de um texto geralmente fragmento ou adaptado, utilizado como pretexto para atividades de gramática e redação, ocupando, assim, todo o tempo do aluno em desenvolvimento de atividades.

Sendo assim não garantindo com isso, o desenvolvimento de uma leitura crítica e transformadora. Desta forma compartilhamos da opinião de estudiosos renomados como: Almeida (2008); Cosson (2007); Lajolo (2008); Magnani (2001); Zilberman (2003), entre

outros, que a escola precisa ensinar o aluno a explorar o texto e dominar a multiplicidade de gêneros textuais, pois o novo leitor não possui habilidade linguística como um leitor proficiente. Para isso, espera do educador, além da leitura prévia do material oferecido ao aluno, que este, ofereça diferentes gêneros textuais para a degustação de leitura para o leitor. É comum perceber, em relação ao material determinado e utilizado pelos educadores para iniciação do leitor e promoção da leitura que, talvez, por falta de formação específica, os educadores não conseguem distinguir o livro didático, ou o livro paradidático dos livros de literatura infanto-juvenil. Sendo assim, acabam na maioria das vezes, utilizando o material meramente com finalidades pedagógicas ou utilitárias.

Os livros paradidáticos são muito utilizados nas escolas por apresentarem características utilitaristas, ou seja, com intencionalidade determinada vinculada à escola. Neste sentido, o livro paradidático extingue a experiência estética e trata seus leitores de forma homogênea, o que os distingue dos livros literários. Os livros paradidáticos apresentam uma metodologia determinada de trabalho. Pretendem, com este tipo de trabalho, que os leitores cheguem a uma única interpretação do texto lido. Geralmente, contém fichas de leituras, elaboradas por autores ou especialistas para serem preenchidas pelos leitores. Educadores assumem um papel coadjuvante nesse processo, pois delegam a outros, o planejamento das atividades de literatura que serão desenvolvidas com seus alunos. Pois, nos livros paradidáticos, as atividades são pré-determinadas e as fichas de leituras, já elaboradas, são utilizadas pelo educador, somente como critério de avaliação e garantia de leitura realizada, camuflando assim, o despreparo do educador com a prática da literatura e a pouca familiaridade com a leitura dos livros desenvolvida em sala de aula. É importante lembrar que os livros literários não são livros paradidáticos, mesmo que muitos professores esvaziem seu significado, utilizando-os com o mesmo fim.

“O texto literário é aquele que não possui compromisso com o leitor, com os textos paradidáticos ou com o texto didático. Ele é estética, criação, imaginário, fantasia, pensamento e atitude.” (Almeida, 2008). Estas características do texto literário, por sua vez, podem desencadear, como consequência, a construção da criticidade nos educandos. Acredita-se que a literatura vem solidificar o espaço da leitura na escola enquanto formação de leitores, sendo assim, torna-se importante que o educador não dê a todos os gêneros textuais, um caráter utilitário, porque o prazer de ler está relacionado ao prazer de criar novas situações, de adentrar num mundo diferente através das histórias infantis, num mundo de sonhos e ações dos personagens das histórias infanto-juvenis, desmistificando preconceitos, relacionando fatos com sua própria vida, pensando assim, uma forma de tornar o

mundo compreensível e mais humano. Pois, a literatura, ao nos convidar para o contato com diferentes emoções e visões de mundo, proporciona condições para o crescimento interior, possibilitando a formação de parâmetros individuais para medir e codificar seus próprios sentimentos e ações (Cagneti E Zotz, 1986). De outro ponto de vista, Abramovich (1997) discute como desenvolver por intermédio da literatura, o potencial crítico da criança. Argumenta que por meio de um material literário de qualidade, a criança é capaz de pensar criticamente e reformular seu pensamento.

O PROFESSOR E A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS

A literatura leva a criança à descoberta do mundo, onde sonhos e realidade se incorporam, onde a realidade e a fantasia estão intimamente ligadas, fazendo a criança viajar, descobrir e atuar num mundo mágico; podendo modificar a realidade seja ela boa ou ruim.

A infância é o período mais adequado para haver maior concentração e preocupação no desenvolvimento da leitura, pois é necessário que se mostre à criança o que precisa ser construído por ela no âmbito do aprendizado da leitura, no qual o professor experiente tem a função de tornar possível a aprendizagem desta atividade. Para facilitar a entrada da criança no mundo da leitura e da escrita, o professor deve ler para ela.

É grande o universo da literatura onde contar histórias é muito natural para a vida das crianças desde sua tenra idade, onde o professor tem seu papel visto como fundamental para intermediar os desenvolvimentos das crianças. As atividades com a contação de histórias pode levar as crianças a desenvolverem seu imaginário assim como suas habilidades, trabalhando com o aguçar das habilidades já existentes e no desenvolvimento de novas, o que trará muitas construções novas e uma leitura de mundo mais ampliada e significativa, a criança se ampara nas vivências dos personagens para desenvolver as suas vivências, pois se identifica com as experiências dos mesmos, desenvolvendo meios de lidar com seus problemas e dificuldades do dia a dia, onde por vezes facilitam a vida e o entendimento da criança na escola, na vida cotidiana e nas experiências que se encontram durante sua vida toda, mexendo e aguçando seus valores, expectativas e com seus sonhos, fazendo com que a criança saiba lidar com conflitos, rotinas corriqueiras e desenvolvendo-se globalmente.

Cabe ao professor neste momento mediar os conflitos internos e dar à oportunidade da criança desenvolver construções significativas, sabendo ler e compreender a partir das suas histórias, tirando das mesmas as mensagens que se escondem nas entrelinhas, lendo com o tempo o mundo de maneira a ter significado, sabendo o porquê, para que e onde utilizar os conhecimentos construídos, tudo com a

intervenção do professor no momento certo, assim como com planejamento das atividades e das histórias a serem contadas.

Neste momento o professor deve ter em mente os objetivos claros que deve trabalhar com suas crianças, escolhendo para isso as histórias certas, onde seja possível a criança participar, dar sua opinião, questionar e compreender a história e o que a mesma pode transformar em sua vida, o

auxiliando no caminho para suas descobertas com significado e com prazer, pois as histórias podem abrir as portas de um mundo e para visões de imenso prazer, transformando e se deixando transformar através do seu imaginário.

A LITERATURA NA EDUCAÇÃO

Crianças desde muito pequenas, podem construir uma relação prazerosa com a leitura, permitindo-lhe que convivam com livros, revistas, gibis, os quais possam manipulá-los. O contato com o maior número possível de situações em um contexto comunicativo faz com que a prática de ler e de ouvir histórias na escola ou em família, se transforme em um ato de aprendizagem, desenvolva valores, leve o leitor a atingir maturidade crítica em sua formação e faça interagir, estimulando a capacidade e a percepção. Logo criança inicia o reconhecimento da realidade que a rodeia, principalmente pelos contatos afetivos e pelo tato. É a chamada fase da "invenção da mão", pois seu impulso básico é pegar em tudo que se acha ao seu alcance. É também o momento em que a criança começa a conquista da própria linguagem e passa a nomear as realidades à sua volta. A importância da leitura de histórias, desde cedo, dá-se pelo motivo que ela começa a ouvir e ativar sua imaginação, iniciando-se a fase das descobertas e da aprendizagem do mundo. Nesse sentido, o Referencial Curricular Nacional (RCN), elaborado pelo Ministério da Educação e do Desporto, atendendo às determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) estabelece que a etapa da educação básica, com objetivo de auxiliar no trabalho educativo diário, para que as crianças tenham um desenvolvimento integral, capazes de crescerem como cidadãos com conhecimento de mundo na linguagem oral e escrita. Assim delibera o documento. A escola é um dos espaços privilegiados para o começo da leitura e para a formação do ser humano. O ato de ler deve ser prazeroso e lúdico desde o berçário, visto como uma estratégia de gerar conhecimento, conforme aponta o (RCN 1998).

A prática da leitura de histórias tem um papel fundamental para avançar no processo de construção de significados, enriquecendo cada vez mais sua capacidade expressiva, formando crianças que gostem de ler. É por meio dela

que a criança entra em contato com toda a riqueza dos contos, da fantasia e da imaginação. Essa prática pode ser facilmente incorporada à rotina diária do professor, independente da idade e da condição social das crianças. É por meio do ouvir histórias que vão, desde cedo, ter contato com o livro.

A presença do livro na vida da criança é de fundamental importância para o seu desenvolvimento, pois o contato com os livros leva a criança a um conhecimento que favorece a prática cotidiana. A criança que tem contato com obras literárias desde cedo, tem maior facilidade de se desenvolver, pois é na escola, onde fontes geradoras de conhecimentos, que muitas crianças conseguem ter o contato direto com o livro.

É IMPORTANTE QUE AS CRIANÇAS OUÇAM HISTÓRIAS E RECONTEM AS HISTÓRIAS

Ouvir histórias é um acontecimento tão prazeroso que desperta o interesse das pessoas em todas as idades. Se os adultos adoram ouvir uma boa história, a criança é capaz de se interessar e gostar ainda mais por elas, já que sua capacidade de imaginar é mais intensa.

A narrativa faz parte da vida da criança desde quando bebê, através da voz da mãe, dos acalantos e das canções de ninar, que mais tarde vão dando lugar às cantigas de roda, a narrativas curtas sobre crianças, animais ou natureza. Crianças bem pequenas, já demonstram seu interesse pelas histórias, batendo palmas, sorrindo, sentindo medo ou imitando algum personagem. Neste sentido, é fundamental para a formação da criança que ela ouça muitas histórias desde a mais tenra idade.

O primeiro contato da criança com um texto é realizado oralmente, quando o pai, a mãe, os avós ou outra pessoa conta-lhe os mais diversos tipos de histórias. A preferida, nesta fase, é a história da sua vida. A criança adora ouvir como foi que ela nasceu, ou fatos que aconteceram com ela ou com pessoas da sua família. À medida que cresce, já é capaz de escolher a história que quer ouvir, ou a parte da história que mais lhe agrada. É nesta fase, que as histórias vão tornando-se aos poucos mais extensas, mais detalhadas.

A criança passa a interagir com as histórias, acrescentam detalhes, personagens ou lembra-se de fatos que passaram despercebidos pelo contador. Essas histórias reais são fundamentais para que a criança estabeleça a sua identidade, compreenda melhor as relações familiares. Outro fato relevante é o vínculo afetivo que se estabelece entre o contador das histórias e a criança. Contar e ouvir uma história aconchegada a quem se ama é compartilhar uma experiência gostosa, na descoberta do mundo das histórias e dos livros.

Algum tempo depois, as crianças passam a se interessar por histórias inventadas e pelas histórias dos livros, como: contos de fadas ou contos maravilhosos, poemas, ficção, etc.

Tem nesta perspectiva, a possibilidade de envolver o real e o imaginário que de acordo com Sandroni & Machado (1998, p.15) afirmam que:

“Os livros aumentam muito o prazer de imaginar coisas. A partir de histórias simples, a criança começa a reconhecer e interpretar sua experiência da vida real”.

É importante contar histórias mesmo para as crianças que já sabem ler, pois segundo Abramovich (1997, p.23)

“Quando a criança sabe ler é diferente sua relação com as histórias, porém, continua sentindo enorme prazer em ouvi-las”.

Quando as crianças maiores ouvem as histórias, aprimoram a sua capacidade de imaginação, já que ouvi-las pode estimular o pensar, o desenhar, o escrever, o criar, o recriar. Num mundo hoje tão cheio de tecnologias, onde as informações estão tão prontas, a criança que não tiver a oportunidade de suscitar seu imaginário, poderá no futuro, ser um indivíduo sem criticidade, pouco criativo, sem sensibilidade para compreender a sua própria realidade.

Portanto, garantir a riqueza da vivência narrativa desde os primeiros anos de vida da criança contribui para o desenvolvimento do seu pensamento lógico e também de sua imaginação, que segundo Vigotsky (1999, p.128) caminham juntos:

“A imaginação é um momento totalmente necessário, inseparável do pensamento realista.”

Neste sentido, o autor enfoca que na imaginação a direção da consciência tende a se afastar da realidade. Esse distanciamento da realidade através de uma história, por exemplo, é essencial para uma penetração mais profunda na própria realidade:

“Afastamento do aspecto externo aparente da realidade dada imediatamente na percepção primária possibilita processos cada vez mais complexos, com a ajuda dos quais a cognição da realidade se complica e se enriquece. (VIGOTSKY, 1999, p.129)”.

O contato da criança com o livro pode acontecer muito antes do que os adultos imaginam. Muitos pais acreditam que a criança que não sabe ler não se interessa por livros, portanto não precisa ter contato com eles. O que se percebe é bem ao contrário. Segundo Sandroni & Machado (1998, p.12).

“A criança percebe desde muito cedo, que livro é uma coisa boa, que dá prazer”. As crianças bem pequenas interessam-

se pelas cores, formas e figuras que os livros possuem e que mais tarde, darão significados a elas, identificando-as e nomeando-as.

É importante que o livro seja tocado pela criança, folheado, de forma que ela tenha um contato mais íntimo com o objeto do seu interesse. A partir daí, ela começa a gostar dos livros, percebe que eles fazem parte de um mundo fascinante, onde a fantasia apresenta-se por meio de palavras e desenhos. De acordo com Sandroni & Machado (1998, p.16)

“O amor pelos livros não é coisa que apareça de repente. É preciso ajudar a criança a descobrir o que eles podem oferecer. Assim, pais e professores têm um papel fundamental nesta descoberta: serem estimuladores e incentivadores da leitura”.

No Brasil, a Literatura e a escola sempre estiveram mutuamente atreladas. Os livros infantis, ou infanto-juvenis encontram na escola, o espaço ideal para garantir atenção de seus leitores, mesmo que estes sejam utilizados como leitura obrigatória e usados como pretextos utilitários, informativos e pedagógicos.

Lajolo, (2008) garante que se ler é essencial, a leitura literária também é fundamental.

“É à literatura, como linguagem e como instituição, que se confiam os diferentes imaginários, as diferentes sensibilidades, valores e comportamentos através dos quais uma sociedade expressa e discute, simbolicamente, seus impasses, seus desejos, suas utopias. Por isso a literatura é importante no currículo escolar: o cidadão, para exercer, plenamente sua cidadania, precisa apossar-se da linguagem literária, alfabetizar-se nela, tornar-se seu usuário competente, mesmo que nunca vá escrever um livro: mas porque precisa ler muitos. (LAJOLO, 2008, p.106)”.

No entanto, especialistas que debruçam nesta área consideram esta conceituação um tanto restrita, haja vista que muito antes da existência de livros e revistas infantis, a Literatura Infantil e ou infanto-juvenil atuava na tradição oral, transmitindo a expressão da cultura de um povo de geração em geração.

Arroyo (1990) A literatura é arte. E como arte deve ser apreciada e corresponder plenamente à intimidade da criança. A criança tem um apetite voraz pelo belo e encontra na literatura o alimento adequado para os anseios da psique. Alimento, esse, que traduz os movimentos interiores e sacia os próprios interesses da criança.

"A literatura não é, como tantos supõem, um passatempo. É uma nutrição." (Meyreles, 1984, p. 32)

Para Frantz,

"A literatura é também ludismo, é fantasia, é questionamento, e dessa forma consegue ajudar a encontrar respostas para as inúmeras indagações do mundo infantil, enriquecendo no leitor a capacidade de percepção das coisas." (Frantz, 2001, p.16)".

No entanto, não podemos esquecer que os livros dirigidos às crianças são escritos por adulto. Adulto esse, que possui a intenção de transmitir através de seus textos, ensinamentos que julga, conforme sua visão adulta, interessante para criança. De modo que, em suma que o:

"O livro infantil", se bem que dirigido à criança, é de invenção e intenção do adulto. Transmite os pontos de vista que este considera mais úteis à formação de seus leitores. E transmite-os na linguagem e no estilo que adulto igualmente crê adequados à compreensão e ao gosto do seu público. (MEIRELES, 1984 p. 29)".

Alguns escritores escrevem para criança e apresentam uma linguagem simplista ao extremo, considerando-a como ser menor oferecem textos de menor qualidade e que não acrescentam significação ao leitor, subestima, dessa forma, a capacidade intelectual da criança. Ou, em outros casos, não raros, escritores tentam inculcar o tom moralizador para marcar sua obra. Contrária assim, a pretensão de agradar o gosto e satisfazer o apetite intelectual infantil, causando, no entanto, o desprezo da criança pela obra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das pesquisas e leituras realizadas, torna-se evidente a importância da leitura no processo de ensino aprendizagem da leitura e da escrita.

Os estímulos a leitura nas escolas, estão sendo sempre restritos ao uso dos livros didáticos e paradidáticos. Sempre buscando intencionalidades através de textos com propósitos muito restritos.

Nessa didática, as histórias perdem seu real sentido. Não há lugar para as leituras deleite, despreziosas, e que podem ser tão mais válidas para os alunos.

Antes mesmo de haver o ato da escrita, a leitura oral, desperta nos alunos curiosidades e interesses, que serão de extrema importância no processo de alfabetização e letramento. Fazendo com que os alunos adquiram comportamento leitor, antes mesmo deste estar alfabetizado.

Com a exploração dos nossos documentos oficiais, norteadores da educação no país. Como a Ldb e PNE. Nota-se como a questão é de suma importância, e precisa ser debatida e trabalhada.

Nesse contexto, professores e órgãos de educação, necessitam estar alinhados, a fim de promover a inserção dos seus educandos no mundo letrado. De maneira prazerosa, estimulando sempre a criatividade, e extraíndo todo o potencial que há em cada criança.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura Infantil:** gostosuras e bobices. 2 ed. São Paulo: Scipione, 1991.

ALMEIDA, Geraldo Peçanha de, (2008). **Práticas de leituras:** Curitiba: Pró- Infantil.

ARROYO, Leonardo, (1990). **Literatura Infantil Brasileira.** São Paulo: Melhoramentos.

BASTOS, Manoel de Jesus. **Alfabetização e Letramento no Brasil: Aspectos Gerais.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 2, Vol.

14. p. 55-63, janeiro de 2017. Disponível em

<<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/alfabetizacao-e-letramento>> Acesso em: 25/04/2018.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretária da Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a educação infantil/** Secretaria de Educação Fundamental - Brasília: MEC/SEF, 19

BRASIL. Parâmetro Curricular - Alfabetização. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_acao/pcnacao_alf.pdf> Acesso em: 02/05/2018.

Plano de Metas e Compromisso. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm> Acesso em: 02/04/2018.

. Plano Nacional de Educação. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm> Acesso em: 02/04/2018.

. Plano Nacional pela Alfabetização. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12801.htm> Acesso em: 02/04/2018.

. Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em: 14/04/2018.

. Pacto Nacional da Alfabetização. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12801.htm> Acesso em: 04/04/2018.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetizando sem o Ba-Be-Bi-Bo-Bu**. São Paulo: Scipione, 1998.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Algumas questões de Linguística na Alfabetização**.

Disponível

e

m:

<<https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40140/1/01d16t05.pdf>> Acesso em: 25 / 04 /2018.

CAGNETI, Sueli de Souza; ZOTZ, Werner, (1986). **Livro que te quero livre**. Rio de Janeiro: Nórdica.

COELHO, Betty. **Contar histórias: uma arte sem idade**. São Paulo: Ática, 2003.

COSSON, Rildo, (2007). **Letramento literário: teoria e prática**. São Paulo: Contexto.

CUNHA, Maria Antonieta Antunes. **Literatura Infantil: Teoria e prática**. 18 ed. São Paulo: Ática, 1999.

FERREIRO, Emília. **Com todas as letras**. São Paulo: Cortez, 2001. FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2011.

FERREIRO, Emília; TEBEROSK, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FRANTZ, Maria Helena Zancan, (2001). **O ensino da literatura nas séries iniciais**. -3ª Ed. Ijuí - RS, Ed. UNIJUI.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **O jogo e a educação infantil**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

LAHIRE, Bernard, (2004). **Sucesso Escolar nos meios populares - As razões do improvável** – São Paulo: Editora Ática.

LAJOLO, Marisa (2008). **Do mundo da leitura para a leitura do mundo**. 6ª ed. 13ª impressão. São Paulo: Editora Ática.

Linguagens na Educação Infantil III – Literatura Infantil – Cuiabá: Edufmt. MAGNANI, Maria do Rosário Mortatti, (2001).

Leitura, literatura e escola - Sobre a formação do gosto. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes.

MEIRELES, Cecília, (1984). **Problemas da literatura infantil** – 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

OLIVEIRA, Ana Arlinda de.; SPINDOLA, Arilma Maria de Almeida Spindola, (1990). **Linguagens na Educação Infantil III – Literatura Infantil** – Cuiabá: Edufmt.

ROUSSEAU, J. -J, (2004) **Emílio ou Da Educação** . São Paulo: Martins Fontes.

SANDRONI, L.C.;MACHADO,L.R.(orgs.) **A criança e o livro: guia pratico de estímulo à leitura**. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1998.

VIGOTSKI, L. S. **O desenvolvimento Psicológico na Infância**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. - 6ª Ed. - São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ZILBERMAN, Regina. **A literatura infantil na escola**. São Paulo: Global, 2003.

ZILBERMAN, Regina. **Como e por que ler a Literatura Infantil brasileira**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

COACHING PARA A LIDERANÇA: GESTÃO ORGANIZACIONAL EMPRESARIAL.

Fagundes, Cleidiane Ferreira.

RESUMO

Este trabalho tem como tema: **Coaching para a Liderança: Gestão Organizacional Empresarial**. O estudo do coaching para a liderança dentro da gestão organizacional empresarial proporciona um debate crítico e analítico em muitas áreas da sociedade atual, o coaching é um poderoso método de soluções para instituições que buscam atingir seu potencial, a partir do aproveitamento máximo dos talentos do capital humano, voltado para o crescimento macro da organização e não somente para profissionais específicos, conquistando assim, alinhamento de valores entre colaboradores e empresa, e uniformidade de ações pautadas em resultados cada vez melhores. O coaching empresarial se baseia no crescimento sistêmico, envolvendo todas as áreas e níveis hierárquicos como: recrutamento e seleção de talentos, treinamentos e desenvolvimento de equipes, focando no desenvolvimento de novos e futuros líderes, este processo possui características de aperfeiçoamento e competências, voltado para resultado em curto prazo. O objetivo dessa pesquisa é relacionar a origem do termo, embora aplicada à gestão de pessoas, pontuar como o ser humano se desenvolve dentro de um ambiente profissional e ou pessoal. Para isso elaboramos o artigo embasado em renomados teóricos, que defendem o treinamento coaching, dentro da gestão organizacional empresarial, com o intuito de envolver todos os funcionários dentro de uma proposta de valorização e participação nas tomadas de decisões. Como referências teóricas tivemos as contribuições de: CHIAVENATO (2006), SHEN (2015). No conceito de coaching, as empresas interessadas são responsáveis em apresentar métodos flexíveis de conhecimentos, para que os colaboradores possam conhecer verdadeiramente o mundo globalizado, o qual exige que as empresas entrem em disputas mais acirradas tenha um sistema inovador, com a oportunidade de fazer com que os negócios cresçam e tragam o retorno desejado, diferenciando-se no mercado de trabalho e transmitindo conhecimentos em diferentes níveis sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Coaching. Liderança. Gestão. Organização. Treinamento.

➤ INTRODUÇÃO

Este projeto foi elaborado para compreender como funciona o Coaching para a Liderança: Gestão Organizacional Empresarial. Apresentamos um

96

Artigo: Alfabetização e Letramento: As Histórias , como Ações Motivadoras para Uma Dinâmica Sempre Nova no Aprender.

Gonçalves, Bruna Correa. Pgs. 96- 105

breve resumo de como surgiu a nomenclatura COACHING e logo após como é que esse profissional desenvolve seu trabalho dentro da Gestão Empresarial, foi percorrido sobre COMO O MÉTODO INFLUENCIA NA CULTURA ORGANIZACIONAL, CONCEITO DE GESTÃO ORGANIZACIONAL, COMO FUNCIONA A GESTÃO ORGANIZACIONAL? TRABALHO EM EQUIPE COMO LIDERAR? O QUE É TRABALHO EM EQUIPE? QUAL A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO EM EQUIPE NAS EMPRESAS.

O Coaching é um processo de transformação e aperfeiçoamento pessoal que possibilita a um indivíduo, ou a uma equipe, o desenvolvimento das mais variadas capacidades para que este possa alcançar rapidamente seus objetivos, sejam pessoais ou profissionais, em um curto espaço de tempo. Para que o trabalho em equipe possa trazer bons resultados, é preciso ter uma visão ampliada do negócio exercido. Traçar estratégias de maneira efetiva, harmonização do ambiente de trabalho, é o papel do coaching auxiliando no desenvolvimento, habilidade de ouvir e falar, reconhecimento e feedbacks são grandes estratégias para promover maiores resultados, são as principais características de uma liderança que realmente inspira o trabalho em equipe.

O coaching é tão poderoso que pode ser usado em diversos ambientes. Com planos de curto, médio e longo prazo, ele é capaz de transformar vidas e tornar os desafios mais fáceis de serem superados. Para a gestão de uma empresa, por exemplo, o método se torna uma ferramenta de evolução e de desenvolvimento dos liderados. Pois o mesmo proporciona conhecer o perfil dos colaboradores o que é muito vantajoso, pois essa percepção pode contribuir com a construção da cultura organizacional.

Através do treinamento de coaching a gestão organizacional investe nas melhorias, no aprimoramento e na obtenção de recursos que possam maximizar os seus resultados, porque ações sem monitoramento podem afetar negativamente toda a sua estrutura. Toda organização deve delimitar precisamente suas estratégias e o correto entendimento de seus negócios, pois é por meio deles que os resultados são obtidos e ganham êxitos nas ações. O trabalho em equipe é essencial para a obtenção de bons resultados em qualquer organização. Se define Trabalho em equipe como os esforços conjuntos de um grupo ou sociedade visando a solução de um problema, sendo essencial no meio corporativo. Como desenvolver um produto ou oferecer o serviço normalmente envolve um leque enorme de especialidades e setores, é essencial que todos trabalhem em conjunto.

COACHING PARA A LIDERANÇA: GESTÃO ORGANIZACIONAL EMPRESARIAL.

Ter no currículo um treinamento de coaching representa um grande diferencial no mercado de trabalho, por isso vem sendo procurado cada vez com mais frequência. Em geral, o público que procura um dos treinamentos de Coaching é variado e visa aplicar as técnicas e o conhecimento aprendidos em seu campo profissional ou adquirir a mais promissora profissão do mercado atual. Pesquisas realizadas em todo o

mundo comprovam que o coaching é uma profissão em ascensão, principalmente por estar em total sintonia com as necessidades da vida moderna. Hoje em dia o coaching é capaz de maximizar suas chances de atingir objetivos, como: Encontrar o equilíbrio entre vida pessoal e familiar; adquirir as habilidades necessárias para destacar-se num mercado cada vez mais competitivo; ter mais dinheiro, felicidade e qualidade de vida. Seja qual for a necessidade do ser humano contemporâneo, o treinamento o ajudará a chegar lá, mesmo em tempos de crise. O mesmo é válido para as empresas que buscam mais resultados no turbulento e desafiador mundo dos negócios do século XXI.

Há um número cada vez maior de pessoas que desejam aproveitar o treinamento de coaching para utilizar os conhecimentos adquiridos no cotidiano. Isso porque o treinamento inicial, proporciona ao aluno a oportunidade de passar por um processo de aprendizagem e autoconhecimento, que significará uma mudança na maneira como passará a enxergar a própria vida e a vida das pessoas à sua volta. Outro fator que justifica o aumento da procura pelo treinamento é o de que o único pré-requisito para a inscrição é uma simples análise curricular, não sendo necessária experiência anterior.

Embora existam áreas da vida que precisam de mudanças, é comum que as pessoas tenham dificuldade para identificá-las apenas com uma avaliação autor reflexiva. Isso porque geralmente estamos imersos em nossa própria subjetividade que criamos hábitos e comportamentos que se tornam cômodos com o passar do tempo. Ou seja: entramos em uma zona de conforto. O coaching é para as pessoas que buscam pelo método e estão à procura de mudanças e melhorias para sua vida pessoal e profissional. Por meio da metodologia, é possível identificar quais características estão satisfatórias, quais podem ficar ainda melhores e quais precisam de mudanças drásticas na vida de um indivíduo.

O QUE É O COACHING?

O coaching é uma forma de transformar a vida de uma pessoa de forma positiva. A partir das sessões, é possível adquirir conhecimento o suficiente para ser ainda mais empoderado. Cada processo é conduzido de forma diferente, pois este deve se adequar a necessidade profissional e pessoal de quem está buscando pelas mudanças profundas. As correntes do método são baseadas em diversas áreas científicas, tais como a psicologia, neurociência, administração, programação neurolinguística e muitas outras.

Durante o coaching acontece um processo de identificação das potencialidades de um indivíduo, a avaliação do que deve ser feito para corrigir erros e acelerar o processo de desenvolvimento do coachee (aprendiz ou cliente). O coach (orientador) deve fazer uma boa leitura sobre os comportamentos e as relações do seu coachee e, assim, guiá-lo até a superação de problemas e a percepção de qualidades.

A palavra "Coach" é inglesa e significa originariamente carruagem. Conta-se que sua origem se deu no século XV, na cidade de Kocs na Hungria, cidade que era rota de viajantes da Europa e onde foi produzida as primeiras carruagens com suspensão feitas de molas, também chamadas de coaches. Em Kocs eram produzidas as melhores carruagens, conhecidas e cobçadas pelo seu conforto ao transportar seus viajantes do local de partida ao seu destino.

Esta é uma analogia perfeita para descrever o processo de Coaching, que tem como principal função levar alguém de um lugar onde ele está até onde ele quer chegar.

Mais tarde, o termo Coach foi utilizado nas universidades inglesas atribuídos a professores, mestres ou tutores que tinham o papel de ajudar os alunos a se preparar para os exames. Nas primeiras décadas do século XX as universidades americanas começaram a chamar de coach (treinador) os instrutores de seus atletas, especialmente os dos esportes coletivos. Por isso a palavra também tem relação com o termo "técnico esportivo" em inglês, no mesmo sentido quando nos referimos aos técnicos de times de futebol ou de uma equipe de vôlei ou basquete, ou seja, o "Coach" é o profissional que vai dar suporte para que o indivíduo desenvolva todo seu potencial e atinja seus objetivos em qualquer área da vida, sempre levando em consideração que o objetivo do Coaching é fazer isto de maneira consistente e no mais curto período de tempo possível. A origem do Coaching, nos moldes como trabalhos hoje, se deu no meio esportivo com Timothy Gallwey da Universidade de Harvard (EUA) em seu livro "The inner game of tennis"

COMO O MÉTODO INFLUENCIA NA CULTURA ORGANIZACIONAL.

O coaching é tão poderoso que pode ser usado em diversos ambientes. Com planos de curto, médio e longo prazo, ele é capaz de transformar vidas e tornar os desafios mais fáceis de serem superados. Para a gestão de uma empresa, por exemplo, o método se torna uma ferramenta de evolução e de desenvolvimento dos liderados. Conhecer o perfil dos colaboradores é muito vantajoso, pois essa percepção pode contribuir com a construção da cultura organizacional.

As áreas de recursos humanos e departamento pessoal podem basear o desenvolvimento de regras e condutas a partir de como o quadro de funcionários pensa e se comporta. Além disso, uma vez que cada um possui capacidades e talentos diferenciados, as áreas responsáveis conseguem entender e utilizá-los da melhor maneira possível. Dessa forma, cria-se um ambiente altamente produtivo e satisfatório para a maioria. Por exemplo, imagine que o coach identifique um colaborador que é muito tímido, mas com alta capacidade de concentração em suas atividades, e outro que é mais comunicativo e expansivo, mas com dificuldades de concentração. Então, ele será capaz de trabalhar as dificuldades de cada um, respeitando e priorizando suas particularidades.

Para ser um administrador resiliente, é preciso ter: autoconfiança, capacidade de resolver problemas práticos, dinamismo, espírito empreendedor, habilidade para resolver conflitos, capacidade para trabalhar em equipe, iniciativa, noção de prioridades, objetividade, entre outras competências.

Os administradores são profissionais que precisam organizar e criar métodos assertivos para o bom funcionamento da empresa como um todo. Para isso, necessitam da expertise de uma comunicação eficaz, podendo optar por várias áreas de trabalho como profissional (Finanças, Marketing, Tecnologia e Informação, Recursos Humanos e etc.) entender melhor o comportamento humano; motivar seus colaboradores e equipes a melhorar sua performance; planejar objetivos e metas; Dar feedbacks que promovam resultados; atuar em uma nova e promissora carreira; desenvolver e aprimorar sua liderança. O coaching voltado especificamente para a área de administração, tem a oportunidade de se tornar um profissional que desenvolve equipe e promove resultados surpreendentes dentro e fora do ambiente organizacional.

CONCEITO DE GESTÃO ORGANIZACIONAL.

Um bom gestor é o precursor de resultados eficientes dentro de uma organização. A gestão visa programar melhorias, implementar ações de objetividade, avaliar e controlar a performance e criar um ambiente motivado e rentável para a empresa.

A gestão organizacional investe nas melhorias, no aprimoramento e na obtenção de recursos que possam maximizar os seus resultados, porque ações sem monitoramento podem afetar negativamente toda a sua estrutura. Conduzir a organização em um ambiente dinâmico e próspero é um desafio que requer um olhar minucioso sobre o futuro da empresa. Estas melhorias se concretizam por meio do que chamamos de "o tripé da gestão organizacional".

COMO FUNCIONA A GESTÃO ORGANIZACIONAL.

Toda organização deve delimitar precisamente suas estratégias e o correto entendimento de seus negócios, pois é por meio deles que os resultados são obtidos e ganham êxitos nas ações. A aplicação de conceitos e metodologias para os líderes e gestores ajudam diretamente na obtenção dos objetivos definidos nas decisões estratégicas.

A falta desta correlação é um dos principais fatores que levam as empresas a cometerem erros, pois sem considerar estes procedimentos não há como obter o resultado esperado, além de aumentar o esforço econômico para reestruturar a empresa.

TRABALHO EM EQUIPE COMO LIDERAR?

O trabalho em equipe é essencial para a obtenção de bons resultados em qualquer organização. Estimular a comunicação e o bom relacionamento entre os colaboradores pode fazer toda a diferença em uma empresa.

Obtenção de resultados, realização de objetivos, relação interpessoal construtiva e sucesso são algumas das vantagens em trabalhar em

equipe. As empresas no mercado atual buscam, cada vez mais, um perfil profissional que saiba gerenciar essa habilidade.

Pessoas que conseguem manejar o trabalho em equipe apresentam um alto nível de satisfação e ajudam na obtenção de resultados. O trabalho em equipe harmonioso resulta em maior rapidez e eficiência no ambiente corporativo.

O QUE É TRABALHO EM EQUIPE?

Trabalho em equipe pode ser definido como os esforços conjuntos de um grupo ou sociedade visando a solução de um problema. Ou seja, um grupo ou conjunto de pessoas que se dedicam a realizar determinada tarefa estão trabalhando em equipe.

Essa denominação se origina da época logo após a Primeira Guerra Mundial. O trabalho em equipe, através da ação conjunta, possibilita a troca de conhecimentos entre especialistas de diversas áreas. Como cada pessoa é responsável por uma parte da tarefa, o trabalho em equipe oferece também maior agilidade e dinamismo.

Para que o trabalho em equipe funcione bem, é essencial que o grupo possua metas ou objetivos compartilhados. Também é necessário que haja comunicação eficiente e clareza na delegação de cada tarefa. Um bom exemplo de trabalho em equipe é a forma que times esportivos são divididos. Cada jogador possui uma função específica, devendo desempenhá-la bem sem invadir o espaço e função dos seus companheiros de time.

QUAL A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO EM EQUIPE NAS EMPRESAS.

O trabalho em equipe é essencial no meio corporativo. Como desenvolver um produto ou oferecer o serviço normalmente envolve um leque enorme de especialidades e setores, é essencial que todos trabalhem em conjunto. Funciona da mesma maneira que o time esportivo: cada um se especializou em uma função. Para que a equipe funcione bem, é preciso que todos se dediquem à sua especialidade, colaborando sem atropelar o trabalho dos seus companheiros. A diferença de pensamento e visão entre pessoas distintas é fundamental para uma resolução de problemas eficiente. Quanto mais perspectivas uma equipe tiver sobre um único problema, mais fácil é encontrar a melhor solução possível.

IMPORTÂNCIA DO TRABALHO EM EQUIPE PARA SUA CARREIRA.

Cada vez mais as organizações valorizam colaboradores que apresentam facilidade com trabalho em equipe. Como a grande maioria das tarefas e serviços requerem a atuação de diferentes setores profissionais, colaborar e se comunicar bem é mais do que essencial.

A capacidade para trabalho em equipe possibilita que se apresente melhores resultados e mais eficiência. Além disso, um ambiente corporativo composto por pessoas que se comunicam bem e colaboram sem problemas é mais harmonioso, melhorando muito a qualidade de vida de todos os envolvidos. O trabalho em equipe é uma habilidade fundamental para bons líderes. De uma forma geral, pessoas que

possuem facilidade com trabalho em equipe são mais contratáveis, trabalham melhor, têm mais qualidade de vida no trabalho e mais possibilidades de receber uma promoção.

QUAIS PRINCIPAIS HABILIDADES PARA TRABALHAR BEM EM EQUIPE.

O trabalho em equipe é uma competência composta de diferentes habilidades. São capacidades que podem ser aprendidas e desenvolvidas, e que devem ser trabalhadas por todos os profissionais. Independente da sua área, o autoconhecimento visando a melhora nunca deve cessar.

GERENCIAR CONFLITOS.

Grande parte dos profissionais procura evitar os conflitos a todo custo. No entanto, muitas vezes eles aparecem, e ignorá-los não é uma maneira saudável ou eficiente de proceder. Para trabalhar em equipe efetivamente, é preciso identificar, gerenciar e resolver conflitos. Para isso, é necessário desenvolver um conjunto de habilidades sociais. Destacam-se a empatia e a assertividade. A empatia é fundamental para que você consiga acessar o ponto de vista das outras pessoas, compreendendo a situação por diferentes perspectivas. Já a assertividade ajudará a não fugir das situações socialmente desconfortáveis e estabelecer os seus limites sem agressividade.

Falando na agressividade, a inteligência emocional é outra habilidade importantíssima tanto para a gestão de conflitos quanto para o ambiente profissional como um todo.

COMUNICAÇÃO EFICIENTE.

Se comunicar de forma clara e eficiente é essencial para um bom trabalho em equipe. Alinhar as metas e objetivos é o primeiro passo para que tudo funcione sem problemas. Quando todos os colaboradores entendem qual a direção que devem seguir com o trabalho, é mais fácil orquestrar a execução. A comunicação também é importante para que todas as partes saibam o que é esperado delas. A delegação de tarefas deve ser clara, e ser respeitada. Novamente, a assertividade será uma habilidade essencial para a boa comunicação. Quando um colaborador não sabe expressar seus limites, pode acabar pressionado a aceitar prazos que não pode cumprir ou tarefas que não sabe realizar. Isso prejudicará tanto o desempenho da equipe, quanto a confiança dos colaboradores. E claro, o produto final também será amplamente afetado.

Por isso a comunicação pode ser vista como um dos principais pilares do bom trabalho em equipe.

PROATIVIDADE.

A proatividade é antecipar necessidades e, de forma autônoma, todas as atitudes para atendê-las. Para o bom trabalho em equipe, é preciso que todos os colaboradores tenham a habilidade de identificar situações-problema antes que elas aconteçam. O mais importante, no entanto, é tomar uma atitude e oferecer soluções. Uma equipe formada por colaboradores proativos tem um funcionamento mais eficiente. Os

resultados são melhores e obtidos de forma mais rápida. Essa característica também possibilita que os processos sejam otimizados, elevando a qualidade do trabalho como um todo.

Para que funcionários sejam proativos, no entanto, é necessário que o estilo de liderança da organização seja flexível. A abertura a feedbacks, sugestões e opiniões entre os gestores é essencial para estimular a proatividade.

COMO ESTIMULAR O TRABALHO EM EQUIPE NA EMPRESA.

A estimulação do trabalho em equipe começa com a contratação correta. Identificar no processo seletivo o perfil de funcionário ideal para a empresa é fundamental. Além disso, é possível incentivar o trabalho em equipe usando algumas técnicas simples de motivação e encorajamento de convivência. Comemorar as vitórias e metas alcançadas ressaltando o papel do trabalho em equipe no sucesso é uma ótima forma de incentivar esse comportamento. Além disso, as dinâmicas e outros exercícios que possibilitam que os funcionários se conheçam melhor podem auxiliar no processo.

A forma mais fácil de estimular o trabalho em equipe na sua empresa, no entanto, é através de treinamentos e coaching. O processo de coaching é capaz de ajudar os colaboradores a desenvolver as habilidades necessárias para funcionar bem como um grupo.

Além disso, o coaching para liderança pode fazer uma enorme diferença para o trabalho em equipe na sua organização. O estilo de trabalho dos líderes, afinal, é um dos pontos mais importantes para incentivar e motivar sua equipe. Sem uma liderança adequada, a comunicação, respeito, confiança, delegação e proatividade sofrem muito. Por isso, contrate líderes certos e ofereça o coaching de liderança para garantir o bom trabalho em equipe na empresa.

LIDERANÇA E MOTIVAÇÃO EMPRESARIAL.

A motivação está ligada diretamente ao comportamento humano e é desencadeada por meio de estímulos que nos levam a alcançar os nossos objetivos. No entanto, a motivação é pessoal, mas pode ser feita por meio de ações coletivas que despertam pessoas capazes de satisfazer suas necessidades para obtenção de objetivos e resultados.

O ser motivado é capaz de ultrapassar e superar os seus limites. No ambiente corporativo, as pessoas devem ter motivos para colocarem à mostra todas as suas potencialidades. E quanto maior o motivo, maior serão as realizações, por isso uma organização que necessite de retorno positivo e lucro deve investir na propagação da motivação em seu ambiente. Os líderes no mercado contemporâneo ganham o espaço que antes eram dos intitulados "chefes", capazes somente de ordenar e não coordenar seus colaboradores. O forte envolvimento entre líderes e colaboradores por meio de motivação e empenho culmina na obtenção de objetivos. Segundo Idalberto Chiavenato (autor brasileiro e respeitado na área de Administração e RH), "a liderança é necessária em todos os tipos

de organização humana, principalmente nas empresas e em cada um de seus departamentos”.

OS PRINCIPAIS PASSOS PARA OBTER MOTIVAÇÃO EMPRESARIAL.

O ambiente ou o clima interno de uma empresa está ligado, diretamente, aos fatores que motivam seus colaboradores. Alguns dos principais passos para se obter e desencadear está motivação ajudam diretamente a desenvolver e reconstruir o seu ambiente. Motivações como trabalho desafiante, reconhecimento por bom desempenho, crescimento interno, perspectivas para progressos futuros, realizações e ótimas relações interpessoais afetam significativamente as organizações.

O coaching ajuda a formar líderes capazes de propagar com maestria todas as motivações necessárias, para que as organizações alcancem os seus objetivos financeiros, ajudando na formação de colaboradores por meio de superações e alcance de seus objetivos.

O Coaching é um processo de transformação e aperfeiçoamento pessoal que possibilita a um indivíduo, ou a uma equipe, o desenvolvimento das mais variadas capacidades para que este possa alcançar rapidamente seus objetivos, sejam pessoais ou profissionais, em um curto espaço de tempo.

➤ CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Embora o coaching utilize algumas técnicas, ferramentas ou teorias da psicologia, seu processo diferencia-se fundamentalmente da terapia.

Uma das mais importantes diferenças está no fato de que a terapia tem como objetivo melhorar disfunções avaliando questões do passado, enquanto o coaching tem como foco o alcance de objetivos futuros.

O coaching, no entanto, não é consultoria. Enquanto grande parte dos consultores é especializada em áreas específicas e recomendam ações específicas ao cliente, o coach extrai do cliente as soluções e estratégias para alcançar o que ele deseja, atua de forma a levar o cliente a refletir, agir e se motivar continuamente por si próprio. Permitindo que o cliente adquira a independência do seu processo de autodesenvolvimento e passe a ser dono de suas escolhas. Além disso, o coaching para liderança pode fazer uma enorme diferença para o trabalho em equipe na sua organização. O estilo de trabalho dos líderes, afinal, é um dos pontos mais importantes para incentivar e motivar sua equipe

O trabalho em equipe sempre gera mais resultados que qualquer atividade executada individualmente. Quando um profissional se entrega a esse conceito, pode não somente contribuir para a obtenção de resultados como agregar valores profissionais a si mesmo.

O trabalho em equipe pode ser uma exigência atual do mercado. No entanto, aprender a lidar com relações interpessoais, aceitar opiniões, saber ouvir e expor suas opiniões de forma inteligente acabam sendo benéficos também para o desenvolvimento pessoal.

As habilidades desenvolvidas a fim de trabalhar melhor em equipe são competências que melhoram muitos outros setores da vida. Além do profissional, quem investe nesse desenvolvimento notará melhoras nos

relacionamentos pessoais e na capacidade de expressão. Além disso, essas competências são capazes de aumentar a autoestima e autoconfiança, melhorando a qualidade de vida de forma geral.

O coaching ajuda a formar líderes capazes de propagar com maestria todas as motivações necessárias, para que as organizações alcancem os seus objetivos financeiros, ajudando na formação de colaboradores por meio de superações e alcance de seus objetivos.

➤ REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, Idalberto. (2006). **Princípios da administração: o essencial em teoria geral da administração**. Rio de Janeiro: Editora Elsevier.

CHIAVENATO, Idalberto. (1999). **Gestão de pessoal: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 13ª Ed. Rio de Janeiro: Campus.

LENZI, F. C. **Os empreendedores corporativos nas empresas de grande porte: um estudo da associação entre tipos psicológicos e competências empreendedoras**. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://teses.usp.br/teses/disponiveis/121139/tde-15012009-105920/pt-br.php>> Acesso em: fevereiro de 2019.

SHEN, Claudio. O que fazer quando o Processo de Coaching não está funcionando? In: ROMA, Andréia (Coord.). **Bíblia do Coaching: profissionais da área do coaching apontam caminhos e estratégias sobre o poder desta ferramenta para alcançar o sucesso na vida pessoal e profissional**. São Paulo: Leader, 2015.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE COACHING. Disponível em: <<https://www.sbCoaching.com.br>>. Acesso em 18 de fevereiro. 2019.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE COACHING. **Saiba qual é o cenário atual do mercado de Coaching no Brasil e no Mundo**. 2013. Disponível em: <<http://www.sbCoaching.com.br/blog/tudo-sobre-Coaching/como-anda-o-mercado-de-Coaching/>>. Acesso em: 28 de fevereiro. 2019.

TIDD, Joe; BESSANT, John. **Gestão da inovação: integrando tecnologia, mercado e mudança organizacional**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

SUSTENTABILIDADE PASSA PELO PROTEÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS DO PLANETA

Mattos, David Vellasco de

RESUMO

O presente artigo discutiu a questão de sustentabilidade dos recursos hídricos baseando-se na seguinte problemática: A preservação e conservação dos recursos de água dependem diretamente de fatores humanos ou ambientais, homem e natureza podem levar ao caos os recursos de água do planeta? O objetivo principal do estudo era averiguar como o ser humano causa danos ao meio ambiente hídrico do planeta. A justificativa para produção do artigo era a enorme demanda de consumo de água esperada para os próximos anos no planeta e a falta de mecanismo realmente empreendedores que conservem os meios hídricos de todo mundo, a não consciência de conservação, o uso desordenado nas grandes cidades, industrial e meio rural que somente contribuem para a aceleração da degradação ambiental e consecutivamente da água. Adotou-se metodologia de estudo envolvendo a Pesquisa Bibliográfica em revista, jornais, periódicos, internet e todo material, que tinha como base o tema estudado. Como consequência do estudo, ficou evidente que o principal fator de degradação do sistema hídrico do planeta e o ser humano com seus atos de poluição, gastos excessivos no consumo desordenado de água, a natureza também contribui para a degradação dos recursos hídricos do planeta, mais em uma escala bem menor que a humana.

PALAVRA-CHAVE: Água. Degradação. Sustentabilidade. Preservação. Consciência.

INTRODUÇÃO

Os problemas com o Meio Ambiente tem sido um tema bastante debatido nos últimos tempos, pelos meios de comunicação, entidades governamentais, não-governamentais, religiosas e pela sociedade civil.

A temática que será desenvolvida neste trabalho tem relação direta com o meio ambiente e sustentabilidade, mais especificamente com uma das áreas com maiores dificuldades para conservação mundial na atualidade, o consumo e preservação dos recursos hídricos, ou seja, a água do planeta.

A qual representa insumo fundamental à vida, configurando elemento insubstituível em diversas atividades humanas, além de manter o equilíbrio do meio ambiente.

Entretanto, está havendo um aumento da demanda de consumo de água no mundo, e isto, está provocando o desequilíbrio hídrico e levando a sociedade de diversos países ao limiar de conflitos pelo uso desse recurso. Assim, o presente artigo discutirá a seguinte problemática: A preservação e conservação dos recursos de água dependem diretamente de fatores humanos ou ambientais, homem e natureza podem levar ao caos os recursos de água do planeta?

Como objetivo principal do estudo discutiu-se a consciência ambiental e sustentabilidade da água. Os objetivos secundários: Historicou a gestão ambiental; Aspectos de preservação da gestão ambiental; Problemas de degradação do sistema hídrico e seus responsáveis.

Uma hipótese para a limitação do estoque mundial de água pressupõe-se que a escassez seja decorrente do acelerado crescimento populacional que vem ocorrendo e, principalmente, do uso indevido, ou seja, o desperdício abundante e a poluição descontrolada da água.

O estudo teve a utilização da metodologia de Revisão Bibliográfica, qualitativa, onde livros, revista, periódicos, jornais dentre outros matérias pertinentes ao assunto foram estudados.

O procedimento de coleta de dados foi realização com a separação de todos os arquivos determinados importante, os quais, foram analisados, separados e posteriormente serviram de base para esse artigo.

A exigência do pagamento é necessária e importante para que haja na população uma conscientização de retorno à sociedade; não no sentido de que se a água é paga, então se pode poluí-la, mas sim o contrário, pague-se para preservar e garantir o direito de quem usa a um futuro limpo e sadio para nosso sistema hídrico.

O artigo se justifica pela da importância desses aspectos acima expostos, entende-se que o homem não pode atacar a natureza, derrubando árvores indiscriminadamente e sem nenhum critério de repressão. Cada árvore que é retirada do chão é menos um manancial de água potável que se esvai, ensejando, com o passar dos anos, a escassez dos recursos hídricos.

Embora um dia isso parecesse imaginação, distante de qualquer consideração, hoje está mais do que evidente e real a urgência de encarar a água como um bem finito, vital e necessitando de muito cuidado, estudo e preservação.

Entende-se, portanto, que estando todos esses fatores agregados, logicamente que o resultado seria a implantação de um rigoroso processo de conscientização e sustentabilidade sobre as questões que envolvem água, para que se consiga obter a regularização desta situação, até então esquecida e ignorada.

Assim, inicialmente, a análise dos diversos conceitos e estudos já existentes sobre as águas no Brasil e em outros países, demonstrou os

problemas que estão sendo enfrentados diante da escassez de água e discutiu a influência da água no meio ambiente, na sociedade e nos trabalhos de sustentabilidade.

DESENVOLVIMENTO

A história do homem sempre esteve ligada à sua intervenção no meio ambiente. Contudo, quanto mais este evoluiu intensificou-se também as transformações no meio que o cerca, nesse sentido, alguns momentos dessa evolução merecem nossa atenção. O primeiro, sem dúvida, foi quando o homem domesticou a natureza e a sua própria condição de ser nômade, isto é, o desenvolvimento da agricultura e da criação de animais, os quais lhe garantiriam melhores condições de vida e um maior tempo para o desenvolvimento de novas técnicas, desse momento em diante as interferências só se ampliaram.

O nesse segundo momento se dá, depois de um longo período histórico, com o advento das cidades e das indústrias. Está última, desencadeia e acelera o processo de transformações não só do espaço, mas também das relações entre os homens e o espaço. O domínio do espaço agora representava muito mais que garantir a sobrevivência, mas também da produção de bens emergente naquele momento.

Nesse contexto, os recursos naturais e o meio ambiente transformam-se em fonte de recursos para o desenvolvimento do homem e do sistema que se tornaria um dos maiores, se não o maior responsável pela destruição desse meio, o sistema capitalista.

Desse momento em diante as interferências e degradação do meio se tornaram questões de ordem no sentido de expandir os progressos do homem, os quais visavam garantir melhores condições de vida, embora desde o início ocorresse de forma seletiva e excludente e neste contexto está a sustentabilidade hídrica.

Nesse ínterim, surgiram algumas iniciativas na Europa e nos Estados Unidos da América com o intuito de preservação do meio ambiente ecológico e sustentável como forma de garantir a paz, a sobrevivência da humanidade e mesmo a manutenção do sistema capitalista.

Estava então criada a base para o surgimento dos movimentos ecológicos os quais terão o auge nas décadas de 1960 e 1970. Observa-se então as primeiras manifestações em relação à preocupação com o meio ambiente, e surgiam os alertas sobre o uso indiscriminado de água, e uma possível degradação hídrica que abalaria a humanidade.

A mídia através dos meios de comunicação em massa está tentando nos mostrar de maneira alarmista os problemas ambientais do mundo, onde as fontes de água têm sido negligenciadas, e através de relatos de acidentes ocorridos frequentemente nos mares e oceanos do mundo como a poluição com plástico e petróleo tentam alertar a população em geral.

A divulgação desses problemas pela mídia, tem contribuído para a chegada das notícias até o cidadão comum que se encontra em lugares muito distantes e isolados, levando o mesmo a se inteirar do que acontece.

Segundo Nogueira (1999, p.154) na declaração sobre o meio ambiente alerta para a necessidade de se pensar nas ações antrópica sobre o meio ambiente que o cerca, segundo o autor:

Homem é o causador e o sofredor das diferenças que acontecem no meio que o cerca. Ele transforma o mundo que o rodeia, criando etapas essenciais para o seu bem-estar e para o direito à vida. A interferência e a aprimoração do meio ambiente, é uma questão que afeta o bem-estar do ser humano e o desenvolvimento sócio-econômico do mundo inteiro.

Por isso deve-se pensar sobre a sua vontade constante de inventar, descobrir, modificar, progredir, pois com esse descontrole o que for aplicado de forma errada, poderá se voltar contra o usuário e causar danos incalculáveis ao seu meio sustentável.

De acordo com Antunes (1996, p. 154) afirma que:

(...) a maioria de nossos problemas ambientais mais elementares ainda persiste, uma vez que seu tratamento requer uma transformação nos meios de produção e de consumo, bem como de nossa organização social e de nossas vidas pessoais.

Em meio a tudo isto, deve-se salientar o papel das ONGs (Organizações Não- Governamentais) no mundo contemporâneo. O termo vem dos países do Norte (NGOs – Non-Governmental Organizations), fazendo referência a entidades de cooperação financeira a projetos desenvolvimentistas ou que dão assistência em favor dos menos favorecidos do Primeiro e Terceiro Mundo. Desta forma as mesmas têm se preocupado politicamente e com prioridade com as questões de cidadania, e recentemente com o problema ambiental com a falta de água em diversos países e em alguns Estados Brasileiros.

Para Viola (1987, p.96), nos mostra que o Brasil passou por um processo acelerado de desenvolvimento e crescimento econômico nas últimas décadas e com isso não é um sofredor só da crise ecológica, e isto contribuiu para o surgimento dos movimentos ecológicos no país. Este autor nos chama a atenção para o seguinte fato:

(...) a burguesia brasileira, em geral, tem rejeitado o discurso ecológico, uma vez que seu padrão de acumulação e comportamento tem sido selvagem em relação ao meio ambiente e a própria população trabalhadora (...) VIOLA (1987, p.37)

Segundo o entendimento do autor, o que falta para o Brasil, além de maior conscientização por parte das elites e do poder público, é uma penetração mais ampla da preocupação ecológica nas classes mais

populares, que nem sempre se engajam na luta pelos recursos escassos como a água.

A ciência e a razão em seus conceitos não são absolutas e para se atingir o equilíbrio ecológico deve-se usar fatores como a intuição e a consciência individual. Com este pensamento cabe a cada indivíduo mudar de atitudes, valores e estilos de vida, aplicando técnicas de sustentabilidade ecologia e evitando a degradação dos meios hídricos do planeta.

Os desafios do desenvolvimento sustentável implicam na necessidade de se ter capacidades para orientar um desenvolvimento que tenha como base a diversidade cultural e a participação de todos os interessados.

As reivindicações desses desenvolvimentos são a educação, a capacitação e a formação ambiental como o embasamento da sustentabilidade, podendo assim cada homem em cada tipo de sociedade produzir, e se integrar de saberes, técnicas e conhecimentos para participar na transformação de seus processos, podendo assim adquirir condições de existência e definir sua qualidade de vida.

Segundo Braga (2002, p. 126), nos alerta para uma solução a se discutir e se pensar:

As estratégias para o desenvolvimento sustentável devem, a longo prazo, concentrar-se na reorganização da maneira como os recursos são utilizados e de como os benefícios são compartilhados.

O desenvolvimento sustentável é visto por ele, como um meio para não se admitir limites, pois o que serve para colaborar com a melhoria desta situação deverá sempre se expandir, crescer sem limites. Mas como todos sabem limites existe quanto ao que é utilizado ou modificado de maneira incorreta e que traz prejuízos a população.

É preciso transformar serviços ambientais em desenvolvimento sustentável. Uma necessidade óbvia é determinar os custos básicos. Isto é especialmente verdadeiro no que concerne a se evitar o desmatamento, a poluição do ar, dos recursos hídricos, enfim o esgotamento do meio.

De acordo com Rattner (1999, p.102), no que diz respeito à devastação do planeta:

[...] os indicadores sobre a deterioração dos ecossistemas em todo o mundo são alarmantes, à medida em que a capacidade de suporte máximo do planeta Terra está sendo reduzida pelo desmatamento, expansão da erosão das terras cultiváveis, poluição de rios e mares e exaustão de fontes de energia não renováveis, enquanto, ao mesmo tempo, a população aumenta, sobretudo nos países pobres.

Deve haver um caminho para se evitar a destruição do meio ambiente como um todo, pois só assim a sustentabilidade deixa de ser utópica, para se tornar uma possibilidade, ainda que distante.

Embora se saiba que estes problemas estão fortemente influenciados por decisões políticas que tem pouca conexão com as consequências, mas bastante com os custos financeiros.

Por exemplo, políticas tributárias que permitem que a especulação da terra continue a ser uma atividade altamente rentável, e as políticas que até hoje permitem que o desmatamento justifique a titulação de terra como uma benfeitoria poderia ser modificada sem nenhum custo financeiro, embora houvesse claramente custos políticos para fazer tal mudança.

O conceito de meio ambiente segundo Silva (1997, p.82), é de muita importância para a compreensão de como este vem sendo tratado pelas populações de vários países conforme seus estágios de desenvolvimento sócio-econômico-político.

O mesmo aponta principalmente para o fato de que no Brasil, por exemplo, falar de meio ambiente significa, antes de tudo, lutar para o equacionamento de graves problemas sociais que tão marcadamente caracterizam o espaço geográfico nacional. Esses problemas se tornam ameaçadores à paz social quando se observa a estatística e intensidade da criminalidade, violência, delinquência, corrupção, mortalidade infantil, escola, alimentação e outros.

A questão ambiental é de dimensão global dentro da qual se condicionam e relacionam os processos sociais e econômicos. Para Silva (1997, p.83):

(...) o meio ambiente constitui uma unidade que abrange bens naturais e culturais e que compreende a interação do conjunto de elementos naturais, artificiais e culturais que propiciam o desenvolvimento equilibrado da vida humana.

Por meio das influências dos movimentos ecológicos, esta expressão "desenvolvimento sustentável", ganhou ainda mais ênfase nos discursos políticos do mundo atual e várias interpretações.

Para Gockel (2007, p.1) é de que preciso conscientização de todos sobre a questão da escassez de água, indica:

Para que existam políticas públicas efetivamente sustentáveis, precisamos ampliar e radicalizar a conquista do controle social sobre elas. Para isso precisamos ampliar o nível de informação e consciência das pessoas, afinal só se preserva o que se ama e só se ama o que se conhece.

Mesmo tendo visões diferentes de outros autores, Santos nos mostra uma posição otimista sobre o futuro da relação entre ciência, tecnologia e natureza, beneficiando uma relação mais certa em meio à sociedade

Agora que estamos descobrindo o sentido de nossa presença no planeta, pode-se dizer que uma história universal verdadeiramente humana está, finalmente, começando. A mesma materialidade, atualmente utilizada para construir um mundo confuso e perverso,

pode vir a ser uma condição da construção de um mundo mais humano. Basta que se completem as duas grandes mutações ora em gestação: a mutação tecnológica e a mutação filosófica da espécie humana (SANTOS, 1996, P.34)

Se todo ser humano tivesse este pensamento, procurando deixar de ser ameaça para o esgotamento dos recursos naturais do planeta, diminuir o crescimento da população e do consumo, se usasse corretamente todos os bens naturais, com certeza traria logo para a população a grande emancipação humana.

A escassez de água no planeta já é uma realidade de diversas regiões do mundo, sua esgotabilidade é visível, mesmo sendo um recurso natural de auto renovação através do ciclo hidrológico, mesmo assim, esse ciclo tem seu limite de tolerância e uma vez ultrapassado e inevitável a degradação do mesmo.

A vida como é conhecida não se desenvolve sem a água, e realmente fundamental sua utilização no cotidiano humano, e sua escassez e falta traz consequências diversas ao meio ambiente e a sustentabilidade de um ecossistema.

Um bom exemplo é o Brasil um país imenso, cheio de reservas de água potável e de grande extensão territorial, contento a Amazônia e o Pantanal e um dos maiores Rios do Mundo, o São Francisco, assim, com tanta abundancia de recursos hídricos, e fácil, acha que a água aqui é eterna e que a escassez é um fantasma distante.

Essa grande oferta em demasiado de recursos hídricos traz uma falsa sensação que a natureza facilmente pode suprir as necessidades do Povo Brasileiro, sendo assim, a proteção dos mananciais e reservas de água como os lenções freáticos são cotidianamente negligenciados, promovendo facilmente o desperdício e o desequilíbrio ecológico e ambiental.

Diversas são as situações rotinas que contribuem para o desperdício de água e a aceleração da degradação hídrica tais como escovar os dentes com a permanência da torneira aberta; lavagem de ruas e calçadas com jatos d'água ("vassoura hidráulica"), lavagem de veículos com água tratada, o uso de válvulas sob pressão nas descargas dos vasos sanitários; o despejo das águas servidas de banho e lavagens em geral, sem a preocupação com a racionalização de consumo e/ou reuso.

Existem também o lado empresarial através de industrial que constantemente estão poluindo os rios e mares do mundo, no qual se inclui o Brasil, a indústria do couro, de tina, a fabricas de rejeitos com siderúrgica e mineradora lançam milhares de toneladas de resíduos no sistema hídrico do Brasil e do Mundo todos os dias.

Toda evolução dos seres vivos está associada e depende do precioso recurso água. Durante muito tempo, a água foi considerada um bem

inesgotável, apenas recentemente percebeu-se a nova realidade, a possibilidade de sua escassez.

A participação da sociedade deve ser constante no processo de gerenciamento e preservação dos recursos hídricos, agindo como co-responsável na busca de soluções para os problemas relacionados à questão água. Uma vez que esta participação será assegurada pela participação dos municípios, estados e sociedade civil no Conselho Estadual de Recursos Hídricos e nos Comitês de Bacias Hidrográficas que deliberam às ações nas respectivas bacias hidrográficas inclusive a distribuição dos recursos financeiros. A participação da sociedade civil nas discussões relativas aos recursos hídricos de sua própria bacia hidrográfica assegura não somente a transparência das ações, mas também servem como agente divulgador da situação dos recursos hídricos na bacia hidrográfica local.

Com a finalidade de evitar a degradação hídrica mundial, especialmente de água doce, surgiram algumas inovações que contribuem para a ampliação das reservas mundiais, um bom exemplo de sistema desse nível é o processo de dessalinização (constituído de duas formas: por destilação ou osmose), um país que utiliza-se desse recurso é Israel, e o aproveitamento de geleiras que se separam dos continentes ártico e antártico e que normalmente se perderiam no oceano, podem ser reaproveitados.

Um agravante para esse tipo de solução para a crise de água é seu alto custo operacional, o qual inviabilizaria muitas nações de se beneficiar dos mesmos, assim, existem alternativas mais baratas e acessíveis que podem de igual maneira ajudar na preservação e manutenção do uso consciente da água.

Dentre esses métodos podem-se citar a reutilização da água através de captação da chuva que é transportada para locais de armazenamento e posteriormente podem ser utilizadas no jardim e no banheiro por exemplo.

Tomar banho com consciência, não lavar o carro com a mangueira aberta, não deixar pias e chuveiros abertos ou mesmo com pequenos vazamentos podem fazer total diferença, se houver uma adoção por parte de toda a sociedade.

As indústrias também fazem parte desse processo de reutilização da água com consciência, sendo assim, promover uma indústria de fábricas ecologicamente correta que presam pela natureza e pela reciclagem e reaproveitamento de recursos naturais, não somente da água, mais do solo, faz toda a diferença.

No campo, o uso consciente de água na pastagem e irrigação das lavouras muito tem a contribuir na cultura de acabar com o desperdício de água e sua constante falta de empregabilidade.

Por fim é na conscientização de cada cidadão no Brasil e no resto do mundo que a preservação de recursos hídricos mundial realmente será colocada em vigor, e práticas como a poluição por esgoto doméstico, vazamentos de óleo, resíduos industriais e agro químicos, assoreamento de rios devido a desmatamentos clandestinos e destruição de matas ciliares que são abrigos naturais para nascente de rios deixaram de ser problemas.

Esta mesma água, que até a bem pouco tempo era tratada com o descaso de um recurso natural que seria renovável e inesgotável, hoje está recebendo a importância que lhe é devida, por ser um recurso essencial à vida, ao desenvolvimento econômico e ao bem estar social e que não pode continuar sendo utilizada de forma indiscriminada como até hoje.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo o que foi exposto e discutido nessa pesquisa, a certeza que se firmou sobre a questão-problema: A preservação e conservação dos recursos de água dependem diretamente de fatores humanos ou ambientais, homem e natureza podem levar ao caos os recursos de água do planeta? é que o assunto realmente se reveste de grande e fundamental importância, pois a água é elemento essencial à existência, possui implicações múltiplas.

A valorização e a proteção do meio ambiente consistem em pressupostos imprescindíveis a uma vida saudável. A todos incumbe a tarefa de proteção e conservação dos recursos naturais hídricos do planeta.

A degradação causada direta ou indiretamente pelo homem é um dos aspectos mais críticos do processo de deterioração dos recursos hídricos, cujas principais e mais frequentes causas são: o desperdício, a exploração excessiva, o assoreamento dos rios e a poluição das fontes. Diante disso, não é mais permitido ao Poder Público adiar medidas para estabelecer o uso racional dos recursos hídricos disponíveis e nem a sociedade fechar os olhos ao problema, pois sim, o ser humano é o grande predador dos recursos hídricos e a maior ameaça ao futuro da água.

Analisando todas essas questões relativas a falta da água e considerando que o mundo todo vem enfrentando este problema, inclusive com a absoluta escassez de água, verifica-se que não está muito longe de se iniciar terríveis confrontos na busca por esse recurso natural. Assim, se todos se conscientizarem, talvez se torne possível que a sociedade não sofra com mais uma restrição em seu uso, que evite as futuras guerras hídricas esperadas em prol de seu domínio.

Então, cabe a coletividade e a conscientização, auxiliada pelos programas de incentivo e aplicação de medidas dos órgãos governamentais a conservação, não só dos recursos hídricos, com o qual é presenteado, mas sim de todos os recursos naturais existentes e que colaboram para o fortalecimento da conservação da água para o uso em geral. Nas

inúmeras atividades humanas, além de ser indispensável como provedora de energia, para a produção nas indústrias e na agricultura, a água é essencial para o futuro da humanidade.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental.: Lúmen Júris.** Rio de Janeiro 1996.

BRAGA, Edson Tavares. **Poluidor – pagador: uma necessidade ambiental.** Disponível em www.jus.com.br. Acessado em 06/03/2019.

GOCKEL, Luísa. **Água: uma década de lei.** Revista do Terceiro Setor. Disponível em <http://arruda.rits.org.br/rets/servlet/newstorm.notitia.apresentacao>. Acessado em 18/04/2007.

NOGUEIRA, César. **O planeta tem sede.** Editora Veja, 1999, p.154.

RATTNER, Henrique. **Liderança para uma sociedade sustentável.** São Paulo: Nobel, 1999.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço. São Paulo. In: A Questão Ambiental, Diferentes Abordagens.** Org. Sandra Baptista da Cunha e Antônio José Teixeira Guerra; Bertrand Brasil, 1996, p.37.

SILVA, Fernando Quadros da. **A Gestão dos Recursos Hídricos após a Lei 9.433 de 08/01/1997.** Organização Vladimir Passos, 1997, p.83.

VIOLA, Eduardo. **O Movimento Ecológico no Brasil. In: A Questão Ambiental, Diferentes Abordagens.** Org. Sandra Baptista da Cunha e Antônio José Teixeira Guerra. Bertrand Brasil. 1987.

EDUCAÇÃO ESPECIAL: AVANÇOS E DESAFIOS NO PROCESSO DE INCLUSÃO NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE BARRA DO CORDA – MA

Melo, Eloide Silva³

RESUMO

O processo de inclusão de pessoas com deficiências vem se desenvolvendo ao longo da história, nesta perspectiva, o presente estudo tem como objetivo descrever o processo histórico pelo qual a educação de pessoas com deficiência passou e vem passando no Brasil, destacando também as leis que amparam a Educação Especial no nosso país e apontando como vem acontecendo esse processo de inclusão de pessoas com necessidades especiais nas escolas de Barra do Corda-MA. Uma vez que nas últimas décadas a Educação Inclusiva, vem recebendo destaque em discursões em todo território Nacional, despertando a necessidade da importância cada vez maior de formações e estudos dos embasamentos teóricos sobre o assunto, principalmente por parte dos profissionais da educação que devem estar preparados para receberem crianças, adolescentes, jovens e adultos nas escolas, e oferecer uma educação significativa, respeitando os direitos que asseguram esse público alvo. O Artigo conta com pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo que visa analisar como os professores encontram-se frente a este processo de inclusão nas escolas da rede pública municipal de Barra do Corda, a pesquisa está fundamentada nos estudos de Corrêa (2004); Fonseca (1995); entre outros. De acordo com os resultados obtidos verificou-se que o processo de inclusão de alunos com necessidades especiais no Brasil demorou a fazer parte do nosso sistema educacional e ainda muito tem para ser efetivamente alcançado.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Especial. Avanços. Desafios. Barra do Corda.

INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas, a Educação Especial vem passando por um processo de ascensão. No entanto, o processo de transformação histórica pelo qual vem passando a Educação Especial, trás consigo muitas conquistas e também entraves. Diante dos avanços e desafios, conquistas e retrocessos, pelos quais a educação inclusiva vem passando, o estudo busca primeiramente descrever o processo histórico pelo qual a educação de pessoas com deficiência passou e vem passando no Brasil, serão destacadas também as leis que amparam a Educação Especial no Brasil.

Apontando também como vem acontecendo esse processo de inclusão de pessoas com necessidade especiais nas escolas de Barra do Corda, para tanto foi realizado

³ Licenciada em Letras com habilitação em Língua Portuguesa, Inglesa e respectivas literaturas - UEMA; Pós - graduada em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira - IESF; Pós-graduada em Docência da Língua Inglesa - FGF; Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional – UNINTER.

pesquisa bibliográfica que demonstra o processo de avanços da Educação Especial no Brasil, foi aplicado também alguns questionários fechados com professores que serviu para demonstrar o processo de desenvolvimento da educação Inclusiva na cidade de Barra do Corda.

A metodologia aplicada no estudo, serviu para demonstrar os passos que a educação inclusiva vem dando, rumo a uma educação inclusiva de qualidade, além de demonstrar os problemas e angústias dos professores da rede municipal de ensino no processo inclusivo.

Assim será possível compreender como vem ocorrendo a caminhada dessa modalidade de Educação em nosso país principalmente nas três últimas décadas. Uma vez que a Educação Especial no Brasil, por muito tempo foi vista como uma assistência dada aos alunos com deficiência. Essa deficiência não tinha uma finalidade educativa. O processo educativo, na visão de muitos, era considerado inviável e até mesmo impossível.

O que acontecia era apenas um atendimento clínico. A defesa da cidadania e do direito à educação das pessoas com deficiência é muito recente em nossa sociedade. No entanto, cabe ressaltar que o pouco conhecimento sobre as deficiências, contribuiu para que esse segmento da sociedade fosse marginalizada, impedindo que estabelecessem uma vida social e que fosse lhes assegurado direitos básicos que todos os brasileiros tinham direito.

EDUCAÇÃO ESPECIAL: EDUCAÇÃO ESPECIAL: AVANÇOS E DESAFIOS NO PROCESSO DE INCLUSÃO NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE BARRA DO CORDA – MA

A Educação Especial pode ser definida como o ramo da Educação que se ocupa do atendimento e da educação de pessoas com deficiência, preferencialmente em escolas regulares, ou em ambientes especializados tais como escolas para surdos, escolas para cegos ou escolas para atender pessoas com deficiência intelectual.

CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

Os passos da Educação de pessoas com deficiência iniciaram de forma bastante lenta inicialmente com o surgimento de grupos assistencialistas no século IX, que buscavam atender pessoas cegas e surdas. Tendo um avanço significativo em meados do século XX, com o início do atendimento educacional a essas pessoas.

O século XX, trouxe consigo alguns indicadores que apontavam o interesse da sociedade em relação às pessoas que apresentavam necessidades educacionais específicas, levando a pesquisadores a interessarem-se sobre o tema surgindo vários trabalhos científicos e estudos técnicos, surgindo alguns estabelecimentos de ensino tanto públicos como privados direcionados a esse público.

Apesar do interesse dos estudiosos e da sociedade em articular serviços que atendem os deficientes. Somente em meados do século XX, começaram as campanhas Nacionais voltadas a educação de surdos brasileiros outras Campanha Nacional de Educação foram lançadas com o objetivo de reabilitar deficientes mentais que tinha por finalidade promover nacionalmente a educação, o treinamento, a reabilitação e a assistência educacional às crianças com deficiência mental outras campanhas do mesmo porte foram lançadas.

Em 1973, foi criado o Centro Nacional de Educação Especial - CENESP, com o objetivo de promover nacionalmente a expansão e a melhoria do atendimento aos alunos com necessidades educacionais específicas. Em outubro de 1975, o Ministro Ney Braga aprova o órgão CENESP que já possui uma independência administrativa e financeira. Passado alguns anos, em 1986, este centro é transformado na Secretaria de Educação Especial - SESP, mas mantém a mesma estrutura e competência do CENESP, porém sua localização é transferida do Rio de Janeiro para Brasília.

Em 15 de março de 1990, a SESP é extinta e as atribuições da Educação Especial passam a ser da Secretaria Nacional de Educação Básica – SENEb, passando o IBC e o INES a serem vinculados a esse novo órgão.

A educação especial, após 1950, foi marcada por inúmeras estruturas administrativas. Se, em um primeiro momento, o serviço responsável pela Educação Especial era uma coordenação, logo a seguir passa a ser um centro e depois um departamento, até se tornar uma secretaria. Em cada mudança, há implicações funcionais, financeiras e de competências educacionais. (CORRÊA, 2004, p. 48).

Mesmo com todas essas mudanças é impossível pensar no avanço da Educação Especial no Brasil sem o apoio da Legislação e das Políticas Públicas, uma vez que se faz necessário saber quais direitos são garantidos, o que compete a cada um, de modo que se possa avaliar de maneira coerente a construção de uma sociedade inclusiva.

A Educação Especial tem como fundamento a Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Os capítulos que a amparam são:

O Capítulo II – Da União em seu Art.23 que afirma que “É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...] II. cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência; Capítulo III – da educação, da cultura e do desporto - Seção I – Da educação: Art.205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. [...] Art.208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante à garantia de: [...] III. Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

A Política Nacional de Educação Especial também tem como objetivo criar condições que contribuam para o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com necessidades educacionais específicas.

O Brasil, desde 1961, garante educação de alunos deficientes na rede comum de ensino e, em 1996, reforçado pela Declaração de Salamanca (1994) também preconiza atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades educacionais específicas, preferencialmente na rede regular de ensino.

Em 2001 foi aprovado o documento Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, que atentava para a constituição de escolas inclusivas públicas

indicando que a educação especial deve ocorrer tanto nas escolas públicas como nas privadas da rede regular de ensino.

Assim podemos perceber que o Brasil está no aspecto geral comprometido com as condições e qualidades de ensino das pessoas deficientes, porém em outros momentos o que prevalece é o aspecto quantitativo, ou seja, de resultados, pois as ações são realizadas com o intuito de justificar os compromissos assumidos no âmbito internacional, como por exemplo, com a Declaração de Salamanca firmada com a Organização das Nações Unidas - ONU, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO e o Banco Mundial.

A finalidade desse documento é garantir legalmente que os alunos com necessidades educacionais específicas sejam incluídos em toda a Educação Básica, sendo necessário que as instituições educativas se estruturam tanto no que diz respeito à infraestrutura física, quanto curricular, isto é as escolas devem se preparar para receber ampla variedade de alunos.

Também é essencial enfatizar que, em 2003, o Ministério da Educação deu origem ao “Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade”, que tem como prioridade transformar as unidades educativas em unidades inclusivas promovendo a formação de gestores e educadores nas cidades do Brasil.

As escolas regulares com orientação para educação inclusiva são o meio mais eficaz no combate as atitudes discriminatórias, propiciando condições para o desenvolvimento de comunidades integradas, base da construção da sociedade inclusiva e obtenção de uma real educação para todos (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 09 apud STOBÄUS; MOSQUERA, 2003, P.21).

Com isso o número de alunos com necessidades educacionais específicas em escolas públicas decresceu e as instituições privadas passaram a conter quase 50% de toda a educação especial do país, visto que apresentavam condições superiores de escolaridade às das escolas públicas.

Em 2005 são organizados centros de referências para os alunos com altas habilidades e superdotação. Esses centros passam a ser implantados em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal como o objetivo de orientar famílias e promover a formação continuada para garantir o acesso e a permanência desses alunos na rede pública de ensino.

Já em 2007 é lançado o Plano de Desenvolvimento Educacional (PDE) que busca por meio de eixos superar a dicotomia entre educação especial e educação regular. Apesar dos avanços, ainda vivemos um momento de tensão nessa área da Educação. Em 2011, o Ministério da Educação promoveu a extinção da SEESP e a diluição dos seus cargos na SECADI Secretaria de Alfabetização Diversidade e Inclusão.

Podemos assim perceber que a Educação Especial volta a ocupar uma posição secundária o que a totalidade dessa secretaria pode se tornar um grande vazio.

EDUCAÇÃO ESPECIAL EM BARRA DO CORDA

A educação especial teve início na década de 90 com a chegada da APAE, em Barra do Corda, atendendo crianças deficientes prestando serviços de assistência

social no que se diz respeito a melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência, conscientizando cada vez mais a sociedade.

As crianças assistidas pela APAE, não frequentavam nenhuma outra instituição de ensino, ficando estes deficientes isolados, sem conviverem com outros alunos.

No início dos anos 2000 alguns, profissionais fizeram cursos de libras e alguns começaram trabalhar em escolas acompanhando alunos surdos. Os demais alunos deficientes com exceção de alguns deficientes físicos continuaram excluídos das escolas.

Já na segunda década do século XX, intensificaram-se os cursos de pós graduação na área de Educação Especial, os profissionais da educação começaram a despertar para a necessidade de formação na área.

Os gestores públicos, tanto estadual como municipal iniciaram o processo de formação dos professores, através de palestras, e formações continuada oferecida a professores, coordenadores e gestores da rede pública.

Em 2017, iniciou-se a implantação das salas de AEE, criadas para atender crianças deficientes e desenvolver algumas habilidades nestas crianças. Uma vez que as escolas públicas já encontram-se com um grande número de crianças deficientes, entre as quais podemos destacar: altistas, síndromes, cegueira, surdez entre outras. Para entender melhor o processo de inclusão das escolas da rede pública foi aplicado um questionário com professores.

RESULTADO DA PESQUISA

Com o objetivo de um melhor embasamento para o desenvolvimento deste trabalho, buscou-se desenvolver um trabalho de pesquisa juntos aos professores das Escolas Municipais: Leoneis Chaves Freitas, Deputado Galeno Edgar Brandes e Escola Maria Lenir, que contribuíram como sujeitos de pesquisa sobre o processo de inclusão de pessoas com deficiência nas escolas da rede pública de Barra do Corda. O questionário foi aplicado com 10 professores das escolas que serviu como amostra para a elaboração do presente estudo. Pois busca-se apontar através da pesquisa o perfil do professor das escolas, como eles se encontram nesse processo de inclusão.

Quando perguntado aos professores das escolas. A sua escola estar preparada para receber alunos deficientes? 100% dos professores responderam que não, pois apesar das escolas já possuir alunos deficientes os professores acham que escola ainda não estão prontas.

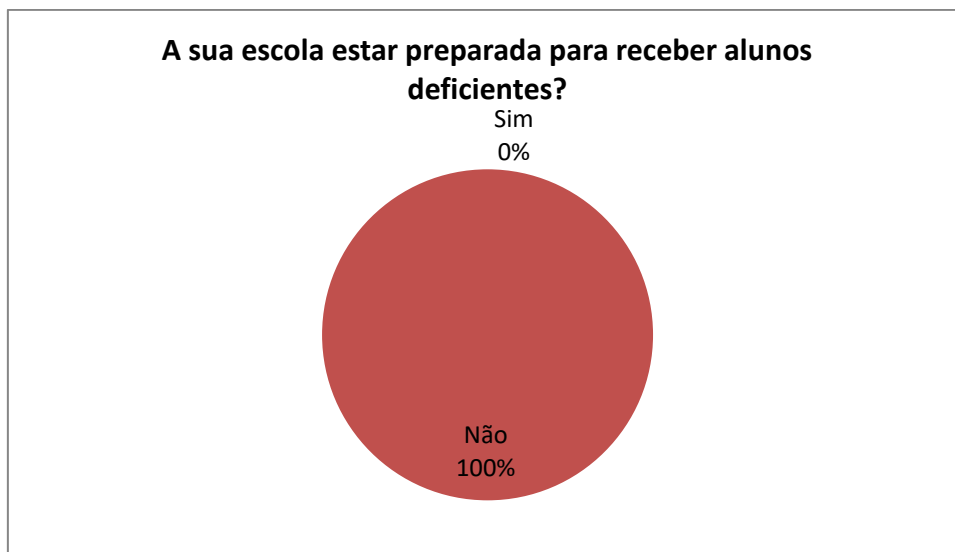


GRÁFICO 1 (FONTE: A PRÓPRIA AUTORA)

O Gráfico 1 aponta a necessidade de escolas bem estruturadas seja no que se refere a estrutura física ou pedagógica como refere-se Fonseca, quando diz que:

A escola terá de adaptar-se a todas as crianças, ou melhor, à variedade humana. Como instituição social, não poderá continuar a agir no sentido inverso, rejeitando, escorraçando ou segregando “aqueles que não aprendem como os outros”, sob a pena de negar a si própria. Não se pode continuar a defender que tem de ser a criança a adaptar-se às exigências escolares, mas sim o contrário. Efetivamente, a escola, ou melhor, o sistema de ensino, não pode persistir excluindo sistematicamente as crianças deficientes, estigmatizando-as com a desgraça, rotulando-as com uma doença incurável ou marcando-as com um sinal de inferioridade permanente (FONSECA, 1995, p. 202).

Apontando a necessidade de adequação do sistema ao aluno deficiente e não do aluno deficiente ao sistema.

Quando perguntados aos professores se sentem-se preparados para receberem alunos deficientes em suas salas de aula?

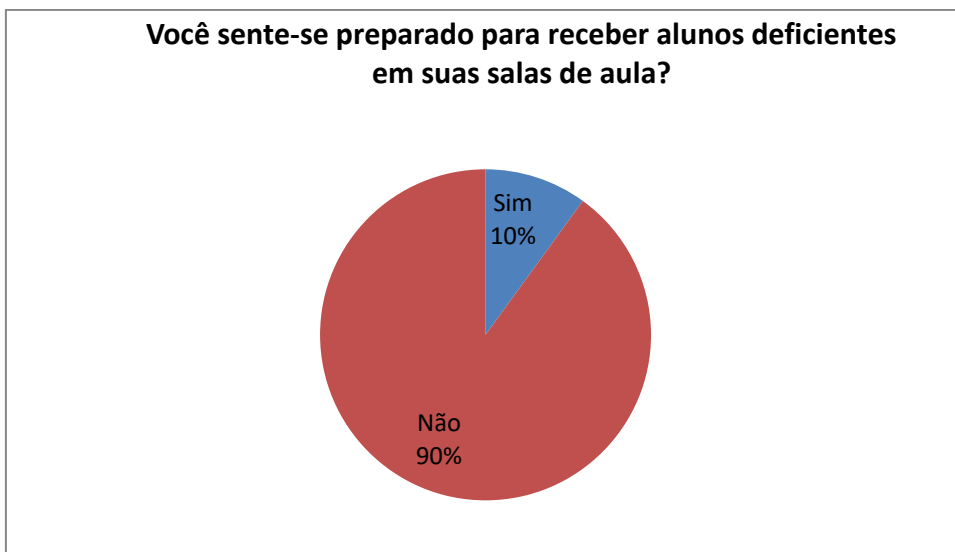


GRÁFICO 2 (FONTE: A PRÓPRIA AUTORA)

O gráfico aponta que a maioria dos professores encontram-se inseguros com alunos deficientes em suas salas. No entanto, sentir-se preparado significa ter atitude buscar mecanismo que venha colocar-se como sujeito participativo de processo, Sage ao referir-se ao assunto diz que:

Não podemos esperar, antecipadamente, ter todos os componentes em seus lugares. Algumas coisas terão que vir com o tempo. As mudanças envolvem muitos níveis do sistema administrativo, incluindo a estrutura do setor central de educação, organização de cada escola e a didática da sala de aula. (SAGE, 1999, p.129).

Evidenciando o quanto se faz necessário a busca da formação, e muita leitura sobre o tema.

Foi perguntado aos professores: Você possui algum curso de formação na área da Educação Especial?

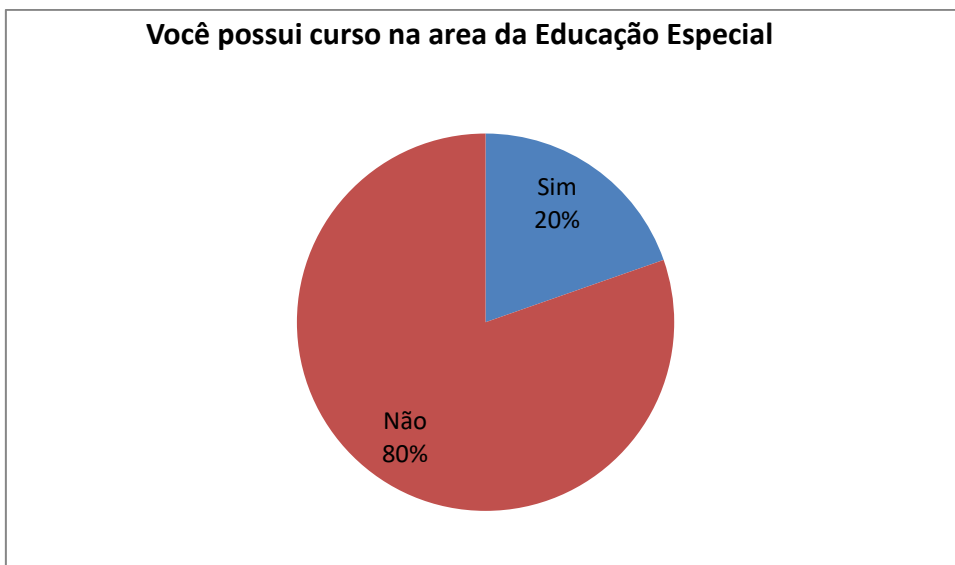


GRÁFICO 3 (FONTE: A PRÓPRIA AUTORA)

A maior dificuldade apresentada pelos professores em lidar com alunos deficientes?



GRÁFICO 4 (FONTE: A PRÓPRIA AUTORA)

Os gráficos 3 e 4 demonstram cada vez mais que a falta de formação gera insegurança, constatando assim que grande parte dos professores das escolas públicas de Barra do Corda não sentem-se preparados ao depararem-se com alunos deficientes em suas salas de aula. Aponta também que a formação que os professores receberam em suas formações foram insuficientes para lidar com alunos deficientes.

Constatado esse posicionamento em documentos oficiais (leis, decretos, resoluções, portarias, PNE) que determinam a necessidade da Libras em todas as licenciaturas,

que anunciam como deve ser o professor capacitado/especializado para atender a educação especial; que determinam programa emergencial de segunda licenciatura; que referenciam os programas para formação inicial e continuada de professores em grande parte de seus artigos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidencia-se que a educação Especial vem passando por significativas mudanças nas últimas décadas, oferecendo um melhor desenvolvimento desta modalidade, podendo-se afirmar que as políticas públicas voltadas à Educação Especial estão cada vez mais, inserindo essas pessoas na escola e na vida em sociedade.

No que se refere ao processo de inclusão de alunos deficientes nas escolas públicas de Barra do Corda, pode-se dizer que encontra-se em fase de desenvolvimento, pois percebe-se uma grande preocupação do poder público municipal, em cumprir as leis que garante um ensino de qualidade para esses alunos.

Percebe-se também que as escolas estão aos poucos se adequando a esse processo de inclusão. Já no que se refere aos professores, observa-se a existência de angústia por parte destes profissionais, pois não conhecem muito bem as deficiências, como lidar com estas crianças deficientes, sendo que os mesmos necessitam cada vez buscarem formação continuada, para que possam atuar de forma satisfatória com esse público que cada vez mais vem crescendo nas escolas públicas de Barra do Corda.

Nota-se cada vez mais, que a luta travada por pais, associações, e a comunidade vem contribuindo para que o processo de inclusão venha ganhando cada vez mais espaço, não somente nas escolas mais em outras esferas da sociedade, desde o direito de ir e vir com acessibilidade, ingresso no mercado de trabalho entre outros.

Apesar dos avanços aqui mencionados cabe apontar que somente com a pressão por parte desses grupos sociais, família, escola e comunidade, as leis que garantem dignidade para as pessoas com necessidade especial, possam de fato ser cumpridas.

Acredita-se, que as ações coletivas e formações adequadas para profissionais que atuam com alunos deficientes, possa contribuir para que as pessoas deficientes conquistem seu espaço na busca uma educação inclusiva, e possam de fato desenvolverem suas habilidades, tenham uma educação significativa, pois, uma escola inclusiva deve proporcionar um ambiente igualitário e uma educação de qualidade a todos e com certeza professor capacitados podem desenvolver em sua sala de aula, atividades que favoreçam a aprendizagem de todos seus alunos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

CORRÊA, Maria Ângela Monteiro. **Educação Especial**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2004.

Declaração de Salamanca Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/>

pdf/salamanca.pdf. Acesso em 01 de nov. de 2018.

FONSECA, Vítor da. **Educação Especial**: Programa de estimulação precoce - uma introdução às ideias de Feuerstein. Porto Alegre, Artes Médicas, 1995.

SAGE, D.D. **Estratégias práticas para a comunicação com todos os alunos**. IN:STAIMBACK, Susan; SAIMBACK, William(orgs.) Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

<http://pne.mec.gov.br/planos-de-educacao> acesso em 20 de fevereiro de 2019.

SUPERVISÃO PEDAGÓGICA E PRÁTICAS DE MEDIAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

Nascimento, Gabriela Tatiane do ⁴

RESUMO

Este trabalho aborda a atuação do supervisor pedagógico na mediação dos processos de ensino aprendizagem em ambiente escolar. A importância se dá pelo papel de mediação assumido pelo supervisor pedagógico na relação dos conhecimentos entre os professores, estudantes e a instituição escolar. O objetivo deste trabalho é apresentar o papel do supervisor pedagógico e sua atuação na construção de relações entre os diferentes saberes construídos na escola. Este propósito será atingido mediante a apresentação da revisão bibliográfica realizada com base em obras e trabalhos acadêmicos publicados. Serão também apresentadas categorias extraídas desse arcabouço teórico e que visam apresentar a atuação do profissional e os desafios decorrentes de sua atividade. A pesquisa realizada evidenciou a o desenvolvimento da função do supervisor pedagógico no Brasil e o papel desempenhado por esse profissional nos dias atuais. Com base na trajetória histórica da profissão, foi possível perceber que a função desempenhada por esse profissional atualmente está voltada para a construção de saberes integrados entre os diferentes profissionais que atuam no âmbito escolar e enraizados no contexto particular de cada escola. As atribuições impostas ao profissional da supervisão pedagógica demandam desse sujeito habilidades para lidar com a relação com diferentes problemas do dia a dia da escola.

PALAVRAS-CHAVE: Supervisão pedagógica. Escola. Formação de Professores.

INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende contextualizar e apresentar a importância do trabalho do supervisor pedagógico no contexto escolar. Para tanto foram levantadas informações sobre o histórico da profissão e como as atribuições desse profissional foram desenvolvidas ao longo dos anos.

A escola contemporânea é palco não somente da relação entre professor e aluno na educação formal para o trabalho. Como nas múltiplas concepções de educação colocam à escola diferentes desafios até então não atribuídos ao ambiente escolar.

A escola pode ser concebida como um espaço onde as sociabilidades entre os diferentes sujeitos prevalecem ao próprio ensino formal. Nesse contexto todos aprendem simultaneamente e independentes da figura do professor. O professor se transforma em educador e assume a função de mediar as relações entre os sujeitos e dos sujeitos consigo mesmos.

Os sujeitos que se relacionam com essa escola são encarados como dotados de conhecimentos próprios e que encontram na escola o ambiente favorável para a expansão desses conhecimentos adquiridos ao longo da vida. Essa concepção valoriza as relações das pessoas na escola mas também fora dela, pois concebe que o processo educativo ocorre a partir da sociabilidade entre as pessoas no

⁴ Pós-graduanda em Coordenação Pedagógica e supervisão escolar pelo Instituto Souza.

mundo.

Essa concepção de educação demanda da instituição escolar uma atuação pró-ativa no contexto em que está inserida. A escola passa portanto a aglutinar a reflexão e a busca por soluções para os problemas enfrentados pela comunidade.

As transformações na concepção de educação não impactaram somente na figura do professor ou da escola enquanto instituição, mas também produziram modificações em outros profissionais que atuam no ambiente escolar. Ao supervisor pedagógico, por exemplo, é demandado uma leitura mais aprofundada da realidade local onde a escola está inserida e das potencialidades que cada professor possui na reflexão e superação dos problemas educacionais.

Mas antes de apresentar a importância do supervisor pedagógico na contemporaneidade, vamos compreender a história dessa profissão no Brasil.

A PROFISSÃO DO SUPERVISOR PEDAGÓGICO AO LONGO DA HISTÓRIA BRASILEIRA

A supervisão de trabalhos em ambiente escolar permite que os estudantes sejam guiados à realização dos trabalhos de forma que conhecimentos sejam apropriados e desenvolvidos ao longo da sua formação. Essa concepção de supervisão foi aplicada não só nos trabalhos desenvolvidos pelos estudantes mas também na realização do trabalho do professor.

A figura do supervisor pedagógico surge, conforme demonstra Rolla (2006, p. 17), com o objetivo de inspecionar se o trabalho desenvolvido pelos professores estavam sendo realizados conforme as normas prescritas pelos órgãos superiores de educação. Esse papel ocupado pelo profissional de supervisão pedagógica o coloca acima do trabalho dos professores pois só assim foi possível garantir que os professores realizassem aquilo que estava previsto nas normas impostas às escolas pelos órgãos superiores.

Essa visão, que começa a ser difundida no Brasil no ano de 1931, atribui ao supervisor pedagógico o papel predominante de orientação das atividades no ambiente escolar. A concepção tecnicista da educação atribuiu a este profissional um papel central em garantir que a realização das atividades educacionais seriam desenvolvidas com base nas prescrições racionais concebidas e difundidas pelas gestões dos órgãos superiores da época. O relato dessa prática e desse ideal do profissional de supervisão pedagógica pode ser encontrado em Saviani (2003, p. 24), que afirma que:

(...) na escola tecnicista professores e alunos ocupam papel secundário dando lugar à organização racional dos meios. Professores e alunos relegados à condição de executores de um processo cuja concepção, planejamento, coordenação e controle, ficam a cargo de especialistas supostamente habilitados, neutros, objetivos, imparciais (...)

Essa afirmação demonstra que o surgimento da figura do supervisor escolar no Brasil está muito associada a uma ideia de controle, inspeção, fiscalização e correção de atividades que possivelmente venham a se desviar das prerrogativas prescritas oficialmente. De modo oficial essa postura do supervisor pedagógico enquanto agente que deve controlar e inspecionar o trabalho do professor, começa a ser difundida no Brasil através do acordo internacional entre Estados Unidos e Brasil

denominado de *Programa de Assistência Brasileiro - Americana ao Ensino Elementar*, o PABAE.

Conforme apresenta Rolla (2006, p. 19), nesse período os supervisores pedagógicos “desempenhavam um papel de multiplicadores e inspecionavam a execução das ideias impostas pelo PABAE, assim, o programa passou a atingir um número maior de professores e alunos (p. 19)”. Seguindo o mesmo raciocínio, Medina (1995) demonstra como a Lei 5.692/71 reforça a responsabilidade do profissional de supervisão escolar quanto a prática pedagógica exercida na escola. Para ele, a lei

institucionaliza a supervisão, ao referir-se à ‘formação de administradores, planejadores, orientadores, inspetores, supervisores e demais especialistas em educação’. A supervisão passa a introduzir modelos e técnicas pedagógicas atualizadas (para a época); o supervisor, contudo, não perde o vínculo com o poder administrativo das escolas. Agora o seu papel é o de assegurar o sucesso no exercício das atividades docentes por parte de seus colegas, professores, regentes de classe (p. 40).

Quatro anos após a lei que institucionaliza a supervisão escolar, o Decreto nº 5.586/75 do estado de São Paulo é publicado e normatiza as atribuições do supervisor pedagógico no âmbito estadual. Nessa normativa é possível identificar o caráter de inspeção e fiscalização do trabalho do professor, principalmente em seus incisos I, IV, X e XI, conforme apresentado a seguir:

II – Zela pela integração do sistema, especialmente quanto à organização curricular;

IV – Elaborar os instrumentos adequados para a sistematização de informações;

X – Cumprir e fazer cumprir as disposições legais relativas à organização didática, administrativa e disciplinar emanadas das autoridades superiores;

XI – Apresentar relatório das atividades executadas, acompanhado de roteiro de inspeção.

Nesse período tem-se a proliferação de normativas estaduais no sentido de atribuir ao supervisor pedagógico o papel de garantir que os trabalhos dos professores fossem realizados dentro do escopo previamente estipulado pelos órgãos superiores de ensino do estado. Normatizações similares a de São Paulo foram criadas no Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul (ROLLA, 2006, p. 20).

A autora chama a atenção para os problemas gerados por esse sistema de enquadramento da realidade escolar às normas das instâncias superiores de ensino. O modelo desenvolvido e difundido pelo PABAE produziu segundo ela a desqualificação e fragmentação do trabalho docente, minando a criatividade necessária ao processo de ensino-aprendizagem tanto do educando como do educador (p. 21).

O SUPERVISOR PEDAGÓGICO E A CONCEPÇÃO CONTEMPORÂNEA DE EDUCAÇÃO

Com o avanço tecnológico e a intensidade no acesso e tratamento de informações sobre os fatos ocorridos no mundo, os sujeitos envolvidos com o processo educacional acabam tendo que ressignificar suas concepções, práticas e rotinas dentro da escola. Em meio a esse contexto de profundas transformações, as atribuições e papéis que cada sujeito desempenha no contexto escolar se

transformam constantemente.

A partir dos anos 80 o sistema educacional brasileiro passa a sofrer influências das perspectivas educacionais interacionistas, tendo como principal ícone desse movimento o professor Paulo Freire. Segundo ele, “*ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção*” (1996, p. 47).

Essa concepção de educação produz impacto não só na forma como o professor e os alunos vinham se relacionando mas também como o supervisor pedagógico atuava e passa a atuar a partir do momento em que o contexto é valorizado como campo de aprendizagem. Não cabe mais ao supervisor pedagógico a fiscalização da aplicabilidade das normas definidas em instâncias superiores e sim a compreensão da realidade escolar e a contribuição para o desenvolvimento de processos de aprendizagens cada vez mais amplos.

A nova concepção do papel do supervisor escolar está expressa em normativas que demonstram sua função de articular os conhecimentos da escola e do seu entorno. Essa concepção pode ser encontrada na Resolução 7150/93 da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, que define as atribuições dos especialistas de educação do ensino estadual. A resolução define o seguinte:

Art. 1o - É papel específico do Especialista de Educação (Supervisor Pedagógico ou Orientador Educacional) articular o trabalho pedagógico da escola, coordenando e integrando o trabalho dos coordenadores de área dos docentes, dos alunos e de seus familiares em torno de um eixo comum: o ensino-aprendizagem pelo qual perpassam as questões do professor, do aluno e da família. (1993, p. 29).

Esse trecho da norma permite compreender o novo papel que assume esse profissional. Suas atribuições agora estão sintonizadas com a concepção de educação que considera os diferentes conhecimentos envolvidos com o processo de ensino-aprendizagem, sendo estes conhecimentos provenientes do ambiente interno ou externo à escola.

A função de articular os diferentes saberes está associada com a constante prática de compreensão da realidade dos sujeitos envolvidos com a escola. A noção de realidade se amplia para além dos muros da escola, o que coloca ao supervisor pedagógico o papel de compreensão da realidade familiar dos estudantes para que possa compreender os comportamentos desses sujeitos em ambiente escolar.

Mas o supervisor pedagógico conta com diferentes instrumentos para a realização da sua função de articulação de saberes. Segundo Rosa e Santana (2013, p. 51) o Projeto Político Pedagógico da escola é ao mesmo tempo uma atribuição do supervisor pedagógico mas também é um poderoso instrumento para a compreensão da realidade da escola. A coordenação atribuída ao supervisor pedagógico na construção do PPP da escola garante a esse profissional uma posição privilegiada para articular os diferentes saberes e interesses presentes no ambiente escolar.

Assim como na articulação para a construção do PPP da escola o supervisor pedagógico possui atribuições para o desenvolvimento de atividades formativas com professores, coordenadores e toda a comunidade escolar. Tais ações de formação

permitem a esse profissional exercer e ao mesmo tempo ressignificar o seu principal objeto de trabalho, ou seja, os diferentes saberes da comunidade escolar. Sejam saberes provenientes da própria comunidade escolar como da direção, dos educadores, dos educandos, da equipe de manutenção, ou de sujeitos externos como as famílias dos educandos e de lideranças locais que podem contribuir com a formação da comunidades escolar.

OS DESAFIOS ATUAIS E A MEDIAÇÃO ESCOLAR

Conforme dito anteriormente a escola é a todo momento influenciada pelo acesso a informação cada vez mais disponível e acelerado. A escola não consegue mais se isolar dos acontecimentos locais e mundiais. A comunidade escolar está a todo momento sendo impactada por informações de fatos que ocorrem em todo o planeta.

Em se tratando de uma educação reflexiva que tem como uma das suas prerrogativas a formação dos educandos a sua atuação no mundo, a escola não pode ser uma instituição promotora do que Paulo Freire chamava de educação bancária (FREIRE, 2005). A escola contemporânea demanda dos profissionais que nela atuam o compromisso com a conexão existente entre as atividades internas e os fatos externos à escola.

Não se trata mais de ensinar seres desprovidos de conhecimentos e capacidades de lidar com os problemas do mundo. A escola contemporânea deve estar preocupada em mediar as relações dos sujeitos com o mundo, permitindo que dessa relação surjam novos saberes e novas questões a serem desenvolvidas.

A mediação se coloca portanto como um conceito chave na atuação dos profissionais da escola contemporânea. A noção conceito da mediação têm seu maior desenvolvimento com os estudos produzidos pelos autores da perspectiva histórico-cultural, também conhecida como psicologia do desenvolvimento.

A mediação para esses autores é o processo pelo qual o sujeito se apropria de artefatos externos para aumentar seu poder de ação no mundo. O resultado dessa apropriação é o desenvolvimento do sujeito que mediante a sua relação com o mundo exterior concebe instrumentos capazes de criar vínculos psicológicos com o artefato (VIGOTSKY, 2009).

O acúmulo de experiências permite ao sujeito atuar no mundo de forma cada vez mais precisa (FRIEDRICH, 2012). O ambiente escolar contemporâneo atua como um espaço capaz de estimular os sujeitos a construir novos instrumentos psicológicos que permitem a compreensão e atuação no mundo.

A relação estabelecida pelo supervisor pedagógico permite que conhecimentos sejam gerados a partir da relação entre saberes envolvidos com a atividade educacional. Mediante tais estímulos proporcionados pela mediação dos profissionais de educação, tanto os educandos como os educadores (em sentido amplo - aqueles capazes de proporcionar o processo educativo) constroem novas formas conceber a realidade em que estão inseridos.

O processo de mediação entre diferentes disciplinas acadêmicas permite ao supervisor pedagógico fomentar a relação dos diferentes saberes, tal processo de fomento se caracteriza como uma referência para que a comunidade escolar possa superar desafios que não são possíveis de serem superados do ponto de vista

disciplinar. A atuação desse profissional pode portanto ser considerada como um instrumento de aprendizagem e mediação entre os sujeitos e os objetivos envolvidos na atividade educacional (VIRKUNNEN, 2015).

Essa mediação envolve toda a comunidade escolar. O papel desempenhado pelo supervisor pedagógico na formação da equipe de docentes para o enfrentamento desses novos desafios demanda desse profissional a compreensão sobre a importância do seu papel de mediador do conhecimento e da sua capacidade de interligar saberes provenientes de diferentes campos disciplinares, nos quais os professores das disciplinas foram formados. Autores como Maia, Silva e Loureiro (2010, p. 38) chamam a atenção para as demandas da escola do século XXI e o papel do supervisor pedagógico nesse contexto. Segundo os autores,

pensar na qualificação da escola e dos professores, como via para enfrentar os desafios do nosso século, leva-nos ao reconhecimento da importância que tem a preparação profissional destes agentes educativos como vectores de mudança dos contextos sociais (p. 38).

Para os autores a função primordial do supervisor pedagógico é permitir a conexão de saberes entre as diferentes disciplinas representadas pelo corpo docente, para a compreensão dos problemas multifacetados da contemporaneidade (Idem). O trabalho do supervisor pedagógico permite apoiar os educadores ao longo da sua trajetória profissional para que estes se tornem melhores e que em simultâneo seus educandos aprendam e se desenvolvam de forma integral (p. 48).

O papel desempenhado pelos supervisores pedagógicos ganha cada vez mais importância em um contexto onde o acesso à informação é constante e na maioria das vezes independente de mediação do educador. Os sujeitos inseridos no ambiente escolar possuem capacidade de compreensão autônoma dos processos e transformações pelo qual o mundo têm passado nos últimos anos. Essa autonomia demandada pelo processo educacional do século XXI pode ser gerada a partir da atuação transdisciplinar do profissional da supervisão pedagógica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o desenvolvimento do trabalho foi possível identificar a transformação do papel atribuído ao profissional de supervisão pedagógica. Passamos pela compreensão da atuação desse profissional desde o momento da criação da profissão, que inicialmente foi voltada à inspeção e controle das atividades docentes na escola até o momento em que esse profissional é fundamental na compreensão dos problemas multifacetados e complexos da atualidade.

Atualmente a escola requer uma visão complexa e transdisciplinar da sua realidade. Os problemas atuais estão cada vez mais demandando a relação entre diferentes disciplinas para que sejam compreendidos e seus efeitos mitigados.

O papel do supervisor pedagógico na busca pela compreensão dos desafios contemporâneos está justamente na sua posição de articulador das várias disciplinas presentes na escola. A sua atividade transdisciplinar e o seu papel como fomentador da relação entre os diferentes saberes permite a esse profissional uma atuação complexa, de acordo com as demandas atuais da educação.

Seus instrumentos de atuação como formação, construção do projeto político pedagógico e acompanhamento e orientação da comunidade escolar permite que a atuação desse profissional gere efeitos em diferentes esferas, tanto interna como

externas à escola.

Com a trajetória histórica do supervisor pedagógico é possível visualizar a capacidade de adaptação do profissional em diferentes contextos e a sua resiliência frente aos desafios impostos à profissão pelas transformações educacionais nos últimos anos. Independente da atribuição dada ao profissional de supervisão escolar, a sua importância está na capacidade de influenciar a comunidade escolar para que sejam realizados trabalhos coletivos e que sejam desenvolvidas ações em uma direção comum.

Portanto o papel desempenhado pelo supervisor pedagógico está atualmente sendo demandado para a que a escola do século XXI consiga contribuir para o desenvolvimento de sujeito autônomos e responsáveis que sejam capazes de relacionar as suas ações individuais com contextos cada vez mais complexos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, N. V. **Supervisão em Educação**. Rio de Janeiro: Livros técnicos e Científicos, 1976.

BELIZÁRIO, T. L. SILVA. L. A. **A contribuição do supervisor pedagógico na transversalidade do currículo: meio ambiente na escola**. Cadernos FUCAMP. v. 12, n. 16, p. 21 – 29. Monte Carmelo, 2013.

BRANDÃO, C. R. **As flores de abril: movimentos sociais e educação ambiental**. Campinas: Autores Associados, 2005.

FERREIRA, A. M. L. **A contribuição do supervisor escolar no processo pedagógico**. Monografia do curso de pós-graduação em Supervisão Escolar da Universidade Cândido Mendes. São Luís, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 40ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FRIEDRICH, J. **Lev Vigotski: mediação, aprendizagem e desenvolvimento: uma leitura filosófica e epistemológica**. Trad. Anna Rachel Machado e Eliane Gouvêa Lousada. Campinas: Mercado das letras, 2012.

LURIA, A. R. **Desenvolvimento Cognitivo: seus fundamentos culturais e sociais**. Trad. Fernando Limongeli Gurgueira. 7ª ed. São Paulo: Ícone, 2013.

MEDINA, A. S. **Supervisão Escolar: da ação exercida à ação repensada**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

PORTO, L. S. **Filosofia da educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar E., 2006.

REGO, T. C. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação.** Petrópolis: Vozes, 2010.

ROLLA, L. C. S. **Liderança educacional: um desafio para o supervisor escolar.** Dissertação de mestrado do programa de pós-graduação em educação da Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: PUC, 2006.

ROSA, A. S. SANTANA, M. A. **A importância do supervisor pedagógico na organização escolar.** Revista Perquirere, nº 10, v. 2, pgs. 46 – 58. Patos de Minas: Centro Universitário de Patos de Minas, 2013.

VASCONCELLOS, B. G. B. **A atuação do supervisor escolar no processo pedagógico.** Monografia do curso de pós-graduação em Supervisão Escolar da Universidade Cândido Mendes. Rio de Janeiro, 2004.

VIGOTSKY, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem.** Trad. Paulo Bezerra. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

VIRKKUNEN, J. **O laboratório de mudança: uma ferramenta de desenvolvimento colaborativo para o trabalho e educação.** Belo Horizonte: Fabrefactum 2015.

OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS.

Silva, Késsia Barbosa da

RESUMO

Incluir alunos com deficiência auditiva na escola regular é um desafio, esse assunto vem sendo abordado em diferentes perspectivas, entre eles, o direito das pessoas com deficiência, o exercício da cidadania, a inclusão da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e o papel do professor no processo de ensino aprendizagem desses alunos. O objetivo do trabalho é investigar, refletir como é a política de educação inclusiva e o seu processo de implementação junto aos alunos com deficiência se tem sido percebidos e colocados em prática por professores do ensino regular. O estudo possui uma abordagem bibliográfica, o tema foi escolhido após análise reflexiva e a necessidade de pesquisar mais sobre essa temática a fim de orientar professores no cotidiano de sala de aula a melhorarem a prática pedagógica frente a essa realidade. O método aplicado na análise foi a construção de categorias. Após análise dos dados percebe-se a necessidade de professores terem conhecimentos em LIBRAS para assim está favorecendo a comunicação adequada com alunos surdos, bem como interagir melhor e contribuir para uma aprendizagem significativa.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Deficiência. Aprendizagem. Desenvolvimento educacional. Professor.

INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva favorecer uma discussão acerca do modelo de educação inclusiva nas instituições de ensino, delimitando-se, especificamente, em discorrer sobre tal proposta educacional, os principais desafios e perspectivas. A inclusão de alunos surdos no ensino regular é algo que causa muitas divergências, pois, se por um lado, compreende-se a educação inclusiva como direito, e ao mesmo tempo, como rompimento de segregações e preconceitos, por outro, existem críticas referentes à aprendizagem do aluno surdo que pode ser comprometida, principalmente pelas divergências linguísticas entre a Língua Portuguesa e a Língua Brasileira de Sinais, que, como línguas, têm suas peculiaridades até mesmo referentes às suas respectivas culturas.

O presente trabalho consiste, metodologicamente como sendo uma pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica, de acordo com Prestes (2003), é aquela que serve tanto ao acadêmico, na sua graduação, quanto aos pesquisadores, na elucidação dos trabalhos inéditos que pretendem rever, reanalisar, interpretar e criticar considerações teóricas ou paradigmas, ou ainda criar novos teoremas, com o objetivo de tentar compreender os fenômenos das mais diversas áreas do conhecimento.

Diante dos desafios da inclusão faz-se necessário pesquisar sobre a implementação da inclusão escolar levando em consideração os direitos das pessoas com deficiência e o exercício da cidadania. A exposição da língua de sinais ao português, além da inclusão escolar sobre a percepção dos professores envolvidos nesse processo. Apesar de essa diversidade resultar em um referencial teórico bibliográfico rico e heterogêneo, ainda há pouca discussão sobre a implementação da inclusão escolar e sobre o papel dos professores nesse processo.

O termo inclusão ainda se confunde com integração, mas são distintas, pois a prática desenvolvida nas décadas de sessenta e setenta, a integração tinha o foco de atenção na deficiência e visava à modificação da pessoa deficiente na direção da normalidade, para que assim fosse inserida e aceita positivamente na sociedade.

Entretanto, o movimento de inclusão que iniciou nos anos oitenta, visavam mudanças na sociedade para não só receber, mas acolher adequadamente as pessoas com necessidade especiais. Nessa perspectiva, a diversidade é considerada como a própria da condição humana, o sujeito com deficiência passa então a ser integrante da sociedade, com direitos e oportunidades iguais aos demais indivíduos, pois só dessa forma suas potencialidades serão desenvolvidas.

A Declaração enfatiza que os sujeitos da inclusão são todos:

Os que nunca estiveram em escolas, os que lá estão e experimentam discriminações, os que não recebem as respostas educativas que atendam às suas necessidades, os que enfrentam barreiras para a aprendizagem e para a participação, os que são vítimas das práticas elitistas e injustas de nossa sociedade, os que apresentam condutas típicas de síndromes neurológicas, psiquiátricas ou com quadros psicológicos graves (ÉDLER, 2005).

Percebe-se que os movimentos, encontros, leis, e o texto da salamanca têm como objetivo principal de que a escola seja para todos com oportunidades iguais, com incentivos educativos que atendam as suas necessidades, pois:

A finalidade da escola é ensinar a repensar o pensamento, a 'des-saber' o sabido e a duvidar de sua própria dúvida; esta é a única maneira de começar a acreditar em alguma coisa. (MAIRENA, apud MORIN, 2003, p. 21).

Assim, a escola com a finalidade social, também é um espaço de relações, diálogos, aprendizagem e conflitos, uma vez que com a heterogeneidade existente precisa saber reconhecer e valorizar a individualidade do aluno. Ao mesmo tempo, é fundamental também que os oriente a respeitar as

diferenças e influencie a estabelecerem relações duradouras e verdadeiras para que o resultado seja de fato a formação de sujeitos críticos e reflexivos.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no artigo 59, indica:

Que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental em virtude de suas deficiências; e assegura aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar.

É notório que embora as políticas educacionais atuais defendam a inclusão escolar dos alunos com necessidades educacionais, sua efetivação e instrumentalização têm sido difíceis para o aluno surdo.

A efetivação da educação inclusiva dos surdos tem gerado problemas, pois sem terem se apropriado da língua oral, língua de sinais ou escrita, o trabalho dos professores fica limitado, comprometendo assim, o processo de aprendizagem. Além disso, as estratégias de ensino baseiam-se na língua oral e, muitas vezes, o aluno não consegue desenvolvê-la. Este aspecto é um grande entrave para a inclusão de discentes surdos no âmbito escolar.

Diante dessa realidade fica evidente a necessidade de professores buscarem conhecimentos em LIBRAS, para assim estarem interagindo e inserindo o aluno surdo no contexto escolar. A família também precisa fazer parte desse processo ajudando-os a sentirem mais aceitos e ativos no desenvolvimento da aprendizagem.

Freire (1995) ressalta que a educação é diálogo e não meramente transmissão de saber; por isso, os professores devem possibilitar que o aluno questione, reflita e que seja autor e reconstrutor do processo de ensino/aprendizagem, baseando-se no diálogo e em vínculos afetivos. Já Hoffmann (2008) enfatiza que o professor precisa conhecer o aluno em sua plenitude, emoção, jeito de ser e pensar, ou seja, estabelecer um vínculo de amizade, admirar e ajudar o aluno a superar seus limites.

Nesse sentido, a inclusão no interior das instituições educacionais deve converter as diferenças em espaços que possibilitem a aprendizagem dos educandos, favorecendo o desenvolvimento de qualquer sujeito, seja ele ouvinte ou surdo, como é o caso da inserção de surdos no ensino regular.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O desafio da inclusão está em encontrar as soluções não só para o acesso, mas também a permanência dos alunos nas instituições educacionais, de modo que as mudanças ocorridas com esse fim possam reconhecer e valorizar as diferenças, sem discriminar os alunos nem afastá-los.

Para alcançar os ideais igualitários será necessário eliminar as diferenças das desigualdades sociais, etnia, origem e crença. As pessoas com deficiência, não poderão ser tratadas com indiferença, elas merecem atenção não piedade, também não podem ser vistas como se não precisassem de tratamento especial, pois sendo assim estariam sendo excluídas do mesmo modo.

Eglér, 2006, destaca a necessidade de ser criada uma nova compreensão no trabalho educacional, visando à formação global do sujeito e banindo qualquer tipo de exclusão. A escola deverá proporcionar tanto a qualidade como o reconhecimento das diferenças humanas, só assim, segundo a autora, as ações seriam realmente baseadas na igualdade.

Mas, as escolas não têm conseguido cumprir o papel de promover aprendizagens necessárias à vida em sociedade das pessoas com necessidades educacionais especiais, isso acontece pelo fato de exigir que os alunos se enquadrem às suas exigências, por isso, para a inclusão de fato acontecer se faz necessário novas elaborações no âmbito dos projetos escolares, visando o aprimoramento de suas propostas pedagógicas, garantindo não só o acesso, mas a permanência e a aprendizagem de todos os alunos.

Lima e Vieira (2006, p. 52-53), no excerto abaixo, conceituam a surdez como sendo:

[...] a perda total ou parcial, congênita ou adquirida, da capacidade de compreender a fala por intermédio do ouvido. [...] Simplificando bastante, podemos dizer que recebemos as informações, difundidas pelo canal auditivo, por meio das palavras, e assim aprendemos a falar. A pessoa surda não recebe essas e outras informações auditivas da mesma forma que a maioria.

As argumentações das autoras citadas contribuem para que tenhamos uma melhor compreensão do universo das pessoas surdas. A língua materna do surdo é a língua de sinais e é preciso entender que ela é processada no hemisfério esquerdo do cérebro, assim como quaisquer outras línguas, conforme Hickok *et al.* apud Chaveiro *et al.* (2009, p.1) que sobre isso afirmam "*As Línguas de Sinais são processadas no hemisfério cerebral esquerdo da mesma forma que as Línguas Orais*".

Para a linguística, as línguas de sinais são completas, complexas e possuem uma abstrata estruturação nos diversos níveis de análise, segundo Chaveiro *et al.* (2009, p. 01).

As Línguas de Sinais são reconhecidas pela Linguística como uma língua viva e autônoma composta por aspectos fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos próprios. Por meio dessa língua, seus usuários podem expressar pensamentos simples e também complexos. Nesse processo, eles utilizam a expressão facial e corporal para fazer afirmações, negações,

questionamentos, enfatizar, omitir, salientar, demonstrar desconfiança, etc.

Sendo assim, a construção da identidade de uma pessoa surda se deve dar a partir de referenciais sociolinguísticos e antropológicos, como um modelo positivo, que toma como referencial a diferença e não a deficiência.

Soares e Lacerda (2004), numa pesquisa sobre a inclusão de criança surda na escola regular, afirmam que "o modo como a escola está organizada pedagogicamente não leva em conta a surdez e sua complexidade, não atendendo, assim, às necessidades dos surdos." (SOARES; LACERDA, 2004, p.129). As autoras comentam sobre a importância de se considerar a língua materna do sujeito surdo, a Libras. Elas apontam falhas na escola que pretende incluir o surdo no meio dos ouvintes e chegaram à seguinte conclusão:

A inclusão almejada acaba ficando somente nos desejos da escola/professora, porque há uma organização que implícita ou explicitamente valoriza o ouvir, o ser ouvinte, e isso acaba aparecendo e marcando as relações, revelando uma práxis pouco ou nada inclusiva. Nesse constante jogo, constrói identidades que se sucedem e se antagonizam, indicando os efeitos desse ambiente em sua constituição. Mas quais identidades poderão ser construídas neste contexto?(SOARES; LACERDA, 2004, p. 141).

Desse modo, é complexa a inclusão de alunos surdos, pois os mesmo estarão em comunidade ouvinte, com profissionais ouvintes, gestores, colegas, enfim, todos com a aquisição da linguagem oral, mas que a fim de colaborarem com a inclusão poderão também demonstrar interesse em aprender e conhecer mais sobre a comunidade surda, a língua desse público, isso é de suma importância para que de fato haja a inclusão, ambas as partes aprenderem. "A constituição dos sujeitos surdos poderá fluir a partir das relações surdo-surdo, surdo-ouvinte, quando possibilidades que incluam a condição cultural de pessoa surda". (SOARES; LACERDA, 2004, p. 145).

FAMÍLIA X ESCOLA

Não é possível pensar em educação sem deixar de pensar na família. É nela que se forma o caráter. Qualquer projeto educacional sério depende da participação familiar. Em alguns momentos, apenas do incentivo; em outros, de uma participação. "O núcleo familiar, se constitui como chave mestra de todo este contexto sociocultural, em que estamos imersos" (GIDI, 2010).

É dever da família orientar, acompanhar e incentivar os filhos a frequentarem a escola, assim como permanecer nela. "A família tem a função de sociabilizar e estruturar os filhos como seres humanos".(

138

CAPELATTO, 2011, p. 10). Pais presentes na educação dos filhos contribuem para a formação e qualificação do aprendizado dos mesmos, pois o afeto, o carinho e o incentivo os motivam a terem sonhos, buscarem, e interessarem-se pela educação, a qual é a única forma de melhorar a qualidade de vida e a realizar os sonhos.

A família tem a responsabilidade de formar o caráter de educar para os desafios da vida, de perpetuar valores éticos e morais. Os filhos se espelhando nos pais, e os pais desenvolvendo a cumplicidade com os filhos... a família é uma instituição em que as máscaras devem dar lugar à face transparente, sem disfarces. (CHALITA, 2004,p.20).

Desse modo, todos os envolvidos no contexto em que alunos com necessidades especiais estão inseridos são responsáveis pelos desenvolvimentos dos mesmos, por isso é fundamental que pais de alunos surdos também tenham conhecimentos da Língua Brasileira de Sinais, assim, estariam dialogando de acordo com as necessidades deles, ajudando-os a aprenderem e sentirem-se mais envolvidos com a sociedade ouvinte.

O PROFESSOR COMO AGENTE PARA A INCLUSÃO

Muito se têm discutido sobre inclusão com a finalidade de encontrar formas de inserir as pessoas que possuem algum tipo de deficiência a participarem de modo pleno na sociedade. Nesse sentido, a educação é peça-chave e tem o objetivo de garantir tanto a igualdade entre os cidadãos, como uma educação escolar centrada em uma perspectiva realmente inclusiva, que visa conquistar uma sociedade efetivamente democrática.

A inclusão social não consiste apenas em dá a oportunidade para as pessoas que possuem necessidades educacionais estudarem com as demais pessoas, mas é assumir um compromisso que irá romper como preconceito e as desigualdades.

Outro fator fundamental é promover a acessibilidade, isto é, redimensionar a estrutura física da escola, realizar adaptações curriculares e mudanças nas atitudes dos educadores, só assim realmente estará havendo uma inclusão que leva em consideração as singularidades e dá a oportunidade de que todos participem dos processos educacionais e sociais de forma igualitária.

Numa escola cabe ao gestor, professor e coordenador pedagógico conscientizar toda a equipe de que todos são agentes no processo educativo e por isso, devem ter posturas corretas ao tratar os alunos, pois sejam aqueles que possuem necessidades educacionais ou não, cada aluno tem sua especificidade, é único, tem suas diferenças e limitações, então devem ser tratados com respeito e afetividade. Destaca Kuenzer [2006] em texto divulgado na Internet:

A escola é o lugar de aprender a interpretar o mundo para poder transformá-lo, a partir do domínio das categorias de método e de conteúdo que inspirem e que se transformem em práticas de emancipação humana em uma sociedade cada vez mais mediada pelo conhecimento.

Urge a importância de uma discussão, reflexão e posicionamentos comprometidos com o acesso de todos ao convívio social. Mas para que os professores estejam preparados a lidarem com as especificidades existentes na sala de aula, se faz necessário que estejam em constante formação contínua a fim de melhorarem tanto como profissional como quanto indivíduos. SANTOS,(2006), enfatiza:

A inclusão tem que deixar de ser um lema, um fim em si mesma, para tornar-se uma atitude da sociedade como um todo, pautada na responsabilidade solidária para o bem comum e no compromisso político da intencionalidade das ações efetivas.

Nesse contexto, pode-se afirmar que a responsabilidade para que de fato a inclusão aconteça é que essa é uma decisão individual, assim como ter atitudes que levam ao bem estar de todos e garanta assim, que os indivíduos possam conviver em uma sociedade democrática, justa e igualitária.

Em suma, todos os envolvidos no ambiente escolar devem corroborar para aprendizagem dos alunos surdos, principalmente durante o processo de alfabetização. Os alunos com necessidades educacionais, em especial os alunos surdos, têm direito a serem acompanhados pelo AEE- Atendimento Educacional Especializado, instrutor e interprete em LIBRAS, estes profissionais em parceria com o professor de sala regular devem fazer um trabalho em equipe visando o melhor para o aluno.

Mas ainda há muito a ser feito, visto que os alunos surdos não são apropriados da linguagem oral, compete ao professor buscar estratégias de ensino que possibilitem a efetivação da aprendizagem, os alunos precisam ser os agentes ativos, mas para isso, muitas barreiras precisam ser superadas, são necessários além de preparação profissional, materiais adequados, avaliações adaptadas, recursos disponíveis, o auxiliar e interprete são de suma importância, uma vez que estarão ajudando também nesse processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço escolar é o principal lugar de atuação e socialização das crianças e adolescentes, lugar privilegiado para a difusão do conhecimento, expansão intelectual e afetiva do aluno.

Diante da afirmação percebe-se que escola para todos não desconhece os conteúdos acadêmicos, não menospreza o conhecimento científico, sistematizado, mas também não se restringe a instruir os alunos, a

“dominá-los” a todo o custo, mas também valoriza e prioriza a educação de qualidade, humana, a qual leva em consideração as peculiaridades dos discentes.

A proposta bilíngue-bicultural surgiu como reflexo aos males causados pelo oralismo. Associado a Antropologia e a Linguística, o bilinguismo iniciou a trajetória da reconstrução educacional dos sujeitos surdos. Nessa perspectiva, a língua materna das pessoas surdas passa a ser considerada como a primeira língua e o português (Brasil), como a segunda.

Os sujeitos surdos, tema central desse estudo, observou-se que se faz necessário lançar olhares que compreendam todo esse complexo processo, ou seja, se apropriar desses conhecimentos (identidades surdas híbridas, identidade surda de transição, identidade surda incompleta e identidade surda flutuante), objetivando-se uma maior apreensão dos estudos surdos. Somente assim, poderemos travar lutas e retirar da situação de massacre, tal educação. Criar condições dignas para a educação dos surdos exige, acima de tudo, que eles tenham conhecimento da sua história, da sua trajetória e dessa relação de poder, na qual estão envolvidos.

A comunidade surda precisa se organizar, para que seus direitos sejam garantidos. Ao tomarem conhecimento de sua história, os sujeitos surdos criam suas identidades e, conseqüentemente, assumem uma postura de defesa, de luta e de busca. Dessa forma, devemos adotar uma postura de luta, para que eles venham ocupar funções e cargos, em todas as áreas do conhecimento: na política, na educação (escolas e universidades), na economia, na justiça, nas manifestações culturais, ou seja, precisamos do surdo sinalizando, decidindo e buscando melhores condições de vida para sua comunidade. Assim, acreditamos que esses são os anseios daqueles (sujeitos surdos, pais, pesquisadores, parentes e amigos dos surdos) que estão engajados nesse processo de reconstrução da educação dos sujeitos surdos. Portanto, tanto a família quanto a escola, devem conscientizá-los politicamente, para que continuem lutando contra o poder que os subestimam.

A inclusão de surdos deve passar primeiramente pela valorização da qualidade do ensino oferecido e por uma atenção especial à formação dos profissionais que trabalham direta ou indiretamente com esses alunos. A escola como um todo, deve estar apta para atender as necessidades específicas dos alunos surdos, devendo atentar para que haja uma verdadeira interação entre ouvintes e surdos não estando restrita apenas a uma pequena noção da Libras.

A língua de sinais é a língua natural do surdo e este poderá ter sua linguagem desenvolvida adequadamente, desde que trabalhada cedo e como de fato deve ser. Cabe ao docente em exercício ou futuro buscar conhecer e trabalhar a língua de sinais ajudando a derrubar os mitos em

torno desse sistema de comunicação tão rico e importante, não assumindo a postura de ficar simplesmente esperando por parte do governo que as coisas aconteçam.

Assim, cabe pensarmos sobre o quanto a escola tem tomado conhecimento e o quanto deseja ou não inserir-se nestas discussões. Isto exigiria da escola novos entendimentos, novas posturas e atitudes diferentes, incluindo uma nova contextualização das suas funções sociais. A escola precisa pensar em todos, para assim, está ensinando a todos, conhecendo as individualidades de cada um, reconhecendo as diferenças individuais, principalmente do aluno surdo que enfrentará mais situações propícias a exclusão, mas também depende das mudanças na escola e da sala de aula.

Um dos maiores desafios na inclusão de alunos surdos, principalmente no processo de alfabetização é justamente ter a consciência dessas mudanças e adaptações de acordo com a realidade dele, pois enquanto o método utilizado com os demais será o oral, o processo de alfabetização com este, será bem diferente e mais trabalhoso, haja vista que além de conhecer a sua principal língua, LIBRAS, o aluno surdo também devera interagir com o português, visto que a maioria dos seus colegas e entre todos no âmbito escolar usará apenas uma língua e muitas vezes nem compreende os sinais usados na comunicação surda. É um trabalho minucioso, pois algumas pessoas surdas também acabam sendo agressivas, sentem-se excluídas e desanimadas.

Assim, para de um novo olhar na perspectiva da educação inclusiva ser positivo, se faz necessário que todos estejam engajados nesse ideal, ainda há muito a ser feito, muitos programas de televisão nem interprete têm, deixando assim evidente a falta de interesse em inserir a todos que possuem necessidades especiais.

Estar atentos aos acontecimentos, descobertas e entender os cenários que vão se redesenhando à nossa volta, parece-nos uma alternativa oportuna para revitalizar a escola, aproximando-a mais da sociedade onde se insere. Ao promover esta proximidade com o "novo mundo" que está fora dos seus muros, à escola dará espaço para que este também se insira em seu contexto, transformando informações em conhecimento e conhecimento em sabedoria. Assim, conseguirá se manter mais "conectada" com estas e as gerações futuras.

Em suma, a implementação de um novo sistema educacional depende da colaboração de todos, pois na perspectiva de formar uma nova geração inserindo no projeto educacional inclusivo, as ações devem ser diárias, com cooperação, fraternidade e principalmente o reconhecimento e a valorização das dificuldades, sem excluir a interação com as diferentes áreas do conhecimento.

Diante do exposto, pode-se afirmar que esta pesquisa é de grande relevância científica e social, pois é mais um referencial teórico para os interessados na área da educação, assim como possibilita a todos os indivíduos refletirem sobre a sua postura diante da sociedade. Deste modo, este trabalho também favorece a compreensão e o incentivo a bons relacionamentos, atitudes amorosas, respeito e carinho a todos independente da religião, etnia e classe social, visto que a necessidade de incluir alunos surdos no ensino regular está cada vez mais indispensável, porém desafiador.

Portanto, competem aos pais, professores a comunidade em geral e a sociedade em si, incluir alunos e pessoas com deficiência, bem como ajudá-los a construir sua identidade, sentirem-se aceitos e reconhecer que são cidadãos dotados de direitos e deveres como qualquer outra pessoa. A escola por sua vez, tem o papel de ultrapassar as barreiras, modificar os paradigmas a fim de proporcionar de fato uma escola inclusiva em que não só oferece a vaga, mas a oportunidade de permanência e aprendizagens significativas que vão além do currículo escolar, mas desenvolver sujeitos autônomos e críticos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da**

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Nacionais Curriculares**. Arte. Brasília, DF, 1998.

educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm#art92>. Acesso em: 15 set. 2007.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **INCLUSÃO ESCOLAR O que é? Por quê? Como fazer**. Editora Moderna, 2003.

SANTOS, Mônica Pereira dos; PAULINO, Marcos Moreira (Orgs.). **Inclusão em educação**: culturas, políticas e práticas. São Paulo: Cortez, 2006.

SOARES, Fabiana M. R; LACERDA, Cristina B. F. de. **O aluno surdo em escola regular**: um estudo de caso sobre a construção da identidade. In: GÓES, Maria Cecília Rafael de;